



**FCT** Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

## **Relatório de Atividades FCT 2012**

## **Relatório de Atividades FCT 2012**

Produzido por:  
Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
Av. D. Carlos I, 126  
1249-074 Lisboa, Portugal  
<http://www.fct.pt/>

Versões electrónicas de relatórios e planos de atividades estão disponíveis em  
<http://www.fct.pt/documentosdiversos.phtml>



## Índice

ÍNDICE DE FIGURAS .....	8
ÍNDICE DE TABELAS .....	9
<b>MENSAGEM DO CONSELHO DIRETIVO .....</b>	<b>10</b>
<b>PARTE I - ENQUADRAMENTO .....</b>	<b>14</b>
<b>A FCT: MISSÃO E ATRIBUIÇÕES .....</b>	<b>14</b>
<b>O SISTEMA CIENTÍFICO E DE INOVAÇÃO NACIONAL: OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA FCT .....</b>	<b>15</b>
<b>ORGANIZAÇÃO INTERNA .....</b>	<b>17</b>
<b>PARTE III - ATIVIDADES E RESULTADOS.....</b>	<b>19</b>
<b>3.1 PESSOAS .....</b>	<b>19</b>
3.1.1. CONCURSO DE PROGRAMAS DE DOUTORAMENTO (PDF-2012) .....	19
3.1.2. EMPREGO CIENTÍFICO: CONCURSO INVESTIGADOR FCT .....	21
3.1.3. BOLSAS DE FORMAÇÃO AVANÇADA: CONCURSO DE BOLSAS INDIVIDUAIS DE DOUTORAMENTO E PÓS-DOUTORAMENTO - 2012 .....	22
3.1.4. RECURSOS FINANCEIROS .....	23
<b>3.2 IDEIAS .....</b>	<b>25</b>
PROGRAMAS DE APOIO A FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO (IC&DT).....	25
3.2.1. PROJETOS EM EXECUÇÃO.....	27
3.2.2. ANÁLISE DE DESPESA .....	31
3.2.3. AÇÕES DE CONTROLO .....	34
3.2.4 AVALIAÇÕES.....	35
3.2.5 AVALIAÇÕES DE RELATÓRIOS FINAIS .....	42
3.2.6 EXECUÇÃO FINANCEIRA DO DPP.....	42
3.2.7 OBJETIVOS DO DPP EM 2012 E A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA OS RESULTADOS INSTITUCIONAIS .....	44
<b>3.3 INSTITUIÇÕES .....</b>	<b>50</b>
3.3.1 PROGRAMA DE FINANCIAMENTO PLURIANUAL DE UNIDADES DE I&D .....	50
3.3.1.1 Financiamento de Projetos Estratégicos .....	50
3.3.1.2 Financiamento “Incentivo” .....	53
3.3.1.3 Processo de atualização de equipas e relatório científico .....	53
3.3.1.4 Avaliação das instituições .....	54
3.3.1.5 Biblioteca Científica Online b-on .....	55
3.3.1.6 Execução financeira.....	55
3.3.1.7 Grau de realização dos objetivos incluídos no Plano de Atividades para 2012 .....	57
3.3.2 INFRAESTRUTURAS DE C&T .....	58
3.3.2.1 Redes Nacionais .....	58

3.3.2.2. Participação em atividades no âmbito do QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional (2007/2013) .....	59
3.3.2.3. Outras atividades .....	59
3.3.2.5 Execução Financeira .....	62
3.3.2.6 Grau de realização dos objetivos incluídos no Plano de Atividades.....	63
3.3.3 FUNDO DE APOIO À COMUNIDADE CIENTÍFICA .....	63
3.3.3.1 Apoios Especiais .....	63
3.3.3.2 Execução financeira em 2012.....	64
3.3.3.3 Grau de realização dos objetivos incluídos no Plano de Atividades.....	66
<b>3.4 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL.....</b>	<b>67</b>
3.4.1 COOPERAÇÃO NO ESPAÇO EUROPEU DE INVESTIGAÇÃO .....	67
3.4.1.1. Conselho da Competitividade .....	67
3.4.1.2. Espaço Europeu de Investigação (ERA) .....	67
3.4.1.3. Acompanhamento da Iniciativa Emblemática União da Inovação .....	73
3.4.1.4. Horizonte 2020.....	73
3.4.1.5. Representação em instâncias nacionais de coordenação dos assuntos europeus .....	73
3.4.2. COOPERAÇÃO BILATERAL.....	74
3.4.2.1. Acordos e Convénios .....	74
3.4.2.2. Outras Atividades de Cooperação Bilateral.....	75
3.4.3. COOPERAÇÃO MULTILATERAL E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS .....	76
3.4.4. EXECUÇÃO FINANCEIRA .....	81
3.4.5 COOPERAÇÃO EM ÁREAS ESTRATÉGICAS .....	82
3.4.5.1. Gabinete Polar.....	82
3.4.5.2. Gabinete do Espaço.....	87
3.4.5.3 Gabinete de Promoção do Programa – Quadro .....	91
<b>3.5 SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO .....</b>	<b>101</b>
3.5.1. I&D E INOVAÇÃO .....	101
3.5.1.1. Mapeamento das atividades de I&D e Inovação em e com as TIC em Portugal .....	101
3.5.1.2. Sistema único integrado de informação sobre Ciência e Tecnologia .....	101
3.5.1.3. A Sociedade da Informação em Portugal 2011 .....	102
3.5.1.4. Smart force FCT para a S3-Smart Specialisation Strategy. ....	102
3.5.1.5. eCiência e Política de Acesso Aberto às Publicações e aos Dados Científicos resultantes de I&D financiada pela FCT .....	102
3.5.1.6. I&D em Ciber Segurança .....	103
3.5.1.7. Grupo de Trabalho para os Indicadores da Sociedade de Informação da OCDE (WPIIS/OECD) .....	104
3.5.1.8. Outras atividades .....	104
3.5.2 INCLUSÃO E LITERACIA DIGITAIS (ILD) .....	104
3.5.2.1 - Criação de uma comunidade em torno das questões de inclusão e literacia digitais.....	105
3.5.2.2 - Mapeamento dos Espaços Internet .....	105
3.5.2.3 - <i>Capacity Building</i> (capacitação) da população nacional para aumentar os índices de inclusão e de literacia digitais .....	105
3.5.3 ACESSIBILIDADE WEB .....	106

3.5.4 CENTRO INTERNET SEGURA.....	108
3.5.5 POLÍTICA INTERNACIONAL.....	110
3.5.5.1. União Europeia.....	110
3.5.5.2. ONU – Organização das Nações Unidas .....	115
3.5.5.3. ICANN – INTERNET CORPORATION FOR ASSIGNED NAMES AND NUMBERS .....	117
3.5.5.4. OCDE – Organização para a Cooperação Económica e Desenvolvimento .....	117
3.5.6 COOPERAÇÃO BILATERAL.....	118
3.5.7 FÓRUM PARA A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO .....	119
3.5.8 CONFERÊNCIAS/ENCONTROS E OUTRAS INICIATIVAS INTERNACIONAIS ORGANIZADAS OU CO-ORGANIZADAS PELO DSI.....	119
3.5.9 REVISÃO DA AGENDA NACIONAL DIGITAL 2015 .....	119
<b>PARTE IV - ATIVIDADES TRANSVERSAIS .....</b>	<b>121</b>
<b>4.1 ACONSELHAMENTO CIENTÍFICO (CONSELHOS CIENTÍFICOS).....</b>	<b>121</b>
<b>4.2 ESTUDOS E ESTRATÉGIAS DE I&amp;D&amp;I (GABINETE DE ESTUDOS).....</b>	<b>123</b>
4.2.1. TRABALHOS PREPARATÓRIOS PARA A ESTRATÉGIA NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO PARA UMA ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE (ENEI) .....	124
4.2.1.1. Diagnóstico do Sistema de I&I – Análise SWOT .....	125
4.2.1.2. Workshop ‘O Sistema Nacional de Investigação e Inovação: Desafios, forças e fraquezas rumo a 2020’ .....	125
4.2.1.3. Apresentação da ENEI .....	125
4.2.2. ACOMPANHAMENTO DO PROTOCOLO INE/FCT/DGEEC .....	126
4.2.3. PROTOCOLO FCT/DGEEC ‘OBSERVATÓRIO DA CIÊNCIA E DAS QUALIFICAÇÕES .....	126
4.2.4. ESTUDOS SOBRE A PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM PORTUGAL .....	126
4.2.5. ESTUDOS SOBRE O SISTEMA NACIONAL E EUROPEU DE INOVAÇÃO E ESPAÇO EUROPEU DE INVESTIGAÇÃO.....	126
4.2.6. AVALIAÇÃO EX-POST .....	127
4.2.7. PONTO FOCAL PARA A OCDE.....	127
4.2.8. ESPAÇO EUROPEU DE INVESTIGAÇÃO.....	127
<b>4.3 COMUNICAÇÃO (GABINETE DE COMUNICAÇÃO) .....</b>	<b>128</b>
4.3.1. A FCT NEWSLETTER .....	128
4.3.2. ASSESSORIA DE IMPRENSA .....	128
4.3.3. DIVULGAÇÃO DE INICIATIVAS DA FCT ATRAVÉS DE COMUNICADOS DE IMPRENSA .....	129
4.3.4. ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO AO CONSELHO DIRETIVO.....	130
4.3.5. DESENVOLVIMENTO DO WEBSITE FCT .....	130
4.3.6. DIVULGAÇÃO DE CONCURSOS FCT .....	130
4.3.7. ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS.....	131
4.3.8. IDENTIDADE INSTITUCIONAL.....	131
4.3.9. COMUNICAÇÃO INTERNA.....	132
4.3.10. GRAU DE REALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS INCLUÍDOS NO PLANO DE ATIVIDADES PARA 2012.....	132
<b>4.4 AVALIAÇÃO (GABINETE DE AVALIAÇÃO E PLANEAMENTO).....</b>	<b>133</b>
4.4.1. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2012, COM INDICAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS. ....	133
<b>4.5 GESTÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (EQUIPA DE INFORMÁTICA) .....</b>	<b>135</b>

4.5.1. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS.....	135
4.5.2. CONCRETIZAÇÃO DOS OBJETIVOS PLANEADOS .....	137
<b>4.6 GESTÃO DOCUMENTAL, ARQUIVO HISTÓRICO E APOIO TÉCNICO .....</b>	<b>140</b>
4.6.1 SERVIÇO DE EXPEDIENTE .....	140
4.6.2 GESTÃO DOS ARQUIVOS CORRENTE E INTERMÉDIO .....	141
4.6.2.1 Sistema Eletrónico de Gestão de Arquivo – SEGA.....	141
4.6.2.2 Revisão do Plano de Classificação e do Regulamento de Gestão de Documentos da FCT.....	141
4.6.2.3 Gestão de pedidos internos .....	142
4.6.2.4 Gestão de depósitos e transferências documentais .....	142
4.6.2.5 Preservação e conservação digital .....	144
4.6.3. GESTÃO DO ARQUIVO HISTÓRICO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - AHCT .....	144
4.6.4 DIVULGAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DO ARQUIVO.....	146
4.6.5 GESTÃO DO STOCK DE EDIÇÕES CIENTÍFICAS DAS ANTIGAS INIC E JNICT .....	147
4.6.6 PARTICIPAÇÃO NOS PROJETOS COORDENADOS PELA DGLAB .....	148
<b><u>PARTE V - RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS .....</u></b>	<b><u>149</u></b>
<b>5.1 EXECUÇÃO FINANCEIRA .....</b>	<b>149</b>
5.1.1 ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO.....	150
5.1.2 ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO .....	150
5.1.2.1 Receitas do orçamento de investimento .....	151
5.1.2.2 Despesas do orçamento de investimento.....	152
5.1.3 COMPARAÇÃO COM A EXECUÇÃO DE 2011.....	153
<b>5.2 RECURSOS HUMANOS.....</b>	<b>155</b>
5.2.1 CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS.....	155
5.2.1.1. Trabalhadores segundo a modalidade de vínculo.....	155
5.2.2.2. Trabalhadores por Grupo profissional .....	156
5.2.2.3 Trabalhadores por Género e Grupo profissional.....	157
<b><u>ANEXOS .....</u></b>	<b><u>158</u></b>
<b>ANEXO I – FINANCIAMENTO INCENTIVO 2013: LISTA DOS MONTANTES A APROVAR POR UNIDADE DE I&amp;D/LABORATÓRIO ASSOCIADO .....</b>	<b>158</b>
<b>ANEXO II – INFRAESTRUTURAS DE C&amp;T: SÍNTESE DA DESPESA ANALISADA E VALIDADA EM 2012 .....</b>	<b>161</b>
<b>ANEXO III – CALENDÁRIO DE REUNIÕES E EVENTOS PARA 2012 DO GABINETE DO ESPAÇO.....</b>	<b>163</b>

## Índice de Figuras

<b>FIG.1-</b> ÁREAS DE ATUAÇÃO DA FCT	16
<b>FIG.2-</b> ORGANOGRAMA DA FCT	18
<b>FIG. 3 -</b> NÚMERO DE PROJETOS E FINANCIAMENTO CONCEDIDO POR TIPO DE CONCURSO	27
<b>FIG. 4 -</b> NÚMERO DE PROJETOS E FINANCIAMENTO CONCEDIDO POR DOMÍNIO CIENTÍFICO	28
<b>FIG. 5 -</b> NÚMERO DE PROJETOS E FINANCIAMENTO CONCEDIDO POR FONTE DE FINANCIAMENTO	29
<b>FIG. 6 -</b> Nº DE PROJETOS E FINANCIAMENTO CONCEDIDO POR REGIÃO	29
<b>FIG. 7 -</b> NÚMERO DE PROJETOS E FINANCIAMENTO CONCEDIDO POR CONCURSOS EM TODOS OS DOMÍNIOS CIENTÍFICOS	30
<b>FIG. 8 -</b> PERCENTAGENS DE EXECUÇÃO TEMPORAL, DE DESPESA E DE PAGAMENTOS – CONCURSOS EM TODOS OS DOMÍNIOS CIENTÍFICOS	30
<b>FIG. 9 -</b> DESPESA APRESENTADA, ANALISADA E ELEGÍVEL, POR DOMÍNIO CIENTÍFICO, EM 2012	31
<b>FIG. 10 -</b> DESPESA ELEGÍVEL VALIDADA, POR RUBRICA ORÇAMENTAL, EM 2012	32
<b>FIG. 11 -</b> ANÁLISE EVOLUTIVA DA DESPESA APRESENTADA E ANALISADA NO PERÍODO DE 2009 A 2012	33
<b>FIG. 12 -</b> CANDIDATURAS SUBMETIDAS POR TIPOLOGIA E POR DOMÍNIO CIENTÍFICO	37
<b>FIG. 13 -</b> CANDIDATURAS AVALIADAS, FINANCIADAS E TAXA DE APROVAÇÃO POR DOMÍNIO CIENTÍFICO	37
<b>FIG. 14 -</b> FINANCIAMENTO SOLICITADO, ATRIBUÍDO E TAXA DE FINANCIAMENTO POR DOMÍNIO CIENTÍFICO	38
<b>FIG. 15 -</b> AVALIADORES POR DOMÍNIO CIENTÍFICO	38
<b>FIG. 16 -</b> CANDIDATURAS AVALIADAS, FINANCIADAS E TAXA DE APROVAÇÃO POR DOMÍNIO CIENTÍFICO NO C2010 E C2012	40
<b>FIG. 17 -</b> FINANCIAMENTO SOLICITADO, ATRIBUÍDO E TAXA DE FINANCIAMENTO POR DOMÍNIO CIENTÍFICO NO C2010 E C2012 (VALORES EM MILHÕES DE EUROS)	40
<b>FIG. 18 -</b> EVOLUÇÃO COMPARATIVA DE PAGAMENTOS A PROJETOS DE IC&DT	43
<b>FIG. 19 -</b> ORGANIGRAMA DO DPP	45
<b>FIG. 20 -</b> EVOLUÇÃO DO COEFICIENTE DE RETORNO GEOGRÁFICO NA ESA PARA PORTUGAL ENTRE 2001 E 2012.	90
<b>FIG. 21 -</b> DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PARTICIPANTES NAS AÇÕES DE DISSEMINAÇÃO DO GPPQ EM 2012.	94
<b>FIG.22 -</b> APRECIÇÃO GLOBAL DOS EVENTOS ORGANIZADOS PELO GPPQ ENTRE 2009 E 2012 (FONTE: INQUÉRITOS DE SATISFAÇÃO DISTRIBUÍDOS NAS SESSÕES; ESCALA: 1=NÃO, DE TODO A 5=PLENAMENTE)	95
<b>FIG. 23 -</b> DISTRIBUIÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA (€) POR ANO E POR TEMA, PARA PARTICIPANTES PORTUGUESES ENTRE 2007 E 2012	98
<b>FIG. 24 -</b> DISTRIBUIÇÃO DA PARTICIPAÇÃO (%) E DO FINANCIAMENTO (%), POR ENTIDADE PT, NO 7ºPQ ENTRE 2007 E 2012	99
<b>FIG. 25 -</b> DISTRIBUIÇÃO DA PARTICIPAÇÃO PT E FINANCIAMENTO PARA ENTIDADES PT, POR REGIÃO, NO 7ºPQ, ENTRE 2007 E 2012	99
<b>FIG. 26 -</b> TAXA DE SUCESSO PT VS. EU (2007-2012) NO 7ºPQ	100
<b>FIG. 27 -</b> DISTRIBUIÇÃO DE PEDIDOS POR DEPARTAMENTO OU UNIDADE ORGÂNICA (EM %)	137
<b>FIG. 28 -</b> AFETAÇÃO DO ORÇAMENTO GLOBAL DE 2012: COMPONENTES FUNCIONAMENTO E PIDDAC	149
<b>FIG. 29 -</b> REPARTIÇÃO POR FONTES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO APROVADO PARA 2012.	150
<b>FIG. 30 -</b> REPARTIÇÃO DA DESPESA POR ÁREAS DE INTERVENÇÃO.	153
<b>FIG. 31 -</b> GRÁFICOS COMPARATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS 2012 E 2011.	154
<b>FIG. 32 -</b> TOTAL DOS EFETIVOS ENTRE 2010 E 2012	156
<b>FIG. 33 -</b> DISTRIBUIÇÃO DOS EFETIVOS POR GRUPO PROFISSIONAL	156
<b>FIG. 34 -</b> DISTRIBUIÇÃO DOS EFETIVOS POR GÉNERO	157



## Índice de tabelas

<b>TABELA I - BOLSAS DE FORMAÇÃO AVANÇADA FINANCIADAS DE 2010 A 2012</b>	23
<b>TABELA II – EMPREGO CIENTÍFICO. CONTRATOS EM EXECUÇÃO. CONTRATOS CESSADOS</b>	24
<b>TABELA III - DESPESA APRESENTADA, ANALISADA E ELEGÍVEL, POR ANO</b>	33
<b>TABELA IV - EVOLUÇÃO ORÇAMENTAL E EXECUÇÃO DOS PROJETOS 3599 E 5876</b>	44
<b>TABELA V - RECURSOS HUMANOS DO DPP</b>	49
<b>TABELA VI - NÚMERO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS POR TIPO, FONTE DE FINANCIAMENTO E O INVESTIMENTO TOTAL APROVADO.</b>	51
<b>TABELA VII - ANÁLISE E VALIDAÇÃO DE DESPESA EM 2012, COMPARATIVAMENTE COM OS VALORES DE 2011.</b>	51
<b>TABELA VIII - EXECUÇÃO DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS POR TIPOLOGIA OE E COMPETE</b>	52
<b>TABELA IX - VALORES ENVOLVIDOS NA REPROGRAMAÇÃO DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS.</b>	52
<b>TABELA X - ORÇAMENTOS INICIAIS E CORRIGIDOS APÓS ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS OCORRIDAS AO LONGO DO ANO (POR PROJETO PIDDAC)</b>	56
<b>TABELA XI - MONTANTES TOTAIS EXECUTADOS POR ATIVIDADE NO ANO 2012.</b>	57
<b>TABELA XII – LISTA DAS ATIVIDADES REALIZADAS PELAS INFRAESTRUTURAS DE C&amp;T</b>	60
<b>TABELA XIII – SÍNTESE DOS APOIOS ATRIBUÍDOS</b>	62
<b>TABELA XIV – INICIATIVAS APOIADAS NO ÂMBITO DOS APOIOS ESPECIAIS.</b>	64
<b>TABELA XV – EXECUÇÃO FINANCEIRA DO GABINETE POLAR</b>	85
<b>TABELA XVI– GRAU DE REALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS OPERACIONAIS QUE CONSTAM DO PLANO DE ATIVIDADES DE 2012</b>	86
<b>TABELA XVII – WORKSHOPS ORGANIZADOS PELO GABINETE DO ESPAÇO EM 2012.</b>	88
<b>TABELA XVIII – INDICADORES DA PARTICIPAÇÃO NACIONAL NA ESA. VALORES DE 2012 NÃO DISPONÍVEIS</b>	90
<b>TABELA XIX - SESSÕES PÚBLICAS ORGANIZADAS OU CO-PROMOVIDAS PELO GPPQ EM 2012</b>	93
<b>TABELA XX - PARTICIPAÇÃO NACIONAL NO 7ºPQ ENTRE 2007 E 2012.</b>	97
<b>TABELA XXI - AVALIAÇÃO DO SERVIÇO DE ACONSELHAMENTO DO GPPQ (PROPOSTAS SUBMETIDOS E TAXAS DE SUCESSO PARA OS CONCURSOS ENCERRADOS EM 2012)</b>	100
<b>TABELA XXII – TIPOLOGIA DOS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL QUE COLOCARAM PEDIDOS DE INFORMAÇÃO À FCT EM 2012 (SETEMBRO A DEZEMBRO).</b>	129
<b>TABELA XXIII – PEDIDOS DE CONSULTA DE DOCUMENTOS DO ARQUIVO CORRENTE DA FCT.</b>	142
<b>TABELA XXIV - TRANSFERÊNCIAS DE DOCUMENTAÇÃO DOS SERVIÇOS</b>	143
<b>TABELA XXV - EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO GLOBAL, POR FONTE DE FINANCIAMENTO</b>	149
<b>TABELA XXVI – SÍNTESE DA EXECUÇÃO DO INVESTIMENTO POR FONTES DE FINANCIAMENTO (UNIDADES: €)</b>	151
<b>TABELA XXVII - EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO UNIDADE: €</b>	152
<b>TABELA XXVIII – DISTRIBUIÇÃO DOS EFETIVOS POR GRUPO PROFISSIONAL SEGUNDO A RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO</b>	155

## MENSAGEM DO CONSELHO DIRETIVO

O presente Relatório caracteriza as atividades desenvolvidas pela FCT durante o ano de 2012 e foi desenvolvido de acordo com os requisitos do Decreto-Lei nº 183/96, de 27 de setembro, conjugado com a Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro que estabelece o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública.

Este Relatório refere-se ao primeiro ano de atividade de um novo Conselho Diretivo da FCT, cujo mandato se iniciou a 4 de janeiro de 2012. Durante este ano, a nova Direção teve a responsabilidade e o privilégio de trabalhar com um corpo notável de colaboradores, cuja dedicação e empenho asseguraram a implementação e acompanhamento dos programas e instrumentos descritos nestas páginas.

As orientações estratégicas da FCT, para o período 2012 a 2016 emergem do Programa do XIX Governo Constitucional, e incluem:

- Assegurar a formação e recrutamento de investigadores;
- Manter o financiamento efetivo à Ciência através de concursos de financiamento regulares em todas as áreas de intervenção, e melhorias da execução dos fundos atribuídos;
- Assegurar processos de avaliação rigorosos e transparentes, baseados em avaliação por pares com peritos nacionais e internacionais;
- Ajustar o financiamento à Ciência à transição de Programas Quadro europeus;
- Honrar os compromissos plurianuais assumidos anteriormente;
- Manter Portugal nas grandes organizações internacionais;
- Preparar o sistema de investigação e inovação para o Horizonte 2020;
- Aproximar a ciência das empresas estimulando o investimento em I&D pelo sector empresarial e envolvendo as empresas na formação avançada e recrutamento de investigadores

Acrescem a estas orientações a responsabilidade pela coordenação das políticas públicas para a Sociedade da Informação em Portugal, ao suceder, em 1 de março de 2012, à UMIC – Agência para a Sociedade do Conhecimento, I.P.

A FCT assumiu ainda como objetivo para este período contribuir para a definição da política de ciência nacional, servindo de espaço de diálogo para a comunidade científica e outros *stakeholders*.

### Assegurar a formação e recrutamento de investigadores

Em 2012 foi lançado o primeiro concurso **Investigador FCT**, um programa de contratação de investigadores doutorados de topo, para desenvolver projetos de investigação inovadores em instituições de I&D

nacionais. O programa Investigador FCT tem assegurado um orçamento em regime estável, que permitirá a inserção de 1.000 doutorados no sistema científico nacional entre 2012-16, através de concursos anuais competitivos, em que júris internacionais avaliam propostas com base num único critério – o mérito científico, do candidato e do programa de trabalhos proposto. Em 2012, foram selecionados 159 Investigadores FCT, entre 1.175 candidaturas avaliadas.

No sentido de contribuir para formar a próxima geração de investigadores e docentes altamente qualificados, a FCT lançou em 2012 a primeira edição do concurso para **Programas de Doutoramento FCT**, tendo sido aprovados 58 programas, em todos os domínios científicos. Com uma forte componente de investigação, e competitivos a nível internacional, os Programas de Doutoramento FCT têm como objetivo aproximar instituições de ensino superior, instituições de I&D e também empresas na implementação de programas nacionais, internacionais ou em ambiente empresarial.

As bolsas de doutoramento atribuídas no âmbito dos Programas de Doutoramento FCT complementam as que são atribuídas anualmente no **concurso de bolsas individuais**, no qual são aprovadas bolsas de doutoramento e pós-doutoramento. Durante o ano de 2012, estiveram em execução cerca de 8.000 bolsas de doutoramento e cerca de 2.500 bolsas de pós-doutoramento. No concurso de bolsas individuais de 2012 houve um aumento de 14% e de 40% nas candidaturas a bolsas de doutoramento e de pós-doutoramento, respetivamente. Foram atribuídas 1.821 bolsas (resultados antes do período de Audiência Prévia): 1.157 Bolsas de Doutoramento (menos 13% do que em 2011) e 664 Bolsas de Pós-Doutoramento (mais 8% do que em 2011).

#### Manter o financiamento efetivo à Ciência através de concursos de financiamento regulares

No sentido de garantir a estabilidade financeira necessária à atividade de investigação, mantiveram-se os **concursos anuais para projetos de Investigação Científica & Desenvolvimento Tecnológico (ICDT)**. Pela primeira vez, no concurso de 2012 foram definidas quatro tipologias para os projetos de ICDT: Projetos de Investigação Exploratória, Projetos de IC&DT, Projetos de IC&DT em Linhas de Investigação de Excelência e Projetos de IC&DT de Consolidação de Competências e Recursos em Investigação. As tipologias diferenciam segundo a senioridade e experiência do investigador principal, duração e financiamento associado para materiais, equipamentos e recursos humanos.

Em 2012 foram avaliadas 5.126 candidaturas (aumento de 11% face a 2011), tendo 635 candidaturas sido aprovadas para financiamento após avaliação (face a 639 em 2011). Num total de 695 M€ de financiamento solicitado (aumento de 11% face a 2011), foi recomendado 92 M€ de financiamento, o que traduz um aumento de 32% face a 2011.

As propostas submetidas a este concurso foram avaliadas por 25 painéis de avaliação, com a participação de 263 avaliadores internacionais e mais de 6.000 peritos externos.

#### Manter o financiamento efetivo à Ciência através de melhorias da execução dos fundos atribuídos

A FCT depara-se com uma situação de baixos níveis de execução de despesa dos projetos de ICDT. Os dados de 2012 apontam para uma taxa de execução de aproximadamente 24% para os projetos iniciados em 2010 (aprovados no concurso de 2009) e de 6% para os projetos iniciados em 2011 (aprovados no concurso

de 2010), por exemplo. Com o objetivo de otimizar as taxas de execução, a FCT, através do Departamento de Programas e Projetos, desenvolveu várias ações de sensibilização, que contribuíram para um aumento de 20% da despesa apresentada, comparativamente a 2011.

Uma vez executada a despesa, é crucial conseguir facilitar o processo de análise de despesa pela FCT e o fluxo de pagamentos da FCT para as instituições e grupos de investigação. Este foi um dos principais objetivos de 2012 nesta área, cumprido com grande sucesso. Vejamos: o volume de despesa analisado foi superior ao apresentado; o tempo médio de análise de despesa foi reduzido para 26 dias no final de 2012, e foi realizado um total de pagamentos superior em cerca de 34 M€ em relação a 2011.

#### Manter as Instituições de I&D como pilares do sistema científico nacional

No Verão de 2012 iniciaram-se os trabalhos de preparação para o lançamento do concurso regular de **avaliação de todas as instituições de I&D**, a ser lançado em 2013. Tendo subjacente o princípio de liberdade total para a configuração de centros/unidades da forma cientificamente mais competitiva, este exercício configura-se como uma competição aberta, em que serão avaliadas as Unidades de I&D e os Laboratórios Associados, em igualdade de circunstâncias. A avaliação será da responsabilidade de painéis internacionais, sendo avaliados os *track-records* da instituição e dos seus investigadores (membros integrados), e também o programa para o período 2015-2020, orientado por objetivos estratégicos, definidos e apresentados pela própria instituição, numa abordagem *bottom-up*.

No que diz respeito ao financiamento das Instituições de I&D, em 2012 vigorou o modelo de Projeto Estratégico (PEst) para financiamento das Unidades de I&D e Laboratórios Associados. Também no financiamento às Instituições se conseguiu uma ligeira melhoria: os pagamentos aos PEst foram superiores em 5M€ comparativamente a 2011.

Planeado inicialmente para 2011-12, a Direção da FCT deu a possibilidade às instituições de submeterem pedidos de prorrogação dos projeto estratégicos para o ano de 2013, com uma concomitante reprogramação financeira, que teve por base de cálculo a média de execução de 24 meses do PEst, com os devidos ajustamentos ao orçamento disponível da FCT para 2013.

A título de incentivo, que reflita o sucesso das instituições e dos seus investigadores na captação de financiamento externo à FCT, o Conselho Diretivo aprovou o Regulamento para atribuição do **Financiamento “Incentivo”**. Para o ano de 2013 está previsto um valor de 3M€, sendo que o cálculo do financiamento a atribuir a cada instituição terá em conta contratos de financiamento internacional competitivos e contratos de financiamento no âmbito do 7º Programa-Quadro (FP7).

#### Renovação das parcerias EUA-Portugal

No plano das parcerias internacionais, o ano de 2012 fica marcado pelas assinaturas dos memorandos de entendimento que asseguram a 2ª fase dos programas MIT - Portugal, Carnegie Mellon – Portugal e UTAustin – Portugal.

Na 2ª fase destas parcerias com universidades americanas serão seguidas as recomendações do relatório da Academia da Finlândia para um reforço da inovação e empreendedorismo, em todas as parcerias. Estas recomendações serão implementadas através de várias medidas, nomeadamente um maior enfoque numa

abordagem *project-based*, entre universidades e empresas, focados na resolução de problemas concretos. Neste âmbito, estão previstas a criação de *test-beds*, ou *entrepreneurial research initiatives*.

#### Preparação do primeiro Roteiro Nacional de Infra-estruturas de Investigação

Em 2012, no sentido de estimular a participação portuguesa nas grandes infra-estruturas europeias, Portugal participou pela primeira vez no *European Strategy Forum on Research Infrastructures* (ESFRI) – um passo significativo no acesso futuro a financiamento europeu, uma vez que este está condicionado à existência de estratégias nacionais que estejam alinhadas com o *roadmap* ESFRI.

Desta forma, em 2012 foram também iniciados os preparativos para o concurso de criação de um Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação de Interesse Estratégico, lançado em 2013.

#### Transformações na FCT

Com o objetivo de melhorar os canais de comunicação entre a FCT e a comunidade nacional está a ser implementado um programa de comunicação ambicioso, que incluiu, em 2012, o reforço do conteúdo editorial e periodicidade da *FCT Newsletter*, uma revisão dos conteúdos e organização (navegabilidade) do *website* FCT e o *roadshow* do Presidente da FCT pelas universidades nacionais. Nestas visitas às universidades, foram apresentados e discutidos os programas e instrumentos de financiamento planeados e previstos para os próximos anos, no sentido de informar todos os investigadores (desde estudantes a equipa reitorais) e recolher os seus comentários e pareceres.

A FCT quer ser o motor de um maior envolvimento da comunidade na reflexão sobre os grandes objetivos de política de I&D que a FCT é chamada a executar. Criou, por conseguinte, o Gabinete de Estudos e Estratégia que conta, entre os seus objetivos, a promoção de fóruns de discussão sobre ciência, tecnologia e sociedade e políticas, funcionando como arena de diálogo com outros departamentos ministeriais e organizações nacionais, europeias e internacionais.

Ainda no âmbito de transformações internas, os processos de avaliação de todos os programas implementados pela FCT (contratação de investigadores, projetos, instituições) foram reunidos num único gabinete, com o objetivo de instituir abordagens metodológicas e procedimentos transversais à concepção e implementação de exercícios de avaliação.

Este é um resumo de alguns dos principais marcos do ano de 2012, descritos, estes e outros, ao longo deste Relatório que vos convidamos a consultar.

## PARTE I - ENQUADRAMENTO

### A FCT: Missão e atribuições

A Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. em conformidade com o Decreto-Lei nº 45/2012, de 23 de fevereiro é um instituto integrado na administração indireta do Estado com autonomia administrativa e financeira e património próprio, sob a tutela do Ministério da Educação e Ciência.

A FCT tem como missão ***“Promover o avanço do conhecimento científico através do desenvolvimento, financiamento e avaliação de instituições, redes, infraestruturas, equipamentos, programas, projetos e recursos humanos em todos os domínios da ciência e da tecnologia.”***

À FCT são reconhecidas as atribuições enunciadas no art.º 3º da sua Lei Orgânica (Decreto- Lei no 45/2012, de 23 de fevereiro):

- a) Promover e apoiar a realização de programas e projetos nos domínios da investigação científica e do desenvolvimento tecnológico;
- b) Promover e apoiar a investigação, o desenvolvimento e a inovação em áreas estratégicas;
- c) Financiar ou cofinanciar os programas e projetos aprovados e acompanhar a respetiva execução, bem como ações de formação e qualificação de investigadores, nomeadamente através da atribuição de bolsas de estudo no país e no estrangeiro e de subsídios de investigação;
- d) Promover e apoiar a criação e a modernização de infraestruturas de apoio às atividades de investigação científica e de desenvolvimento tecnológico, nomeadamente o desenvolvimento da Rede Ciência, Tecnologia e Sociedade (RCTS), assegurando a sua evolução como rede integrada de apoio à investigação e ensino com os serviços necessários e a apropriada conectividade nacional e internacional;
- e) Celebrar contratos-programa ou protocolos e atribuir subsídios a instituições que promovam ou se dediquem à investigação científica ou ao desenvolvimento tecnológico;
- f) Avaliar as atividades nacionais de ciência e tecnologia;
- g) Promover a cultura científica e tecnológica e a difusão e divulgação do conhecimento científico e técnico;
- h) Promover a transferência de conhecimento a nível nacional e internacional, designadamente através da concessão de subsídios a projectos, programas ou eventos de interesse científico e tecnológico, bem como da concessão de apoio financeiro a publicações científicas;
- i) Promover a participação da comunidade científica, tecnológica e de inovação nacional em projectos internacionais relevantes, quer na criação, absorção e difusão de conhecimento e tecnologia, quer no acesso a equipamentos científicos altamente sofisticados;

- j) Assegurar as relações internacionais, sem prejuízo da coordenação exercida pela Secretaria-Geral do MEC e das atribuições próprias do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e promover a cooperação internacional nos domínios da ciência e da tecnologia, bem como acompanhar a preparação e a execução dos Programas-Quadro de I&D da União Europeia e de outros instrumentos em que estes se insiram;
- k) Assegurar a inventariação, gestão e preservação do património científico e tecnológico nacional, bem como do acervo bibliográfico e documental à sua guarda, garantindo a disponibilização deste à comunidade científica e ao público em geral, sem prejuízo da coordenação exercida pela Secretaria -Geral do MEC;
- l) Propor ao membro do Governo responsável pela área da ciência o reconhecimento da atividade de entidades públicas ou privadas como de interesse científico ou tecnológico;
- m) Assegurar no âmbito da ciência e tecnologia os procedimentos relativos ao reconhecimento de atividade altamente qualificada ao abrigo da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho;
- n) Promover a articulação das iniciativas de natureza central, regional e local nas áreas da ciência e da tecnologia;
- o) Colaborar com instituições públicas e privadas na disponibilização do acesso a meios de computação distribuída de elevado desempenho para apoio a atividades de investigação e ensino;
- p) Colaborar com instituições públicas e privadas na disponibilização *online* de literatura científica e tecnológica e de repositórios científicos e assegurar a correspondente articulação internacional.

### **O Sistema Científico e de Inovação nacional: Objetivos estratégicos da FCT**

Em harmonia com as atuais políticas de I&I a nível europeu, o XIX Governo Constitucional Português aposta no aumento da *ratio* da despesa de I&D sobre o PIB e na diversificação das fontes de financiamento, estabelecendo, no seu Programa, os objetivos estratégicos que permitirão o reforço e consolidação do SI&I nacional, designadamente:

- Privilegiar os apoios públicos às atividades de I&D de excelência;
- Investir preferencialmente no capital humano e na qualidade dos indivíduos, particularmente os mais jovens, sem descurar as condições institucionais que lhes permitam a máxima rentabilidade do seu trabalho.
- Incentivar os doutoramentos em instituições de excelência nacionais, sem prejuízo do apoio a doutoramentos no estrangeiro em áreas estratégicas de I&D menos desenvolvidas no país;
- Assegurar a permanência dos melhores investigadores atualmente em Portugal e atrair do estrangeiro os que queiram contribuir neste percurso de exigência qualitativa;

- Garantir aos investigadores a necessária estabilidade e planeamento financeiro da sua atividade;
- Incentivar o estabelecimento e dinamização de parcerias entre as unidades de investigação e as empresas de modo a desenvolver programas de investigação aplicada e promover o emprego;
- Instituir mecanismos que deem voz a toda a comunidade científica nacional.

É da confluência entre as suas atribuições, as atuais políticas de I&I a nível europeu e as linhas programáticas do Governo que resultaram a definição de prioridades e dos objetivos estratégicos da FCT, no âmbito das suas seis áreas de atuação: Pessoas, Ideias, Instituições, Transferência de Tecnologia, Cooperação Internacional, Rede Ciência, Tecnologia e Sociedade.



FIG.1- ÁREAS DE ATUAÇÃO DA FCT

No âmbito da sua missão, a intervenção da FCT no desenvolvimento do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN) foca-se na criação e reforço de capacidades institucionais e competências, tendo vindo a ser implementados instrumentos de financiamento estrategicamente configurados para estimular a competitividade, a internacionalização e a transferência de conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento sustentado de áreas emergentes e para a consolidação da excelência científica, rumo a um Sistema de Investigação e Inovação (SI&I) robusto e com capacidade para contribuir para o desenvolvimento social e económico do País.

Enquanto agência de financiamento da ciência nacional, a FCT assume, assim, um papel central no Sistema de Investigação e Inovação (SI&I) nacional. É atualmente a principal financiadora não só do sector público de investigação, mas também das atividades de I&I de natureza mais básica e estratégica do sector empresarial.

A continuidade do investimento na consolidação da qualidade do SI&I exige à FCT um posicionamento estratégico e uma reconfiguração institucional interna, que vai para além da sua incontornável posição como principal motor da criação e reforço de capacidades institucionais e competências em Ciência e



Tecnologia. Repensar-se para se ajustar ao contexto atual, apetrechada dum conhecimento aprofundado do sistema, e fazer-se projetar através duma mais eficaz comunicação com todos os intervenientes são componentes essenciais neste processo de reformulação e readaptação.

Este reposicionamento inclui o retomar do papel de organizador de espaços de discussão coletiva das estratégias de investigação e inovação nacionais, em conjunto com a comunidade científica, empresarial, e agora também com os organismos nacionais e regionais responsáveis pela formulação e implementação de políticas de investigação e inovação. A FCT assume, desta forma, um papel interventor na construção das agendas de políticas de I&D europeias e transnacionais, consolidando um esforço de várias décadas, mas adaptando-o às necessidades atuais do sistema.

A FCT assume, ainda, um papel crucial na promoção da visibilidade e integração da ciência nacional no Espaço Europeu de Investigação e na contribuição para a formulação das políticas e programas europeus, transnacionais e com países preferenciais de cooperação nacional.

De forma a envolver todos os intervenientes, a FCT pretende lançar consultas públicas, envolvendo as várias comunidades – científica, empresarial, privado sem fins lucrativos - na definição de novos programas e estratégias no domínio da Ciência, Tecnologia e Inovação em Portugal.

Neste sentido, foram definidos os seguintes objetivos estratégicos:

**Objetivo Estratégico 1 (OE1):** Consolidar o conhecimento científico e técnico incluindo a capacitação institucional

**Objetivo Estratégico 2 (OE2):** Promover a realização internacional de formação avançada

**Objetivo Estratégico 3 (OE3):** Promover a eficiência nos processos de trabalho

**Objetivo Estratégico 4 (OE4):** Aumentar o nível de motivação interna

**Objetivo Estratégico 5 (OE5):** Aumentar o nível de qualidade do serviço prestado

**Objetivo Estratégico 6 (OE6):** Assegurar um conjunto de políticas de gestão de pessoas, visando a qualificação, capacitação e satisfação dos colaboradores

## **Organização Interna**

A atividade da FCT desenvolve-se segundo uma lógica de gestão por objetivos visando operacionalizar as atribuições acima enunciadas e os objetivos estratégicos da organização. As competências e atribuições das unidades funcionais da FCT encontram-se definidas nos respetivos Estatutos. A Figura 2 apresenta o organograma que traduz a organização da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

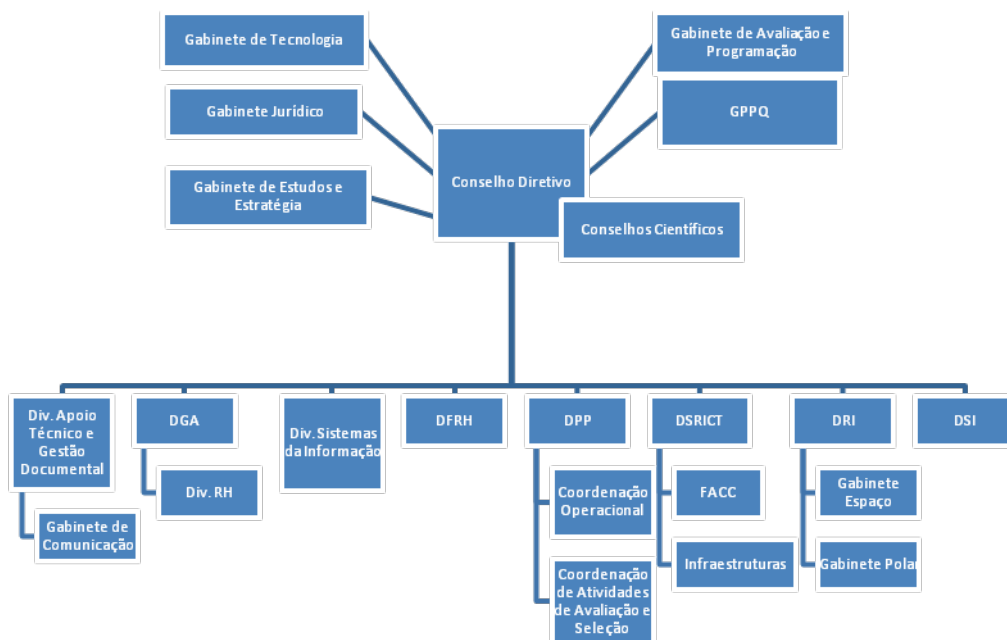


FIG.2- ORGANOGRAMA DA FCT

## PARTE III - ATIVIDADES E RESULTADOS

### 3.1 PESSOAS

O fomento da formação avançada em ciência e tecnologia através do financiamento ou cofinanciamento de ações de formação e qualificação de investigadores é uma competência fundamental da FCT.

A atribuição de bolsas de estudo e subsídios no país e no estrangeiro, promovendo o estabelecimento de consórcios, redes e programas e a sua articulação com outras instituições públicas ou privadas, nacionais e internacionais é gerido pelo Departamento de Formação de Recursos Humanos (DFRH).

A atividade habitual do DFRH centra-se no concurso anual para atribuição de bolsas individuais de Doutoramento (BD) ou de Pós-Doutoramento (BPD), em todos os domínios científicos ou em áreas estratégicas definidas e nos concursos para financiamento de bolsas no âmbito da cooperação internacional. A FCT mantém ainda abertos em permanência os concursos para bolsas a conceder mediante candidatura institucional, nomeadamente Bolsas de Gestão em Ciência e Tecnologia (BGCT) bem como concursos públicos para candidaturas individuais a Bolsas de Licença Sabática (BSAB).

Na prossecução de uma política de reforço das instituições científicas e de descentralização da atribuição de bolsas, são igualmente atribuídas com financiamento da FCT, através de projetos e Unidades de I&D, bolsas de formação avançada, processadas através dos Departamentos relevantes: Departamento de Programas e Projetos (DPP) e Departamento de Suporte à Rede de Instituições Científicas e Tecnológicas (DSRICT) em cooperação com o DFRH.

2012 é um ano em que dois novos concursos foram anunciados: a abertura de um concurso de apoio a **Programas de Doutoramento** competitivos que passa a funcionar em complemento à tradicional atribuição de bolsas individuais destinadas a cursos de doutoramento; o concurso **Investigador FCT** (Emprego Científico), que visa criar as condições para o estabelecimento de líderes científicos, através da atribuição de financiamento por 5 anos aos mais talentosos e promissores cientistas, em todas as áreas científicas e nacionalidades. O objetivo geral deste programa FCT é permitir o recrutamento de 1.000 investigadores excecionais até 2016, para desenvolvimento de linhas de investigação inovadoras, em centros de investigação portugueses.

#### 3.1.1. Concurso de Programas de Doutoramento (PDF-2012)

O compromisso assumido pelo Governo de tomar o desenvolvimento científico e tecnológico do País como uma prioridade nacional conduziu à criação de novos Programas de Doutoramento FCT de excelência e referência internacional. Concebidos no respeito pela autonomia das instituições universitárias e de investigação, os Programas de Doutoramento FCT têm em vista mobilizar recursos existentes em Portugal nas instituições universitárias e nas unidades de investigação científica e tecnológica, bem como no tecido empresarial. A sua concretização, feita de acordo com os mais exigentes padrões internacionais, tem como

objetivo preparar o sistema português de ensino superior e de ciência e tecnologia para enfrentar com sucesso os desafios do futuro.

O desenvolvimento dos novos Programas de Doutoramento FCT – que envolvem universidades, institutos universitários e unidades de investigação em ciência e tecnologia, tanto em ambiente académico como empresarial – é também determinante para a criação de ambientes institucionais favoráveis à inserção de uma nova geração de docentes e investigadores altamente qualificados. O contributo destes constitui uma das melhores respostas tanto aos desafios permanentes colocados pelo desenvolvimento científico e tecnológico do País, como ao melhor relacionamento entre a comunidade académica e o tecido económico.

Os Programas de Doutoramento FCT obedecem à seguinte tipologia:

- a) **Programas de Doutoramento Nacionais** que envolvem, obrigatoriamente, a colaboração entre pelo menos uma universidade ou um instituto universitário português e uma unidade de I&D portuguesa registada na FCT, podendo qualquer um deles ser a proponente;
- b) **Programas de Doutoramento em Ambiente Empresarial** que envolvem, obrigatoriamente, a colaboração entre pelo menos uma universidade ou um instituto universitário português, uma unidade de I&D portuguesa registada na FCT, podendo qualquer um deles ser a proponente, e uma empresa com atividade significativa de I&D;
- c) **Programas de Doutoramento Internacionais** que envolvem obrigatoriamente a colaboração entre pelo menos uma universidade ou um instituto universitário português, uma unidade de I&D portuguesa registada na FCT, podendo qualquer um deles ser a proponente, e uma instituição de ensino superior ou uma unidade de I&D estrangeira.

Em cada concurso a FCT financia um conjunto de Bolsas de Doutoramento (BD), nacionais ou mistas, com a duração máxima de quatro anos, ou um conjunto de bolsas constituído por Bolsas de Investigação (BI), com a duração máxima de um ano, e de Doutoramento, nacionais ou mistas, com a duração máxima de 3 anos.

Foi igualmente disponibilizado um apoio complementar, cujo montante foi definido no aviso de abertura, destinado à realização de cursos avançados, rotações laboratoriais ou outros trabalhos de campo adequados aos objetivos científicos do Programa de Doutoramento FCT, a utilizar com despesas com o pessoal ou outros custos direta e inequivocamente relacionados com as atividades do Programa de Doutoramento FCT.

O lançamento da 1ª edição deste concurso teve lugar a 20 de dezembro de 2012 e permaneceu aberto até 6 de Fevereiro de 2013.

Candidaturas recebidas: 238 candidaturas distribuídas pelos domínios científicos:

- Ciências da Vida e da Saúde - 35
- Ciências Exatas e da Engenharia - 90
- Ciências Naturais e do Ambiente - 21

- Ciências Sociais e Humanidades - 92

Programas recomendados para financiamento- 58 programas

Bolsas aprovadas para a totalidade das edições a concurso (inclui Bolsas de Investigação,

Bolsas de Doutoramento Mistas e Bolsas de Doutoramento Nacionais) – 1.702 Bolsas

Financiamento complementar recomendado - 3,84 M€

Programas de Doutoramento FCT aprovados por domínio científico (Total = 58)

- Ciências da Vida e da Saúde - 11 (19%)
- Ciências Exatas e da Engenharia – 26 (45%)
- Ciências Naturais e do Ambiente – 6 (10%)
- Ciências Sociais e Humanidades – 15 (26%)

Programas de Doutoramento FCT aprovados por tipologia (Total = 58)

- Nacional – 42 (72%)
- Internacional – 15 (26%)
- Em ambiente Empresarial – 1 (2%)

### 3.1.2. Emprego Científico: Concurso Investigador FCT

O Programa Investigador FCT visa apoiar investigadores pós-doutorados que pretendam estabelecer-se como investigadores independentes, e investigadores já independentes, com mérito curricular comprovado, que desejem consolidar a sua carreira e estabelecer liderança nas suas áreas de investigação.

O Programa centra-se no investigador/a e no seu projeto de investigação sendo o principal critério de avaliação a excelência científica: do percurso de investigação do candidato, da sua carreira e da sua proposta de investigação.

Para os investigadores em início de carreira que não tenham outro financiamento de investigação em curso, o Programa oferece uma remuneração competitiva e financiamento *start-up*.

Investigadores de qualquer nacionalidade e idade podem candidatar-se a três níveis diferentes de financiamento:

1. **"Nível inicial"** - para investigadores doutorados com um currículo de mérito excepcional e experiência pós-doutoral de mais de 3 anos e menos de 8 anos, à data de submissão da candidatura. Não é exigida independência científica prévia.

2. **"Nível de desenvolvimento"** - para investigadores doutorados com um currículo de mérito excecional e experiência como investigadores independentes (como líderes de grupo, coordenadores de projetos de investigação ou autor sénior ou de correspondência em publicações científicas).

3. **"Nível de consolidação"** - para investigadores doutorados com experiência como investigadores independentes, com um currículo excecional e que evidenciem liderança científica na sua área do conhecimento.

O Concurso esteve aberto entre 2 de abril a 10 de maio de 2012.

Candidaturas recebidas - 1187 candidaturas (1175 elegíveis) nas categorias:

- Início de carreira – 62%
- Desenvolvimento de carreira – 30%
- Consolidação de carreira – 8%

Audiências Prévias e Reclamações – 82 candidaturas

Contratos de investigação financiados nesta 1ª edição – 159 posições

Candidataram-se ao concurso Investigador FCT em 2012, para além de investigadores nacionais, investigadores estrangeiros de 45 nacionalidades, perfazendo cerca de 24% do total de candidaturas apresentadas.

### **3.1.3. Bolsas de Formação Avançada: Concurso de Bolsas Individuais de Doutoramento e Pós-Doutoramento - 2012**

Nos termos do Regulamento de Bolsas da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, tendo em conta a aplicação do Estatuto do Bolseiro de Investigação Científica, aprovado pela Lei nº 40/2004 de 18 de agosto, a FCT abriu concurso para financiamento de bolsas individuais dos seguintes tipos:

#### **Bolsas de Doutoramento (BD)**

Destinam-se a quem satisfaça as condições previstas no nº 1 do Artigo 30º do Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de março, alterado pelos Decretos-Leis nº 107/2008, de 25 de junho, e 230/2009, de 14 de Setembro, e que pretenda desenvolver trabalhos de investigação conducentes à obtenção do grau académico de doutor. A duração da bolsa é, em regra, anual, prorrogável até ao máximo de quatro anos, não podendo ser concedida por períodos inferiores a seis meses consecutivos.

#### **Bolsas de Pós-Doutoramento (BPD)**

Destinam-se a candidatos doutorados, preferencialmente aqueles que tenham obtido o grau há menos de seis anos, para realizarem trabalhos avançados de investigação. A duração da bolsa é, em

regra, anual, prorrogável até ao máximo de seis anos, desde que obtenha parecer favorável na avaliação intermédia feita no fim do primeiro triénio.

O concurso esteve aberto entre 6 de junho e 3 de julho de 2012.

Candidaturas recebidas – 6.490 candidaturas (4367 BD; 2123 BPD)

Audiências Prévias e Reclamações – 1.597 candidaturas

Recursos – 905 candidaturas

Bolsas financiadas – 1.875 bolsas após avaliação regular, audiência prévias, recursos (1.198 BD; 677 BPD) distribuídas pelas seguintes áreas:

- Ciências da Vida e da Saúde – 269 (14%)
- Ciências Exatas e da Engenharia – 648 (35%)
- Ciências Naturais e do Ambiente – 420 (22%)
- Ciências Sociais e Humanidades – 538 (29%)

### 3.1.4. Recursos Financeiros

A execução financeira correspondente ao financiamento da totalidade das bolsas de formação avançada em 2012 foi de 148.873.324,84€ + 14.677.054,10€ (custos de formação) totalizando 163.550.378,94€.

**Tabela I** - Bolsas de Formação Avançada financiadas de 2010 a 2012

	Ano de 2010	Ano de 2011	Ano de 2012
<b>BD</b>	8504	8541	8203
<b>BDE</b>	132	134	132
<b>BPD</b>	2044	2275	2528
<b>Outras</b>	591	595	548
<b>TOTAL</b>	<b>11271</b>	<b>11545</b>	<b>11411</b>

A execução financeira relativa ao Emprego Científico (Programas Ciência 2007 e 2008) no ano de 2012 foi de 45.027.241,77€.

**Tabela II – Emprego Científico. Contratos em execução. Contratos cessados**

Programa	Nº de contratos em execução	Nº de contratos que cessaram
	No final de 2012	Em 2012
<b>Ciências 07 e 08</b>	953	147
<b>IF 2012</b>	0	0
<b>IF 2013</b>	0	0
<b>Welcome 10 e 11</b>	37	4
<b>Total</b>	<b>990</b>	<b>151</b>

O DFRH garantiu a execução financeira dos seguintes projetos do orçamento de investimento da FCT, no total de 215.204.791,70 €:

- 3598 - Formação Avançada, execução de 93.701.774,64 €
- 3598 - Emprego Científico, execução de 30.918.295,11 €
- 5812 – Formação Avançada, execução de 74.436.856,69 €
- 5812 – Emprego Científico, cuja execução foi de 15.340.072,49 €
- 8244 - Programa *Welcome II*, cuja execução foi de 807.792,77 €



## 3.2 IDEIAS

### **Programas de Apoio a Financiamento de Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico (IC&DT)**

O financiamento de projetos de investigação, em concursos competitivos, constitui um dos pilares estratégicos para o desenvolvimento e consolidação do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN).

No âmbito da missão da FCT, e em cumprimento das atribuições que lhe foram cometidas, cabe à instituição “promover e apoiar a realização de programas e projetos nos domínios da investigação científica e do desenvolvimento tecnológico” e ainda “financiar ou co-financiar os programas e projetos aprovados e acompanhar a respetiva execução”. Para a concretização destas ações, a FCT conta especificamente com o apoio do Departamento de Programas e Projetos (DPP).

Efetivamente, constitui prioridade da política de Ciência e Tecnologia nacional o crescimento, reforço e consolidação do Sistema Científico e Tecnológico Nacional, tornando-o mais competitivo no contexto nacional e internacional, agilizando a articulação entre os centros de saber e as empresas.

Neste âmbito, assume particular relevância a promoção e reforço de competências das instituições científicas e tecnológicas, através da participação das suas equipas de investigação em projetos de investigação científica e desenvolvimento tecnológico (IC&DT) em todos os domínios científicos.

Os programas de apoio a projetos de investigação científica e desenvolvimento tecnológico, a cargo do DPP, incidem sobre questões científicas originais e relevantes, com referência a padrões internacionais e que contribuam de forma significativa para o avanço do conhecimento.

Têm, igualmente, como objetivo reforçar e consolidar as capacidades científicas necessárias à investigação de excelência, condição essencial para o desenvolvimento da produção científica, ultrapassando a inexistência ou insuficiência de meios materiais ou recursos humanos qualificados.

Aos programas de apoio a projetos de IC&DT podem candidatar-se, individualmente ou em associação, equipas de investigação das seguintes entidades:

- a. Instituições do Ensino Superior, seus Institutos e Centros de I&D;
- b. Laboratórios Associados;
- c. Laboratórios do Estado;
- d. Instituições privadas sem fins lucrativos que tenham como objeto principal atividades de Ciência e Tecnologia;
- e. Empresas desde que inseridas em projetos liderados por Instituições de I&D públicas ou privadas sem fins lucrativos;

- f. Outras instituições públicas e privadas, sem fins lucrativos, que desenvolvam, ou participem em atividades de investigação científica.

Para cumprimento do Programa da FCT e dos seus Objetivos Estratégicos, que visam o reforço e consolidação do Sistema Científico e de Inovação Nacional, o DPP organizou em 2012 as suas atividades com foco nos seguintes Objetivos Estratégicos, norteadores do desenvolvimento das suas atribuições:

1. **Assegurar a gestão corrente de projetos de investigação plurianuais em todos os domínios científicos e em áreas estratégicas consideradas fundamentais para o bem-estar económico-social da sociedade portuguesa, com financiamento nacional e comunitário**, envolvendo: Análise de Pedidos de Pagamento apresentados pelas entidades beneficiárias no âmbito dos projetos apoiados; Elaboração das Propostas de pagamento de acordo com as condições regulamentares; Gestão de Bolsas de Investigação financiadas no âmbito dos projetos; Análise dos pedidos de alteração à candidatura e articulação com o COMPETE; Encerramento dos projetos de investigação com prazos de conclusão ultrapassados através do cumprimento dos requisitos legais definidos; Acompanhamento de auditorias de controlo e Gestão orçamental.
2. **Promover as ações necessárias aos trabalhos de avaliação de candidaturas a financiamento de programas e projetos de investigação e relatórios finais dos projetos apoiados**, envolvendo: Prestação de esclarecimentos à Comunidade Científica de suporte ao preenchimento dos formulários de candidatura e à interpretação das normas e regulamentos aplicáveis; Análise do cumprimento dos requisitos de elegibilidade e admissibilidade das candidaturas apresentadas a concurso; Apoio ao processo de avaliação envolvendo a criação e envio de acessos a todos os peritos externos e avaliadores de painel; Homologação e publicitação dos painéis de avaliação, Apoio e participação nas sessões de avaliação; Elaboração das propostas de pagamento a todos os intervenientes no processo de avaliação; Acompanhamento do processo de avaliação da componente material de Relatórios Finais concretizada com recurso a Comissões de Especialistas formadas para o efeito.
3. **Assegurar a gestão de projetos financiados no âmbito de Protocolos e da participação nacional em projetos executados na base de parcerias com equipas ou organismos nacionais e internacionais, promovendo a articulação dos programas e projetos financiados pela FCT, I.P. com os participados por outras instituições**, envolvendo: Articulação com outros serviços da FCT, I.P., através da assunção da responsabilidade pela gestão das comparticipações nacionais de projetos internacionais; Manutenção e criação de renovadas formas de cooperação multilateral com organizações internacionais de que Portugal é membro, como o CERN, o ESO e a ESA, o que se tem vindo a traduzir na gestão da participação nacional em projetos internacionais; Gestão de projetos decorrentes da participação de Portugal em Organismos Internacionais, como é o caso do MIT, CMU e Austin; Gestão de Protocolos celebrados com instituições externas com o objetivo de promover a investigação em áreas consideradas de interesse prioritário, proporcionando respostas adequadas, fundamentadas através da abertura de concursos públicos e da gestão de projetos de investigação científica nas mais diversas áreas do conhecimento.
4. **Assegurar as atividades decorrentes do cumprimento da execução das atribuições do Departamento, promovendo a articulação da FCT, I.P. com entidades externas, como é o caso do**

**COMPETE, Instâncias Responsáveis pelas Auditorias e Comunidade Científica**, envolvendo: Coordenação da aplicação de medidas decorrentes das competências do Departamento; Acompanhamento da gestão dos orçamentos e proposta de medidas de correção consideradas adequadas; Avaliação da execução; Elaboração de relatórios e pareceres técnicos; Gestão dos recursos humanos do DPP; Definição das especificações da Plataforma Eletrónica de análise de despesa no PCT; Articulação com o POFC do QREN das medidas associadas ao financiamento e gestão dos projetos de IC&DT co-financiados; Definição de estratégias de atuação e orientações tendentes à concretização das atribuições do Departamento.

O financiamento, pela FCT, de um alargado número de projetos de investigação nos mais variados domínios científicos tem permitido reforçar a capacidade científica das nossas equipas e centros de investigação, resultando na expansão e convergência de Portugal, em muitos aspetos, face às médias europeias.

### 3.2.1. Projetos em execução

No ano de 2012, o DPP foi responsável pelo acompanhamento e controlo de **4.401 projetos** de investigação em todos os domínios científicos e em áreas estratégicas que têm vindo a ser definidas como fundamentais para o desenvolvimento do bem-estar económico e social da sociedade portuguesa, conforme a seguir se resume:

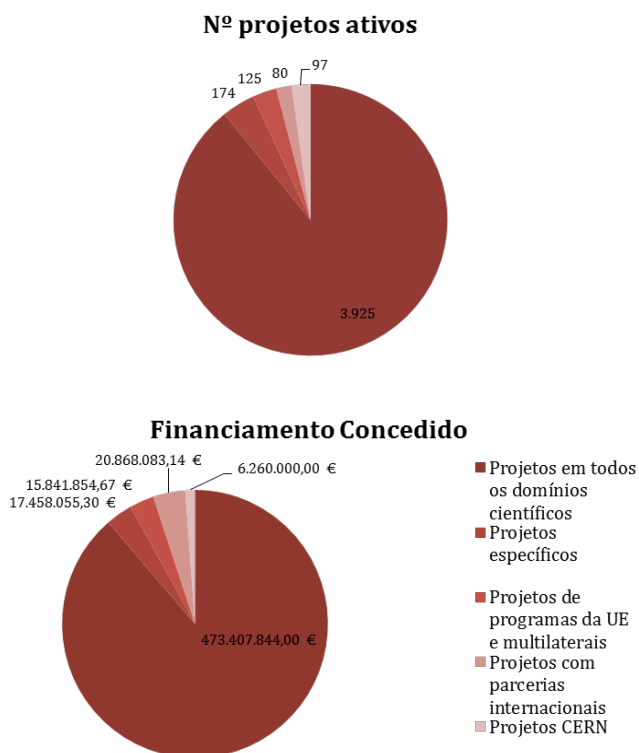


FIG. 3 - NÚMERO DE PROJETOS E FINANCIAMENTO CONCEDIDO POR TIPO DE CONCURSO

Acrescendo aos habituais projetos em todos os domínios científicos, mais representativos no exercício da atividade do DPP, destacam-se, ainda, os projetos que envolvem a participação de equipas de investigação nacionais em projetos executados na base de parcerias com **equipas ou organismos internacionais**, correspondendo a **302 projetos** dos ativos no DPP em 2012 e cerca de 8% do financiamento concedido.

Tratam-se de projetos decorrentes da participação de equipas de investigação nacionais em programas multilaterais e redes científicas em organizações internacionais, de projetos financiados ao abrigo de parcerias internacionais resultantes da celebração de acordos de cooperação entre a FCT e instituições internacionais de referência (Harvard Medical School, Massachusetts Institute of Technology, Carnegie Mellon University, University of Texas at Austin), bem como de projetos derivados do programa de cooperação entre Portugal e a Organisation Européenne pour la Recherche Nucléaire (CERN) que, pelo seu enquadramento específico, representam um contributo significativo para a internacionalização da ciência desenvolvida em Portugal.

Seguidamente, serão detalhados os projetos decorrentes dos concursos **em todos os domínios científicos**, que representam **89% dos projetos em execução** no ano de 2012 (em nº de projetos e financiamento atribuído), sendo apresentada a sua distribuição por domínio científico, por fonte de financiamento e por região.

Os **domínios científicos** com maior representatividade são o das Ciências Exatas e da Engenharia (1.628 projetos, com 40% do financiamento), seguido do das Ciências Naturais e do Ambiente (916 projetos, com 28% do financiamento), conforme se verifica pela análise da Figura seguinte:

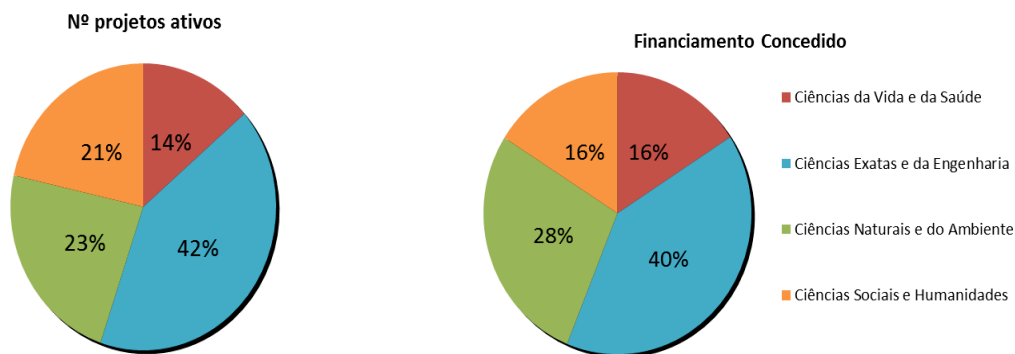


FIG. 4 - NÚMERO DE PROJETOS E FINANCIAMENTO CONCEDIDO POR DOMÍNIO CIENTÍFICO

Relativamente à **fonte de financiamento** dos projetos geridos pelo DPP, importa referir que 45% são cofinanciados por fundos estruturais, mais concretamente através do COMPETE - Programa Operacional Fatores de Competitividade, integrado no QREN, localizando-se as entidades beneficiárias destes projetos nas regiões NUT II do objetivo convergência (Norte, Centro e Alentejo).

Os restantes 55% dos projetos/financiamento em execução durante o ano de 2012, são exclusivamente suportados por fundos nacionais do Ministério da Educação e Ciência.

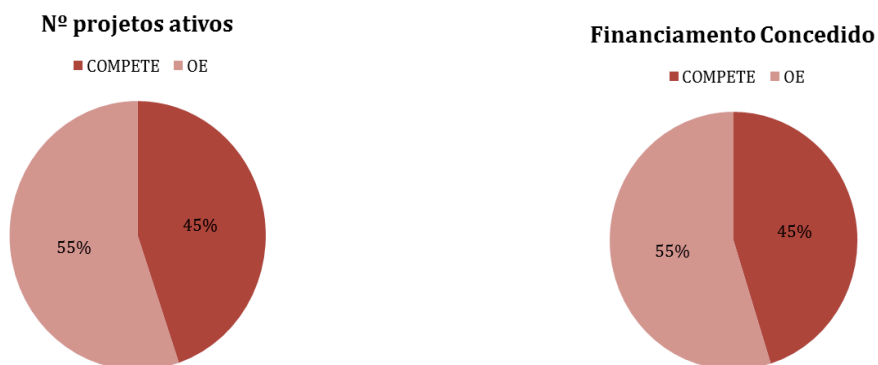


FIG. 5 - NÚMERO DE PROJETOS E FINANCIAMENTO CONCEDIDO POR FONTE DE FINANCIAMENTO

Quanto à **distribuição regional** dos projetos em todos os domínios científicos, destaca-se a região de Lisboa e Vale do Tejo cujos projetos envolvem 49% do financiamento concedido, seguida da região Norte com 26% do financiamento atribuído.

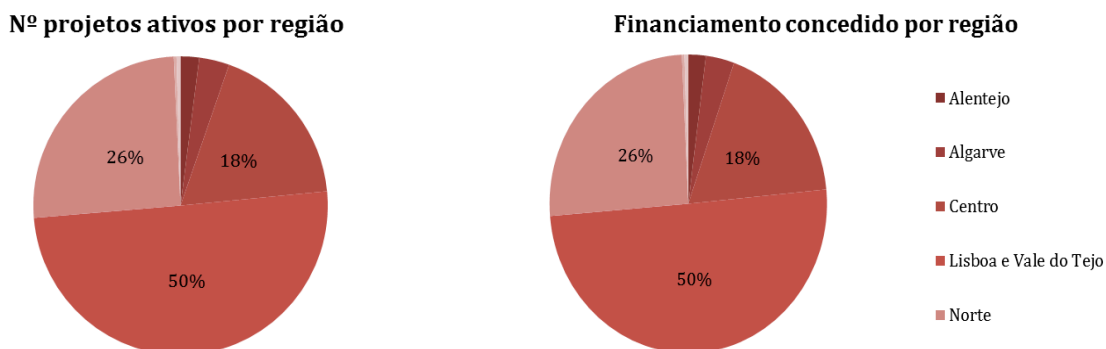


FIG. 6 - Nº DE PROJETOS E FINANCIAMENTO CONCEDIDO POR REGIÃO

A Figura seguinte ilustra a distribuição dos projetos pelos quatro **concursos em todos os domínios científicos**, ativos em 2012, e a consolidação da previsibilidade da abertura anual deste tipo de concursos associada ao ajustamento das dotações disponibilizadas no seguimento desta estratégia.

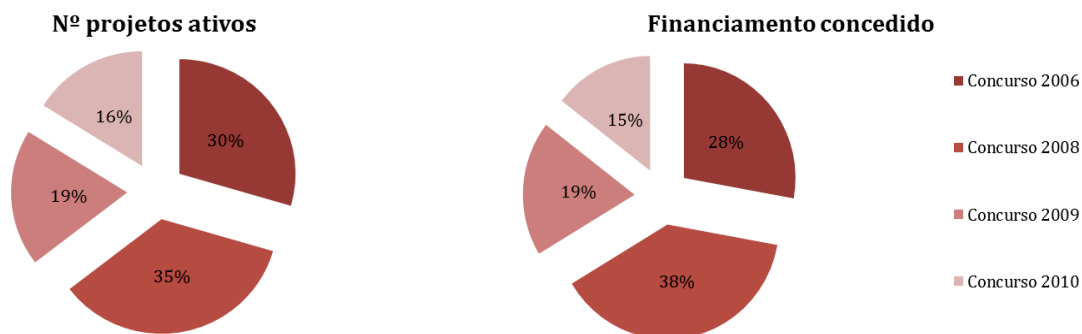


FIG. 7 - NÚMERO DE PROJETOS E FINANCIAMENTO CONCEDIDO POR CONCURSOS EM TODOS OS DOMÍNIOS CIENTÍFICOS

Em relação aos quatro concursos em análise, constata-se **níveis de execução abaixo do esperado**, comparativamente com a execução temporal verificada para estes projetos. Esta situação, associada ao contexto económico atual tem exigido a extensão dos prazos de execução inicialmente aprovados, representando um esforço acrescido à atividade do Departamento.

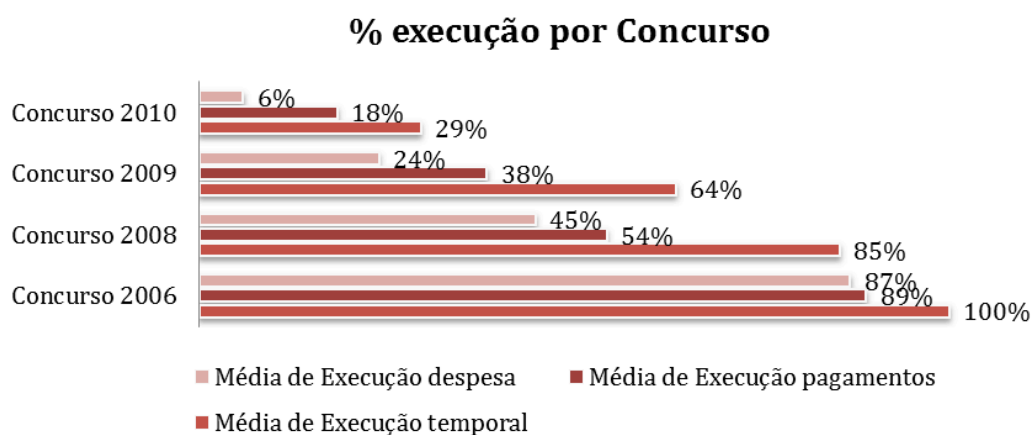


FIG. 8 - PERCENTAGENS DE EXECUÇÃO TEMPORAL, DE DESPESA E DE PAGAMENTOS – CONCURSOS EM TODOS OS DOMÍNIOS CIENTÍFICOS

Com o objetivo de incrementar a execução financeira dos projetos de IC&DT, no decurso de 2012, o DPP desenvolveu contínuas ações de sensibilização e acompanhamento da situação junto dos beneficiários. Estas ações contribuíram para o acréscimo de 20% da despesa apresentada comparativamente a 2011.

### 3.2.2. Análise de despesa

A análise de despesa realizada no âmbito de projetos de investigação é uma das principais atividades a cargo do DPP, encontrando-se refletida na figura seguinte a distribuição da despesa apresentada, analisada e considerada elegível durante o ano de 2012, por domínio científico:

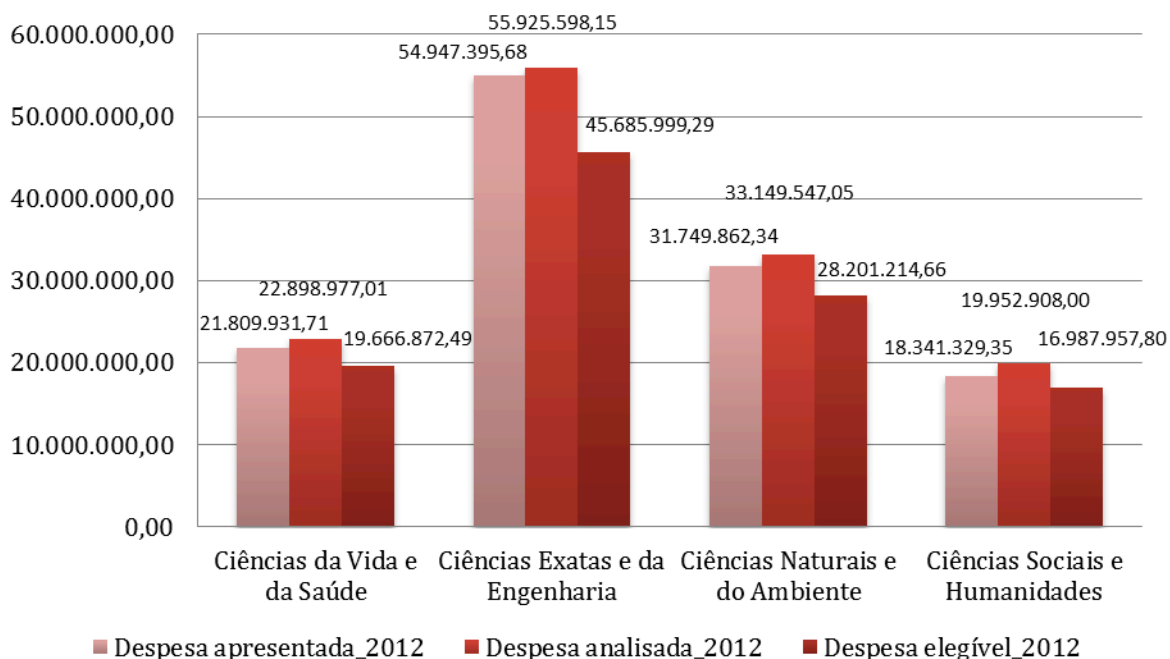


FIG. 9 - DESPESA APRESENTADA, ANALISADA E ELEGÍVEL, POR DOMÍNIO CIENTÍFICO, EM 2012

Durante o ano a que reporta o presente relatório, as entidades beneficiárias submeteram no Portal de Ciência e Tecnologia (PCT) despesa realizada no âmbito de projetos de investigação no montante de, aproximadamente, 127 M€, através da apresentação de 12.915 pedidos de pagamento, sendo os projetos dos domínios científicos das Ciências Exatas e Engenharias e das Ciências Naturais e do Ambiente os que contribuíram de forma mais significativa para este resultado.

No que concerne à despesa analisada durante o ano de 2012, a mesma ascendeu a cerca de 132 M€ (através da verificação de 13.189 pedidos de pagamento), da qual cerca de 85% foi considerada elegível pela FCT de acordo com os normativos aplicáveis nesta matéria.

É de realçar, resultante do significativo esforço exigido, o fato de ter sido possível analisar, em 2012, um volume de despesa superior ao apresentado, representando este resultado uma redução significativa nos tempos de análise e, assim, uma forte contribuição para o desenvolvimento dos projetos.

No âmbito da despesa elegível, destacam-se as rubricas orçamentais de Recursos Humanos e Aquisição de Bens e Serviços, que representam 63% da despesa validada, conforme se pode verificar da análise da figura seguinte:



FIG. 10 - DESPESA ELEGÍVEL VALIDADA, POR RUBRICA ORÇAMENTAL, EM 2012

Importa fazer referência à despesa validada e considerada elegível na rubrica “Gastos Gerais”, cerca de 14,7 M€, montante muito superior aos verificados nos anos anteriores, reflexo das medidas de simplificação implementadas pela FCT, com destaque para a aplicação de uma taxa forfetária até ao limite de 20% das despesas diretas elegíveis de cada projeto. Não obstante as diversas iniciativas desenvolvidas pela FCT junto das entidades competentes, apenas foi possível implementar esta medida para os projetos financiados exclusivamente por fundos nacionais.

Tendo em conta as diversas atividades desenvolvidas pelos técnicos do DPP, as metas de execução estabelecidas pelo COMPETE/QREN, o número crescente de projetos em curso, bem como a necessidade de garantir celeridade e regularidade no reembolso das instituições beneficiárias, a análise de despesa foi efetuada com a colaboração de uma empresa externa após seleção através de concurso público, conforme tem sido recorrente nos últimos anos.

Importa, ainda, apresentar uma análise comparativa dos resultados obtidos em 2012, em relação aos anos anteriores:



Tabela III - Despesa apresentada, analisada e elegível, por ano

Ano	Despesa apresentada	Despesa analisada	Despesa elegível	Taxa inelegibilidade	Nº PP's analisados
2009	56.660.511,24 €	53.448.837,40 €	48.171.731,25 €	10%	8336
2010	53.351.705,21 €	54.957.245,47 €	47.287.412,15 €	14%	8299
2011	105.090.603,60 €	89.304.799,78 €	70.300.350,94 €	21%	6546
2012	126.848.519,08 €	131.927.030,21 €	110.542.044,24 €	16%	13189

Em comparação com o ano anterior, no qual já se registou um aumento acentuado da despesa submetida pelas entidades beneficiárias, em 2012 verifica-se um aumento de cerca de 21% da despesa apresentada, para o qual também contribuiu a intensificação dos alertas gerados pelo Departamento para submissão de despesa por parte dos proponentes, sempre que se verificasse incumprimento dos prazos regulamentares.

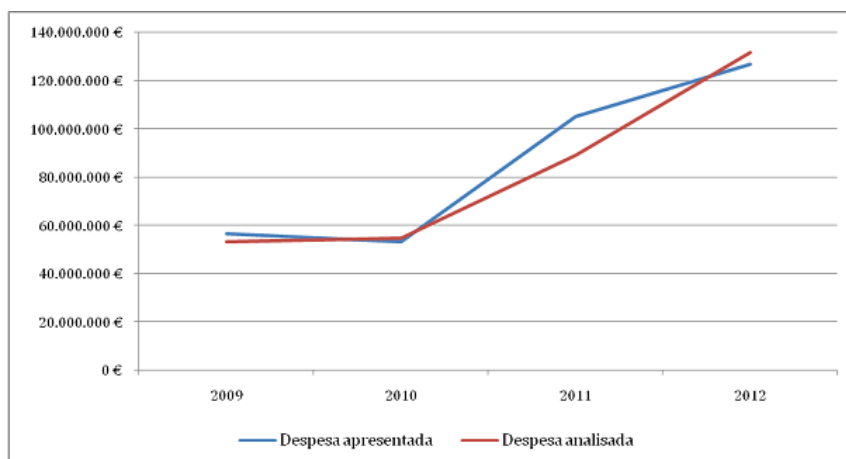


FIG. 11 - ANÁLISE EVOLUTIVA DA DESPESA APRESENTADA E ANALISADA NO PERÍODO DE 2009 A 2012

O incremento acima mencionado foi acompanhado de um excelente desempenho por parte do DPP, que analisou, em relação a 2011, mais 43 M€ de despesa realizada no âmbito de projetos de investigação (correspondentes a mais 6.643 pedidos de pagamento analisados). O resultado alcançado contribuiu para o incremento da execução dos projetos de I&D, bem como para a FCT, enquanto organismo intermédio, ultrapassar o compromisso assumido de execução de projetos cofinanciados pelo COMPETE.

Deste modo, **foi possível reduzir o tempo médio de análise de despesa em 21% face a 2011**, tornando mais célere o pagamento dos reembolsos às entidades beneficiárias.

### 3.2.3. Ações de controlo

No âmbito desta matéria, importa mencionar que apenas os projetos de I&D cofinanciados através do COMPETE tiveram, durante o ano de 2012, ações de controlo que foram promovidas pelas respetivas entidades de controlo.

Destaca-se a **ação de controlo específica à certificação de despesas à Comissão Europeia relativas aos 692 projetos aprovados ao abrigo das disposições transitórias**, realizada pelo Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP (IFDR), que envolveu significativamente o Departamento, atendendo a que foi necessário reanalisar um conjunto muito representativo de pedidos de pagamento que tinham sido já objeto de verificação por parte da FCT (designada por 1ª fase da metodologia de reverificação), bem como desencadear os procedimentos necessários à celebração das adendas aos contratos de concessão de financiamento com as entidades beneficiárias.

Acresce o esforço adicional do Departamento ao nível da disponibilização de informação, acompanhamento e prestação de esclarecimentos, análise de relatórios e elaboração dos processos de contraditório.

Apenas com o enorme esforço desenvolvido pelo Departamento a este nível, foi possível, em Junho de 2012, a Autoridade de Certificação (IFDR) levantar a suspensão que tinha sido imposta à certificação das despesas realizadas pelos projetos das disposições transitórias.

Outra das implicações desta ação de controlo, encontra-se relacionada com a metodologia de reverificação de despesa que tem de ser obrigatoriamente aplicada em fase de encerramento dos projetos das disposições transitórias, com consequências no processo de encerramento dos projetos cofinanciados pelo COMPETE, ao qual será dado especial enfoque pelo Departamento no decurso do próximo ano de 2013.

Foi, também, da responsabilidade do DPP, concretizar as verificações previstas no **Plano de Verificações no Local 2011** estabelecido pela Autoridade de Gestão do COMPETE, tendo sido necessário recorrer aos serviços de uma empresa externa que foi responsável pela análise documental, financeira, contabilística e física, através da realização de visitas aos beneficiários dos 9 projetos de I&D selecionados, bem como pela elaboração dos respetivos relatórios técnicos. Ao Departamento, coube, também, a interligação entre os beneficiários, a empresa contratada e a Autoridade de Gestão do COMPETE, tendo os resultados finais destas verificações no local sido submetidos ao COMPETE, em SIPOFC, no último trimestre de 2012.

O DPP contribuiu, ainda, para a elaboração do contraditório ao relatório final da **auditoria realizada pelo Tribunal de Contas ao Programa Operacional Fatores de Competitividade (COMPETE)**, que incidiu, na FCT, na vertente de organismo pagador recaindo numa amostra de 8 projetos de investigação e incidindo sobre as autorizações de pagamento e fluxos financeiros associados.

A par das ações de controlo acima referenciadas, durante o ano de 2012, o DPP deu resposta às várias **ações de supervisão realizadas pelo COMPETE aos pedidos de certificação de despesa**, através da disponibilização de informação, acompanhamento do processo e prestação de esclarecimentos solicitados. Foram analisadas as informações elaboradas pela Autoridade de Gestão deste programa operacional sobre as anomalias detetadas no âmbito das ações de supervisão, tendo sido elaborados os respetivos

contraditórios e desenvolvidas as ações necessárias no sentido de ultrapassar as situações irregulares detetadas.

### **3.2.4 Avaliações**

No decorrer do ano de 2012 o Departamento de Programas e Projetos foi responsável pela abertura e acompanhamento dos seguintes concursos de projetos:

- “Concurso de Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico no âmbito do Protocolo de Colaboração entre a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e a *Agence Nationale de la Recherche* (ANR) – 2012”, aberto de 15 de fevereiro a 21 de março de 2012;
- “Concurso de Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico em Todos os Domínios Científicos - 2012”, aberto de 15 de março a 3 de maio de 2012;
- “Concurso de Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e Harvard Medical School – 2012 / Investigação Clínica (Tipologia Júnior)”, aberto de 13 de agosto a 11 de outubro de 2012;
- “Concurso de Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e Harvard Medical School – 2012 / Investigação Clínica (Tipologia Sénior)”, aberto de 13 de agosto a 11 de outubro de 2012;
- “Concurso de Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico no âmbito do Protocolo de Colaboração entre a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e a *Agence Nationale de la Recherche* (ANR) – 2013”, aberto de 15 de novembro de 2012 a 17 de janeiro de 2013.

Os processos de abertura dos concursos acima referidos exigiram a preparação de um conjunto de documentos e a concretização de diversos procedimentos da responsabilidade do DPP, nomeadamente:

- Elaboração dos avisos de abertura;
- Acompanhamento do processo de negociação/aprovação dos avisos de abertura pela Comissão Diretiva do Programa Operacional Fatores de Competitividade – COMPETE (apenas para o Concurso em Todos os Domínios Científicos – 2012);
- Elaboração das especificações informáticas para a implementação das alterações necessárias nos formulários de candidatura e de avaliação;
- Revisão dos Guiões de Candidatura e de Avaliação de acordo com as novas especificidades dos concursos abertos (em articulação com o Conselho Diretivo e com as Coordenadoras Executivas dos Conselhos Científicos);

- Atualização dos conteúdos disponibilizados na página da FCT, nomeadamente as FAQ;
- Gestão das contas de email de esclarecimento de dúvidas dos concursos.

### **Concurso de Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico em Todos os Domínios Científicos – 2012**

O Concurso de Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico em Todos os Domínios Científicos – 2012 decorreu numa modalidade substancialmente diferente das edições anteriores, entre as quais se destaca:

- As 4 tipologias de projetos distintas a concurso, diferenciadas em termos de organização das atividades de IC&DT e da dimensão média e necessidade de mobilização de meios materiais e recursos humanos altamente qualificados:
  - Projetos de IC&DT (PTDC);
  - Projetos de Investigação Exploratória (EXPL);
  - Projetos de IC&DT em Linhas de Investigação de Excelência (EXCL);
  - Projetos de IC&DT de Consolidação de Competências e Recursos em Investigação (RECI).
- Novas designações das áreas científicas a concurso e respetiva alocação aos respetivos domínios científicos;
- Limitação do número de candidaturas a submeter por cada investigador responsável;
- Submissão das candidaturas de forma sequencial em função dos 4 Domínios Científicos.

O Concurso esteve aberto de 15 de março a 3 de maio de 2012 e foram apresentadas 5.206 candidaturas distribuídas pelas 25 Áreas dos 4 Domínios Científicos e pelas 4 diferentes tipologias de projetos a concurso.

Nos termos do artigo 6º do Regulamento de Acesso a Financiamento de Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico, os técnicos do DPP, procederam à verificação dos requisitos formais de enquadramento no concurso, bem como da admissibilidade e elegibilidade dos proponentes e projetos, tendo-se concluído que 93 candidaturas não reuniam condições de admissibilidade aos concursos pelo facto de não terem sido cumpridos os requisitos regulamentares estabelecidos. Após o início do processo de avaliação foram ainda registadas 4 desistências.

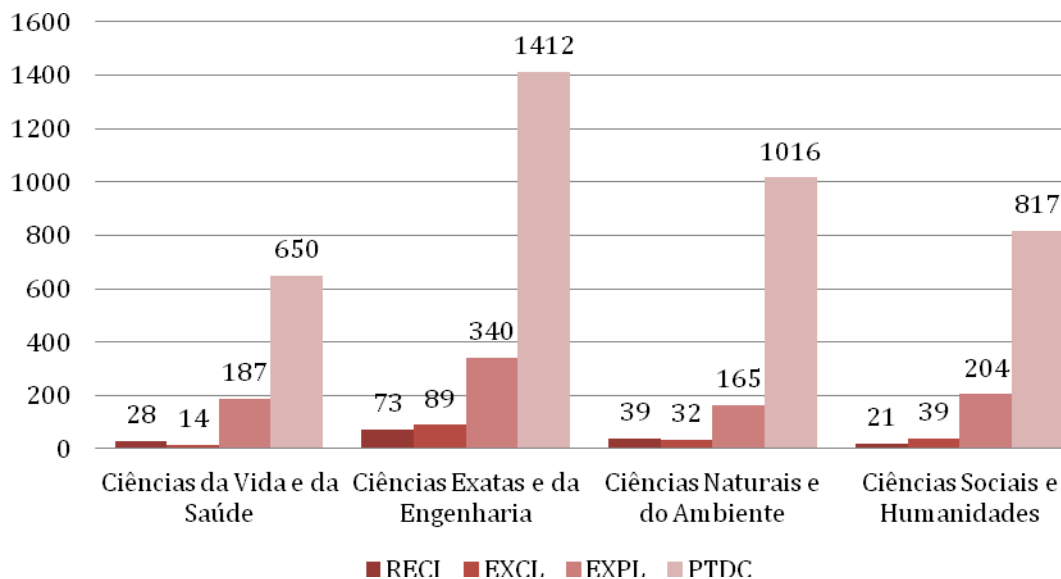


FIG. 12 - CANDIDATURAS SUBMETIDAS POR TIPOLOGIA E POR DOMÍNIO CIENTÍFICO

Assim, prosseguiram para o processo de avaliação 5.126 candidaturas envolvendo um financiamento total solicitado de 694.981.802,98 €, das quais foram propostas para financiamento 635 candidaturas (12,39%) envolvendo um financiamento global de 91.571.024,00 € (13,18%).

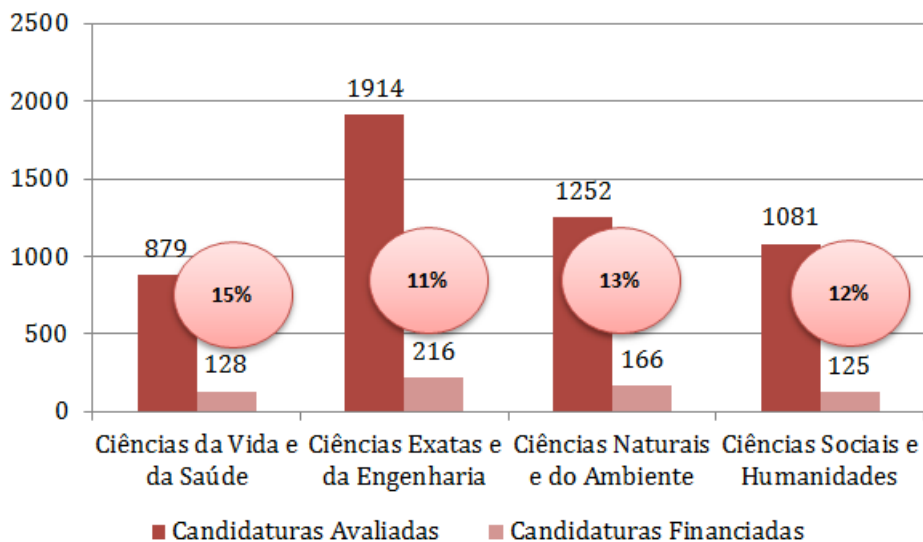


FIG. 13 - CANDIDATURAS AVALIADAS, FINANCIADAS E TAXA DE APROVAÇÃO POR DOMÍNIO CIENTÍFICO

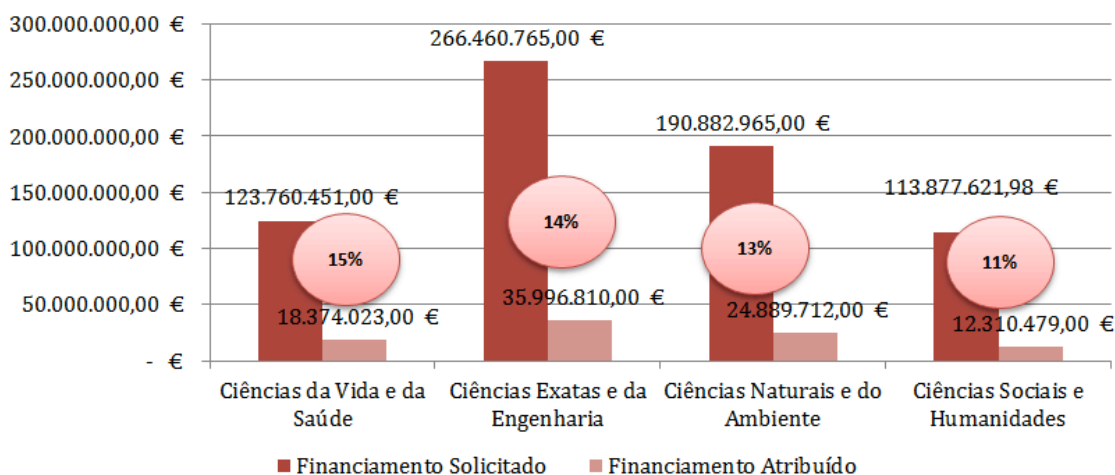


FIG. 14 - FINANCIAMENTO SOLICITADO, ATRIBUÍDO E TAXA DE FINANCIAMENTO POR DOMÍNIO CIENTÍFICO

Durante o ano de 2012 foi decidida a criação de uma estrutura adicional, supervisionada diretamente pelo Conselho Diretivo da FCT, designada Gabinete de Avaliações (GAv), o que se traduziu num conjunto de alterações ao nível dos procedimentos e das responsabilidades inerentes ao processo de avaliação das candidaturas. Assim, o desenvolvimento e acompanhamento do processo de avaliação das candidaturas submetidas no âmbito do “Concurso de Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico em Todos os Domínios Científicos – 2012” resultou da articulação e divisão de competências entre o DPP e o GAv.

A avaliação das candidaturas foi efetuada por 25 Painéis de Avaliação e Seleção internacionais e de reconhecido mérito e idoneidade, compostos por 263 Avaliadores e 6.300 Peritos Externos.

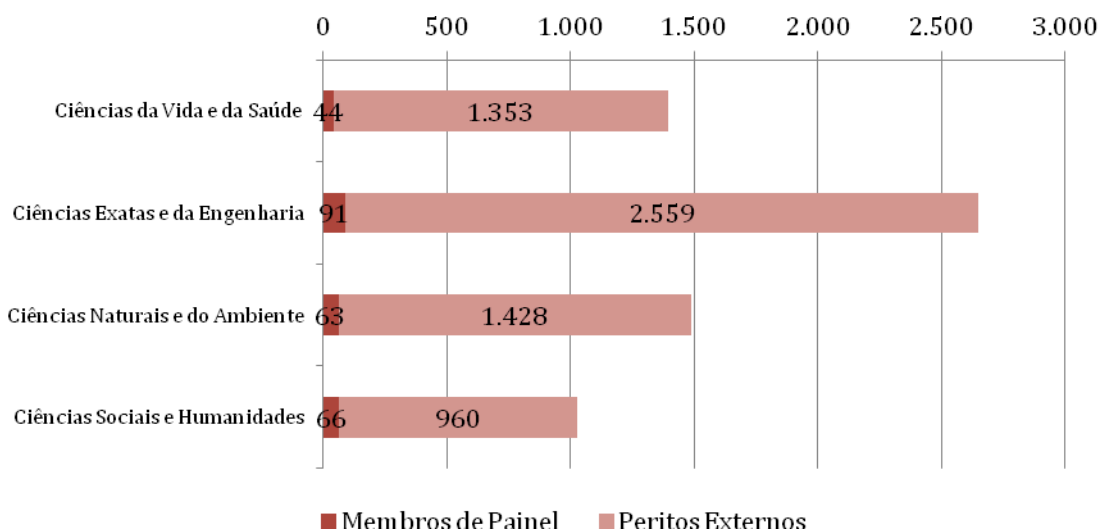


FIG. 15 - AVALIADORES POR DOMÍNIO CIENTÍFICO

O processo de avaliação das candidaturas decorreu entre os meses de abril e novembro de 2012, sendo que as reuniões presenciais dos 25 Painéis de Avaliação e Seleção tiveram lugar em Lisboa no período compreendido entre 3 de outubro e 21 de novembro de 2012.

O acompanhamento da fase *online* do processo de avaliação foi efetuado pelos *Project Officers* do DPP, após a seleção dos avaliadores pelos *Scientific Officers* do GAv. As reuniões presenciais dos painéis foram acompanhadas tanto pelos *Scientific Officers* como pelos *Project Officers*.

A metodologia de seleção e hierarquização das candidaturas baseou-se no indicador de mérito do projeto que assenta nos critérios e fatores estabelecidos no Edital do Concurso e no Regulamento aplicável:

- A. Mérito científico e carácter inovador do projeto numa ótica internacional;
- B. Mérito científico da equipa de investigação;
- C. Exequibilidade do programa de trabalhos e razoabilidade orçamental;
- D. Contributo para a acumulação de conhecimento e competências do Sistema Científico e Tecnológico Nacional.

Após o encerramento das reuniões de avaliação foi da responsabilidade do GAv a verificação de todos os pareceres, processo este que decorreu até 17 de dezembro de 2012.

Terminada esta fase, o DPP procedeu à notificação dos investigadores responsáveis das propostas de decisão da FCT a 18 de dezembro de 2012, após a respetiva autorização pelo Conselho Diretivo da FCT.

A comparação entre os resultados do Concurso em Todos os Domínios Científicos de 2012 e a edição anterior de 2010 permite verificar um aumento de 11,5% no número de candidaturas avaliadas (mais 527 candidaturas face a 2010) mantendo-se, no entanto, constante o número de candidaturas selecionadas para financiamento (634 em 2010 e 635 em 2012).

Em termos de envelope financeiro o Concurso de 2012 registou um aumento de 32,9% face ao montante atribuído no âmbito do Concurso de 2010. O facto do aumento significativo do financiamento atribuído não se traduzir num equivalente aumento do número de candidaturas financiadas é justificado, em boa medida, pelo aumento da dimensão orçamental de duas novas tipologias de projetos a concurso, nomeadamente as Linhas de Investigação de Excelência a Consolidação de Competências e Recursos em Investigação.

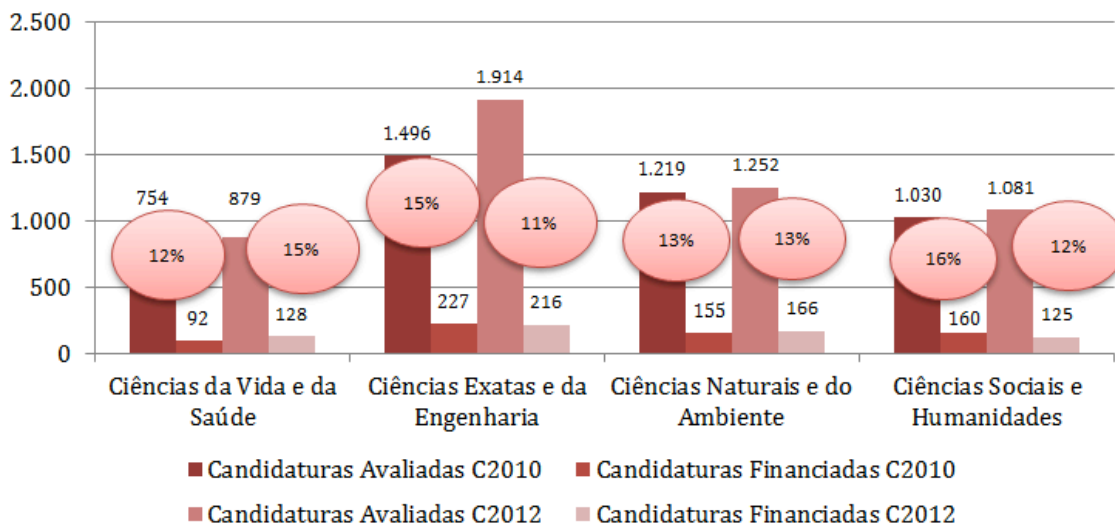


FIG. 16 - CANDIDATURAS AVALIADAS, FINANCIADAS E TAXA DE APROVAÇÃO POR DOMÍNIO CIENTÍFICO NO C2010 E C2012

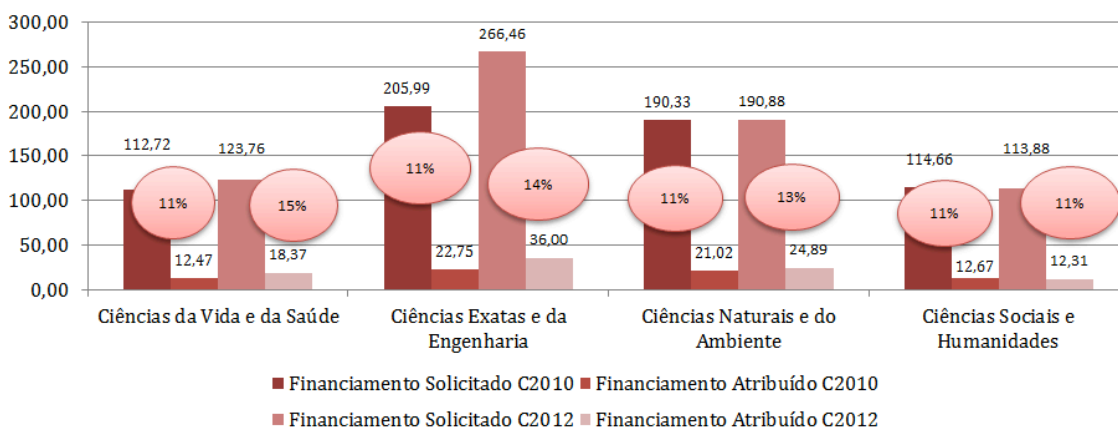


FIG. 17 - FINANCIAMENTO SOLICITADO, ATRIBUÍDO E TAXA DE FINANCIAMENTO POR DOMÍNIO CIENTÍFICO NO C2010 E C2012 (VALORES EM MILHÕES DE EUROS)

**Concurso de Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico no âmbito do Protocolo de Colaboração entre a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e a Agence Nationale de la Recherche (ANR) – 2012**

No âmbito do Concurso de Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico no âmbito do Protocolo de Colaboração entre a FCT e a ANR – 2012, aberto de 15 de março a 21 de março de 2012, foram apresentadas 92 candidaturas no âmbito dos 4 Domínios Científicos a concurso. As 3 áreas científicas prioritárias a concurso foram: Ciências da Saúde, Ciências Biológicas e Ambiente e Alterações Globais.



Cumprido o procedimento de verificação dos requisitos formais de enquadramento no concurso, bem como da admissibilidade e elegibilidade dos proponentes e projetos, concluiu-se que 6 candidaturas não reuniam as condições de admissibilidade ao concurso pelo facto de não terem sido cumpridos os requisitos regulamentares estabelecidos.

A avaliação das 86 candidaturas validadas, envolvendo um financiamento total solicitado de 19.023.085,00 €, foi integrada no processo de avaliação do Concurso de Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico em Todos os Domínios Científicos – 2012, das quais foram propostas para financiamento 14 candidaturas (16,28%) envolvendo um financiamento global de 2.973.364,00 € (15,63%).

### **Concursos de Cooperação Transnacional: Parcerias Internacionais**

No decorrer do ano de 2012 a FCT abriu 2 Concursos de Cooperação Transnacional, ambos no período compreendido entre 13 de agosto e 11 de outubro:

- “Concurso de Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e *Harvard Medical School* – 2012 / Investigação Clínica (Tipologia Júnior)”;
- “Concurso de Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e *Harvard Medical School* – 2012 / Investigação Clínica (Tipologia Sénior)”.

A estes Concursos apresentaram-se doze candidaturas (3 Sénior e 9 Júnior), das quais foram financiadas três (1 Sénior e 2 Júnior). Estes projetos financiados integralmente por fundos nacionais têm um financiamento alocado de 400.000,00 Euros no caso do projeto Sénior e de 340.824,00 Euros no caso dos Projetos financiados pelo Concurso da modalidade Júnior.

A avaliação destes concursos, que tem como objetivo possibilitar a Jovens médicos a oportunidade de desenvolverem as suas capacidades em áreas da investigação clínica, é efetuada por um painel de peritos internacionais nas áreas da investigação clínica designados pela Direção do Programa Harvard Medical, sendo o processo acompanhado conjuntamente pelo DPP e o Gabinete de Parcerias Internacionais.

### **Concurso de Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico no âmbito do Protocolo de Colaboração entre a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e a *Agence Nationale de la Recherche (ANR)* – 2013**

O Concurso de Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico no âmbito do Protocolo de Colaboração entre a FCT e a ANR – 2013, aberto a partir de 15 de novembro de 2012, decorreu numa modalidade diferente da edição anterior. Neste concurso a ANR assumiu o papel de Agência líder, assegurando o processo de submissão, avaliação e seleção das candidaturas.

No entanto, caberá também à FCT a apreciação e decisão quanto ao financiamento das instituições portuguesas. Atendendo a que o concurso encerrou a 17 de janeiro de 2013 não é possível indicar neste relatório, o número de candidaturas submetidas e financiadas bem como os montantes de financiamento

associados e respetivas taxas de aprovação. As 2 áreas científicas prioritárias a concurso foram: Ciências da Vida e Ciências Sociais e Humanidades.

### 3.2.5 Avaliações de Relatórios Finais

Os Relatórios Finais dos projetos, submetidos eletronicamente no sítio da FCT na internet, são apreciados:

- Na componente científica, por Comissões de Avaliação constituídas por elementos da Comunidade Científica nomeados para o efeito;
- Na componente financeira, pelos técnicos do DPP.

Durante o ano de 2012, foram avaliados, pelas diversas Comissões de Avaliação constituídas para o efeito, 347 Relatórios Finais Científicos, tendo este processo sido acompanhado pelo DPP.

Perspetiva-se, no ano de 2013, um acréscimo muito significativo da atividade do Departamento no âmbito do processo de encerramento dos projetos que exigirá a introdução de medidas de reorganização conducentes a melhorias de eficácia que não deverão, no entanto, ser dissociadas do reforço das capacidades do Departamento.

### 3.2.6 Execução Financeira do DPP

É ao grupo de Gestão Financeira do DPP que cabe a missão de assegurar a boa execução dos Projetos do *Programa de Investimentos de Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC)*, integrados no Programa PO13 – “Ciência e Ensino Superior”, MO 004 - “Serviços Gerais da A.P. – Investigação Científica de Carácter Geral “ afetos ao Departamento.

No decurso de 2012, foram dois os Projetos PIDDAC geridos por este Departamento, a saber:

- *Projeto 3599 - Promover a Produção Científica, o Desenvolvimento Tecnológico e a Inovação;*
- *Projeto 5876 - Promover a Produção Científica, o Desenvolvimento Tecnológico e a Inovação.*

O Projeto 3599 assegura o financiamento dos projetos de investigação apoiados exclusivamente por Fundos Nacionais, enquanto o Projeto 5876 assegura a comparticipação do Orçamento do Estado em projetos cofinanciados no âmbito do QREN.

O financiamento do COMPETE - Programa Operacional Fatores de Competitividade do QREN aos projetos com Instituição Proponente localizada nas Regiões NUT II do Objetivo Convergência (Norte, Centro e Alentejo assume a natureza de apoio não reembolsável até 85% das despesas elegíveis do projeto, ou até 50% no caso de empresas, sendo que, nesta última situação, o financiamento é concedido ao abrigo do enquadramento comunitário dos auxílios *de minimis*. As empresas localizadas fora das Regiões Convergência são financiadas até ao limite de 50% exclusivamente por fundos nacionais.

Os Projetos 3599 e 5876 permitem concretizar a missão da FCT através da concessão de financiamento na sequência da avaliação do mérito de propostas de equipas de investigação financiadas no âmbito de concursos que visam o incrementar e consolidar o Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN).

Caracterizando-se por uma duração plurianual, as dotações orçamentais destes Projetos viabilizaram não apenas a abertura de novos concursos, como também a assunção dos compromissos transitados de anos anteriores com os projetos em curso, suportando ainda as inerentes despesas de gestão, avaliação, acompanhamento e divulgação.

No final de cada ano orçamental, o DPP colabora com o Departamento de Gestão e Administração (DGA) da FCT na elaboração dos Relatórios de execução anual.

O ano de 2012 é marcado pelo significativo acréscimo na execução orçamental dos projetos a cargo do Departamento, superior a 52% quando comparado com o período homólogo anterior.

A evolução e volume de transferências concretizadas a favor dos projetos de investigação acompanhados pelo Departamento são apresentados no gráfico seguinte:

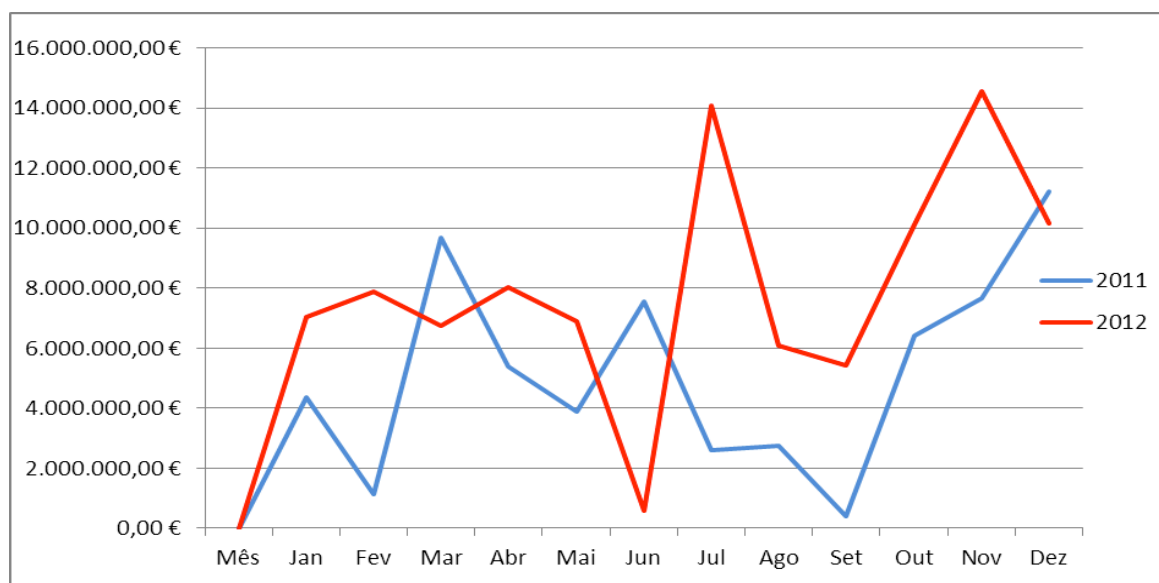


FIG. 18 - EVOLUÇÃO COMPARATIVA DE PAGAMENTOS A PROJETOS DE IC&DT

São vários os fatores que marcam a evolução das transferências concretizadas ao longo do ano de 2012. Os ritmos de disponibilização dos fundos, naturalmente, mas igualmente os ritmos de apresentação de despesa por parte dos beneficiários e correspondente verificação por parte do DPP que se acentuou no 2º semestre do ano.

Para este resultado, que permitiu disponibilizar às entidades do SCTN, um **montante superior a 50% do transferido em 2011**, contribuiu o aumento do volume de despesa analisada, possível graças à priorização

que foi assumida, ao esforço acrescido por parte dos técnicos do Departamento e à colaboração da empresa de auditores externa contratada para o efeito. O acréscimo de processos e transferências concretizadas foi também possível face à dedicação e esforço dos colaboradores do grupo de Gestão Financeira do Departamento.

O quadro seguinte traduz a evolução orçamental e execução dos Projetos 3599 e 5876:

**Tabela IV - Evolução Orçamental e Execução dos Projetos 3599 e 5876**

Projecto Orçamental	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido	Fundos Recebidos	Execução Total	Taxa de Execução
3599 - PPCDTI	43.855.000,00	58.592.272,00	58.307.186,88	58.269.253,93	100%
5876 - PPCDTI	40.855.000,00	43.728.218,00	41.132.862,47	39.968.299,58	97%
<b>TOTAIS</b>	<b>84.710.000,00</b>	<b>102.320.490,00</b>	<b>99.440.049,35</b>	<b>98.237.553,51</b>	<b>99%</b>

Da análise deste quadro, é visível o esforço orçamental e prioridade que foi transmitida aos pagamentos a projetos de I&D, bem como a concretização plena dos objetivos orçamentais e a confirmação da prioridade estabelecida.

Importará, ainda, realçar a alteração ao regulamento “Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional”, aprovada Por Deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação do Programa COMPETE, que veio permitir, em 2012, a atualização da taxa máxima de cofinanciamento do FEDER de 70% para 85%.

Esta alteração permitiu potenciar a utilização dos Fundos Comunitários e contribuiu para o aumento do orçamento disponível em 2012. Efetivamente, a conjugação desta alteração com o acréscimo significativo na análise de despesa, justifica o fato do total de FEDER pago em 2012, ser **superior em cerca de 87%** a 2011.

### 3.2.7 Objetivos do DPP em 2012 e a sua contribuição para os resultados institucionais

*A análise do grau de realização dos resultados alcançados pelo Departamento de Programas e Projetos atendidos os objetivos anuais e atividades relevantes previstas executar em 2012, com os recursos humanos e financeiros disponíveis, constitui-se como um instrumento fundamental pelo que, nesta perspetiva, o DPP inclui no Relatório de Atividades informação sobre o nível de execução e grau de cumprimento dos objetivos previstos para este Departamento no âmbito do Plano de Atividades da FCT para 2012.*

O Plano de Atividades da FCT para 2012, remete para o DPP a responsabilidade de promover o avanço do conhecimento científico e tecnológico em Portugal e a sua internalização, através do financiamento e avaliação de programas e projetos de investigação científica e desenvolvimento tecnológico em todos os domínios científicos e acompanhamento da respetiva execução.

Para cumprimento da sua missão, o DPP contou com uma estrutura refletida no organigrama seguinte:



FIG. 19 - ORGANIGRAMA DO DPP

No desenvolvimento dos Objetivos Estratégicos do Departamento, foram considerados 5 Objetivos Operacionais que descrevemos abaixo, com resumo dos principais resultados alcançados:

**Objetivo 1: Lançar novos concursos públicos para financiamento de Projetos de Investigação após deliberação do Conselho Diretivo da FCT**

**Meta: 4 concursos públicos para financiamento de projetos de investigação**

No decurso de 2012, foram lançados, após deliberação do Conselho Diretivo da FCT, os seguintes concursos públicos para financiamento de projetos de investigação:

**Acordo de Cooperação entre Portugal e a *Harvard Medical School* – 2012: Concurso de Projetos de Investigação Clínica (Tipologia Júnior)**

Aberto entre o dia 13 de Agosto de 2012 e às 17 horas, hora de Lisboa, do dia 11 de Outubro de 2012

O objetivo deste concurso consiste em reforçar a capacidade nacional de produzir novos conhecimentos relevantes para a Saúde, através de um estímulo ao desenvolvimento de projetos de investigação clínica, em que o/a Investigador/a Responsável deve obrigatoriamente conciliar atividades de investigação simultaneamente com a sua atividade clínica. Este concurso visa estimular a conceção e desenvolvimento de projetos de investigação clínica por Médicos em fases iniciais da sua carreira clínica. Cada projeto será desenvolvido em rede, envolvendo colaboração entre o médico que se responsabiliza pela candidatura e equipas de investigação de entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional e equipas da *Harvard Medical School*.

## **Acordo de Cooperação entre Portugal e a Harvard Medical School – 2012: Concurso de Projetos de Investigação Clínica (Tipologia Sénior)**

Aberto entre o dia 13 de Agosto de 2012 e as 17 horas, hora de Lisboa, do dia 11 de Outubro de 2012

O objetivo específico dos projetos de investigação clínica de tipologia *Sénior* consiste em reforçar a capacidade nacional de produzir novos conhecimentos relevantes para a Saúde, através de um estímulo ao desenvolvimento de projetos de investigação clínica, em que o/a Investigador/a Responsável deve obrigatoriamente conciliar atividades de investigação simultaneamente com a sua atividade clínica. Este concurso visa estimular a conceção e desenvolvimento de projetos de investigação clínica por Médicos em fases avançadas da sua carreira clínica. Cada projeto será desenvolvido em rede, envolvendo colaboração entre o/a médico/a que se responsabiliza pela candidatura e equipas de investigação de entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional e equipas da *Harvard Medical School*.

## **Concurso de Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico em Todos os Domínios Científicos – 2012**

A apresentação de candidaturas a este grande concurso foi efetuada sequencialmente, em função dos quatro Domínios Científicos, nas seguintes datas:

1. Ciências da Vida e da Saúde, com candidaturas abertas entre 15 de fevereiro e as 17 horas (hora de Lisboa) de 15 de março de 2012;
2. Ciências Exatas e da Engenharia, com candidaturas abertas entre 1 de março e as 17 horas (hora de Lisboa) de 29 de março de 2012;
3. Ciências Naturais e do Ambiente, com candidaturas abertas entre 21 de março e as 17 horas (hora de Lisboa) de 19 de abril de 2012;
4. Ciências Sociais e Humanidades, com candidaturas abertas entre 3 de abril e as 17 horas (hora de Lisboa) de 3 de maio de 2012.

O aviso de abertura de concurso contemplou, pela primeira vez e por decisão do novo Conselho Diretivo da FCT, quatro linhas de atuação que se concretizam em modalidades de projeto diferenciadas em termos da organização das atividades de IC&DT e da dimensão média e necessidade de mobilização de meios materiais e recursos humanos altamente qualificados:

- a. Projetos de IC&DT – dirigidos a questões científicas originais e relevantes, com referência a padrões internacionais que contribuam de forma significativa para o avanço do conhecimento e que produzam indicadores de realização no decurso do projeto, em termos de produção científica e tendo em conta áreas prioritárias de investigação, definidas pelas políticas públicas.

Nesta modalidade a duração máxima dos projetos a apoiar é de dois anos, prorrogável até um ano e o limite máximo de financiamento por projeto é de 200.000 €.

- b. Projetos de investigação exploratória - os projetos de estímulo à investigação exploratória correspondem a uma configuração de projeto de investigação científica mais aberta e que se

destina à exploração de ideias ou conceitos que sejam considerados como apresentando grande originalidade e/ou potencial de inovação.

Nesta modalidade a duração máxima dos projetos é de um ano prorrogável por seis meses e o limite máximo de financiamento por projeto é de 50.000 €.

- c. Projetos de IC&DT em linhas de investigação de excelência - projetos que envolvem uma organização estruturada e coerente da atividade científica em grandes linhas de investigação. Os objetivos científicos ou tecnológicos do projeto devem alicerçar-se em indicadores de realização claros e sustentados em áreas emergentes e/ou de consolidação de excelência que sejam identificados como áreas prioritárias para o desenvolvimento científico e tecnológico nacional.
- d. Nesta modalidade os projetos devem apresentar um plano científico a cinco anos e uma calendarização para a execução financeira que não ultrapasse os três anos previstos para este concurso. O limite máximo de financiamento por projeto é de 500.000 €.
- e. Projetos de IC&DT de consolidação de competências e recursos em investigação - esta modalidade destina-se a apoiar projetos de investigação que pela sua natureza e especificidade dependem fortemente de meios materiais e recursos humanos altamente qualificados de modo a desenvolver competências competitivas, nomeadamente para participação em programas internacionais.

Os projetos devem apresentar um plano científico a cinco anos e uma calendarização para a execução financeira que não ultrapasse os três anos previstos para este concurso. O limite máximo de financiamento por projeto é de 500.000 €.

Ao abrigo do **Protocolo de Colaboração estabelecido entre a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e a Agence Nationale de la Recherche (ANR)**, foram ainda abertos em 2012, 2 concursos públicos associados às colaborações científicas entre equipas de investigação portuguesas e francesas nas áreas das Ciências da Vida; Ciências Sociais e Humanidades; Ciências Biológicas; e Ambiente e Alterações Globais:

O primeiro período de candidaturas decorreu entre o dia 15 de fevereiro e as 17 horas (hora de Lisboa) dia 21 de março de 2012 e o segundo entre 15 de Novembro de 2012 e as 13 horas (hora de Paris) do dia 17 de Janeiro de 2013.

A ANR assumiu, para esta última chamada aberta em 2012, o papel de Agência líder, assegurando o processo de submissão, avaliação e seleção das candidaturas. Os resultados deste processo serão submetidos à FCT para apreciação e decisão quanto às Instituições Portuguesas.

A abertura destes concursos, que veio possibilitar o financiamento de centenas de projetos de investigação nos mais variados domínios científicos, foi considerada de importância relevante para a comunidade científica nacional, assegurando o desenvolvimento de atividades científicas de inúmeras equipa de investigação nacionais, permitindo ainda a atribuição de um número significativo de bolsas de investigação para formação de jovens investigadores.

**Objetivo 2: Reduzir os tempos médios de resposta à comunidade científica, resultantes de pedidos de alteração apresentados à FCT no âmbito dos projetos apoiados**

### **Meta: Reduzir o tempo de resposta face a 2011**

O funcionamento do DPP exige uma continuada e adequada comunicação aberta facultando informações e esclarecimentos sistemáticos à comunidade científica sobre os mais diversos assuntos relacionados com a gestão dos projetos de investigação apoiados, em cumprimentos das normas e demais legislação aplicável.

A dedicação e empenho dos colaboradores do DPP a par da implementação de procedimentos de melhoria administrativa, possibilitaram uma considerável redução dos prazos de resposta à comunidade científica, traduzindo-se numa maior eficácia e eficiência do departamento face ao exterior. O elevado número de processos em curso exige a continuidade deste esforço e um acompanhamento permanente dos resultados.

### **Objetivo 3: Reduzir o tempo médio de análise dos Pedidos de Pagamento**

#### **Meta: Reduzir em 20% o tempo médio de análise dos pedidos de pagamento face a 2011**

Considerando o elevado volume de financiamento envolvido no apoio aos projetos de investigação, o DPP conta com a colaboração de uma empresa externa para análise e validação de despesa. A redução, em 2012, dos prazos de análise da despesa submetida à FCT pelas entidades beneficiárias, apenas foi possível graças à colaboração da referida empresa, mas também ao trabalho desenvolvido pelos Técnicos do Departamento que continuaram a colaborar de forma ativa nesta tarefa, a par das restantes atividades sob a sua responsabilidade, inerentes ao acompanhamento do ciclo de vida dos milhares de projetos de investigação em curso.

Em 2012, foi possível, com esforço, reduzir o tempo médio de análise dos pedidos de pagamento em 21% face a 2011.

### **Objetivo 4: Incrementar a análise da despesa apresentada pelas Entidades Beneficiárias**

#### **Meta: Analisar mais de 90% do montante de despesa total apresentada pelas entidades beneficiárias em 2012**

No ano de 2012, foi analisada despesa em cerca de 132 M€, face a um total de despesa apresentada no ano de aproximadamente 127 M€.

Este objetivo, a par do anterior, traduz a prioridade dada em 2012 à redução dos tempos médios de análise de despesa e incremento da execução financeira dos projetos de investigação, por forma a diminuir os prazos de reembolso às entidades beneficiárias e criar condições para execução dos projetos de investigação apoiados nos termos e prazos acordados em sede de contratualização dos financiamentos.

### **Objetivo 5: Elaborar Plano de Formação dos funcionários do DPP para 2012**

#### **Meta: Envio de Plano de formação até 31/01/2012**

A frequência de Ações de Formação profissional por parte dos colaboradores é considerada, pelo Departamento, outro importante fator, visando a aquisição de competências técnicas e pessoais que permitam um desempenho profissional adaptável, eficiente e atualizado.



Conforme previsto e considerando a importância de garantir a melhor qualificação dos colaboradores, foi apresentada pelo DPP, a 30/01/2012, a proposta de formação para 2012, a ser enquadrada nas disponibilidades e prioridades de formação definidas para a FCT.

A concretização efetiva de um adequado plano de formação assume cada vez maior importância atendida a dimensão do Departamento, o elevado número de processos e a crescente complexidade técnica que os mesmos exigem.

Como se pode constatar, o balanço da execução dos objetivos do DPP é extremamente positivo. Para a sua concretização, considerados os desafios criados, foi primordial a ativa contribuição dos recursos humanos afetos ao departamento, cuja dedicação, esforço e capacidade de adaptação justificam os resultados alcançados.

Para a concretização dos seus objetivos, o DPP contou com a colaboração dos recursos humanos indicados no quadro abaixo:

**Tabela V** - Recursos humanos do DPP

<b>Total Recursos humanos</b>	<b>37</b>
<b>Categoria</b>	<b>Nº</b>
<b>Diretor de Departamento</b>	1
<b>Técnico Superior</b>	30
<b>Técnico de Informática</b>	2
<b>Assistente Técnico</b>	1
<b>Bolseiro</b>	3

O esforço e o empenho, o espírito de equipa e a qualidade dos colaboradores devem ficar bem evidenciados nesta avaliação e relatório, sem os quais não teria sido possível responder aos desafios e constrangimentos que foram colocados e resultados alcançados.

A continuidade e aprofundamento dos resultados obtidos exigirá, no ano de 2013, o reforço organizacional do Departamento de forma a fazer face à crescente dimensão e complexidade dos processos de análise de despesa e encerramento dos projetos que assumirão um peso muito significativo na atividade futura do Departamento.

### 3.3 INSTITUIÇÕES

O Departamento de Suporte à Rede das Instituições Científicas e Tecnológicas (DSRICT) é responsável pela gestão corrente dos apoios concedidos a Unidades de I&D e a Laboratórios Associados e pela preparação dos trabalhos de avaliação de candidaturas a financiamento no âmbito do Programa de Financiamento Plurianual a Instituições I&D.

A estrutura do DSRICT acolhe duas Equipas de projeto que se dedicam a pontos específicos das suas atribuições, respetivamente, à área das Infraestruturas de C&T e à gestão do Programa Fundo de Apoio à Comunidade Científica.

A equipa afeta à gestão e acompanhamento técnico no âmbito das várias atividades do Programa de Financiamento Plurianual e avaliação das instituições de I&D é constituída por 10 Técnicos Superiores e 2 Assistentes Técnicos. Adicionalmente, a gestão financeira e controlo orçamental está a cargo de um Técnico Superior.

#### 3.3.1 Programa de Financiamento Plurianual de Unidades de I&D

##### 3.3.1.1 Financiamento de Projetos Estratégicos

O Programa de Financiamento Plurianual de Unidades de I&D foi criado em 1994. O sistema de avaliação que lhe dá suporte consiste numa apreciação periódica feita por painéis de peritos internacionais de relatórios e planos de atividades, incluindo contactos diretos com os investigadores e com as instituições através de visitas a todas as unidades. Deste exercício de avaliação resulta a atribuição pelo painel de uma classificação de qualidade (de Fraco a Excelente). Como resultado da avaliação de 2007 foram financiadas as Unidades de I&D classificadas com Excelente, Muito Bom e Bom, de acordo com o número de EETI's (elegíveis equivalentes a tempo integral) apurado anualmente no exercício de atualização de equipas.

Para 2011 e 2012 foi implementado um novo modelo de financiamento das Unidades de I&D e Laboratórios Associados, anteriormente avaliadas e financiadas no âmbito do Programa de Financiamento Plurianual, através da aprovação de um projeto estratégico (PEst) para cada uma das instituições. O valor do financiamento das Unidades de I&D para cada ano foi calculado numa base proporcional aos EETI's a 31 de Dezembro de 2009. Relativamente aos Laboratórios Associados manteve-se o valor do financiamento para cada ano igual ao valor transferido em 2010.

O financiamento aprovado para o biénio 2011-2012 ascendeu a **162.048.327 €** para o universo dos 320 projetos estratégicos.

Para as instituições sediadas nas regiões de convergência abrangidas pelo Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE, foi aprovado um financiamento total de **71.062.615 €**. Para as restantes 249 instituições situadas fora das regiões de convergência foram aprovados projetos estratégicos no montante total de **90.985.712 €**, sendo o financiamento exclusivamente suportado por verbas do Orçamento de Estado.

**Tabela VI** - Número de projetos estratégicos por tipo, fonte de financiamento e o investimento total aprovado.

Nº de Projetos	FEDER	OE	TOTAL
PEst COMPETE - 71	55.865.178€	15.197.437€	71.062.615€
PEst OE – 249	-	90.985.712€	90.985.712€
<b>TOTAL – 320</b>	<b>55.865.178€</b>	<b>106.183.149€</b>	<b>162.048.327€</b>

O financiamento das Unidades de I&D e Laboratórios Associados segundo o modelo de projetos estratégicos constitui-se como um dos pilares fundamentais da missão da FCT, ao promover o avanço do conhecimento científico e tecnológico através do desenvolvimento e capacitação institucional em todos os domínios da ciência e da tecnologia, enquadrando-se no objetivo estratégico delineado no QUAR da FCT para 2012 “Consolidar o conhecimento científico e técnico incluindo a capacitação institucional”.

### Gestão e acompanhamento dos projetos estratégicos

No ano de 2012 deu-se continuidade às atividades iniciadas em 2011 no que respeita à gestão e acompanhamento dos projetos estratégicos. Estas atividades centraram-se principalmente na análise de despesa submetida pelas instituições beneficiárias através de pedidos de pagamento no Portal de Ciência e Tecnologia (PCT), na execução de alterações de orçamento entre rubricas solicitadas pelos investigadores responsáveis, na prestação de esclarecimentos por e-mail e por telefone a pedidos das instituições sobre o processo de submissão e elegibilidade de despesas, etc.

Ao processo de análise de despesa foi dada prioridade máxima tendo os colaboradores do DSRICT, assim como a empresa de auditoria contratada para a verificação de despesa no âmbito dos projetos financiados pela FCT, respondido com grande sentido de responsabilidade ao objetivo que lhes foi pedido. O resultado do esforço de todos os intervenientes no processo de análise e validação de despesa em 2012, comparativamente com os valores de 2011, é apresentado no quadro seguinte. De salientar que o valor da despesa analisada representa 94% da despesa entrada em 2012, traduzindo-se num aumento de 14 pontos percentuais face à despesa analisada em 2011.

**Tabela VII** - Análise e validação de despesa em 2012, comparativamente com os valores de 2011.

Ano	Nº de PPs entrados	Valor da despesa entrada	Despesa analisada	Despesa Analisada (% despesa apresentada)
<b>2011</b>	255	23.658.496 €	18.917.526 €	80%
<b>2012</b>	1 686	78.542.453 €	73.890.456 €	94%
<b>Total</b>	<b>1 941</b>	<b>102.200.949 €</b>	<b>92.807.982 €</b>	<b>91%</b>

A execução dos projetos estratégicos por tipologia OE e COMPETE, com os correspondentes montantes pagos durante o ano de 2012, são os que a seguir se indicam:

**Tabela VIII - Execução dos projetos estratégicos por tipologia OE e COMPETE**

Tipo	Despesa Entrada	Despesa analisada	Despesa Elegível	Montante Pago
PEst COMPETE	37.137.261 €	35.549.255 €	29.500.645 €	25.200.779 €
PEst OE	41.405.192 €	38.341.201 €	29.780.358 €	23.826.261 €
<b>Total</b>	<b>78.542.453 €</b>	<b>73.890.456 €</b>	<b>59.281.003 €</b>	<b>49.027.041 €</b>

### Reprogramação dos projetos estratégicos para 2013

Analisada a taxa de execução dos projetos estratégicos à data de setembro de 2012, decidiu o CD da FCT dar a possibilidade às instituições de submeterem pedidos de prorrogação dos projeto estratégicos para o ano de 2013, de acordo com o previsto no Regulamento de acesso a financiamento de projetos de investigação científica e desenvolvimento tecnológico — 2010, podendo esta prorrogação representar uma reprogramação financeira com reforço ou redução relativamente ao montante aprovado inicialmente. Foi ainda solicitado que as instituições indicassem o valor a executar até 31/12/2012.

Após análise dos pedidos de prorrogação foi transmitido às instituições que seria considerado o valor de execução comunicado à FCT a executar até final de 2012 (129,3 M€), tendo como data limite de submissão da despesa na FCT 31/03/2013. O financiamento não executado relativamente ao valor mencionado para 2011/2012, não poderá ser utilizado em 2013 e será deduzido ao montante aprovado do PEst. Foi ainda comunicado o valor a considerar na reprogramação do projeto estratégico para 2013, tendo por base de cálculo a média de execução de 24 meses do projeto estratégico, incluindo saldos do Plurianual executados em 2011, com os devidos ajustamentos ao orçamento disponível da FCT para 2013. Este ajustamento representa uma redução de 25% face ao valor calculado para o ano de 2013.

**Tabela IX - Valores envolvidos na reprogramação dos projetos estratégicos.**

Tipo	Financiamento Aprovado 2011-2012	Execução PEst 2011-2012 (Valor indicado pelos IR's)	Montante calculado para 2013 (Média de execução 24 M Plurianual + PEst)	Montante calculado para 2013 Com redução de 25%	Financiamento Reprogramado 2011-2012-2013
PEst COMPETE	71.062.615 €	60.911.124 €	33.282.433 €	24.961.825 €	85.872.947 €
PEst OE	90.985.712 €	68.421.868 €	41.765.920 €	31.324.440 €	99.746.311 €
<b>Total</b>	<b>162.048.327 €</b>	<b>129.332.992 €</b>	<b>75.048.353 €</b>	<b>56.286.265 €</b>	<b>185.619.258 €</b>

A reprogramação financeira e temporal será objeto de decisão e homologação pela Tutela e POFC-COMPETE no início de 2013, logo que os valores definitivos da execução de 2012 sejam comunicados à FCT.

### **3.3.1.2 Financiamento “Incentivo”**

O Conselho Diretivo (CD) da FCT decidiu atribuir, a partir de 2013, um financiamento adicional às Instituições de I&D titulares de Projetos Estratégicos, Unidades de I&D e Laboratórios Associados, a título de incentivo, que reflita o sucesso das instituições e dos seus investigadores na captação de financiamento externo à FCT.

O Regulamento para atribuição do Financiamento “Incentivo” foi aprovado pelo CD da FCT, por deliberação de 30 de novembro de 2012, o qual mereceu despacho de homologação de Sua Excelência a Senhora Secretária de Estado da Ciência datado de 21 de dezembro de 2012.

O montante global a atribuir por ano é determinado por despacho do CD. Para o ano de 2013 será atribuído o valor de 3 M€. São destinatários do financiamento “Incentivo” no ano de 2013 as instituições de investigação científica e desenvolvimento tecnológico, que têm aprovado, pela FCT, I.P., um projeto estratégico que se encontre em execução, no corrente ano, e que tenham obtido outros financiamentos no período 2007-2011 através de:

- Contratos de financiamento internacional competitivo, referentes a projetos ou bolsas obtidas por elementos integrados nas equipas das respetivas instituições, e contratos de financiamento com empresas/indústria ou outras entidades (nacionais e internacionais), comunicados à FCT através do preenchimento do Inquérito “Incentivo” disponibilizado a todas as instituições em julho de 2012;
- Contratos de financiamentos no âmbito do 7º Programa-Quadro de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (I&DT) da União Europeia – FP7, de acordo com os dados recolhidos junto do Gabinete de Promoção do Programa-Quadro de I&DT (GPPQ) da FCT.

Em 2012, após apuramento dos valores para cada tipologia de financiamento acima descrito, foram calculados os valores a aprovar para 2013 segundo a fórmula prevista no Regulamento “Incentivo”. No Anexo I encontram-se listadas as instituições que serão objeto de financiamento com os respetivos montantes.

### **3.3.1.3 Processo de atualização de equipas e relatório científico**

O processo de atualização das equipas das Unidades de I&D e Laboratórios Associados é realizado anualmente tendo como referência a data de 31 de dezembro do ano anterior. Este exercício tem como objetivo o apuramento do total do número de investigadores Elegíveis Equivalentes a Tempo Integral - EETI's nas instituições financiadas pela FCT.

Na atualização de equipas referente a 31 de dezembro de 2011, foram confirmados 37.674 investigadores/membros, dos quais 22.332 com o estatuto de membros integrados numa só instituição. A todos os membros integrados foi solicitado, através do envio de e-mails automáticos, que confirmassem, na plataforma informática FCT/SIG, a sua integração nas respetivas equipas de investigação. Aos membros colaboradores foram enviados e-mails automáticos a informar a sua inclusão na respetiva instituição.

O número total de investigadores doutorados Elegíveis Equivalente a Tempo Integral (EETI's), confirmados nas Unidades e I&D e Laboratórios Associados à data de 31/12/2011, foi de 14.047,34, representando um aumento de 4 pontos percentuais face ao número apurado em 2010.

Os Relatórios Científicos das Unidades de I&D e Laboratórios Associados são apresentados anualmente, através de submissão eletrónica, visando descrever as atividades desenvolvidas, os objetivos alcançados, o financiamento recebido e os indicadores e a produtividade dos grupos e das linhas de investigação.

O processo de submissão do Relatório Científico de 2011 compreendeu um total de 293 Unidades I&D e 26 Laboratórios Associados, com financiamento em curso e decorreu de 1 de Fevereiro a 30 de Março de 2012.

#### **3.3.1.4 Avaliação das instituições**

Os trabalhos de preparação do lançamento do concurso para avaliação periódica das Unidades de I&D foram iniciados no final de agosto de 2012. Foram elaborados e disponibilizados ao CD os seguintes documentos:

- Proposta de calendário do concurso para avaliação das instituições;
- Resumo dos relatórios dos coordenadores dos painéis de avaliação das unidades de I&D de 2007;
- Contributos das unidades sobre o processo de avaliação recolhidos em junho de 2011;
- Resumo dos contributos da comunidade científica para a reorganização do SCTN no âmbito da iniciativa Ciência 2012.

Com o apoio do gabinete jurídico e de acordo com as orientações do CD, foi iniciada a primeira versão do Regulamento de avaliação e financiamento de unidades de I&D para o período 2014-2020.

Pretende-se com este concurso distinguir duas componentes fundamentais da avaliação: a avaliação periódica das unidades (baseada em indicadores de realização científica e tecnológica das equipas no período 2008-2012) e o plano de desenvolvimento estratégico da unidade para o período 2014-2020. É, através deste plano estratégico, que se baseará a proposta de financiamento a atribuir pela FCT às instituições de investigação. A razoabilidade orçamental e a existência das condições e meios (incluindo recursos humanos e infraestruturas) para a execução do plano estratégico são especialmente considerados na atribuição do financiamento pela FCT que não resultará, no presente concurso, da aplicação de algoritmos em função do número de doutores integrados na unidade.

### 3.3.1.5 Biblioteca Científica Online b-on

A Biblioteca Científica Online (b-on) foi criada em 2004 com o propósito de proporcionar à comunidade de ensino e de investigação nacional o acesso online a um conjunto muito relevante de conteúdos científicos disponibilizados por algumas das mais reputadas editoras e titulares de bases de dados internacionais.

A Fundação para a Computação Científica Nacional (FCCN) assegurou a gestão técnica, operacional e administrativa nos termos protocolados com as entidades responsáveis, desde o seu início. Em 2012, para dar cumprimento à Resolução de Conselho de Ministros n.º 32/2012, que determina a cessão da posição contratual da FCCN para a FCT com a maioria das editoras, foram transferidas para o orçamento da FCT as verbas provenientes das seguintes entidades:

- DGES – 2.000.000 €
- FCCN – 1.707.988 €
- Instituições do ensino superior – 1.467.817,91 €

O montante dos pagamentos às editoras em 2012 ascendeu a 10.955.619 €, pelo que a diferença entre a receita cobrada e o montante a pagar foi suportada pelo orçamento da FCT, no total de 5.779.813,09 €. A dívida à Editora Elsevier no valor de 736.469,14 € foi paga em janeiro de 2013, bem como a entrega do IVA ao Estado, no valor de 1,6 M€.

Em 25 de setembro de 2012 a FCT assinou um Contrato de Concessão de Financiamento no âmbito do Sistema de Apoios à Modernização Administrativa (SAMA), correspondente a um investimento global de 5.000.000 € e cofinanciamento FEDER até ao valor de 4.250.000 €, na sequência de candidatura apresentada ao POFC-COMPETE. O objetivo do projeto, designado por **PCAE-Ciência-Plataforma de Conteúdos para apoio à E-Ciência**, com execução entre 1 de janeiro de 2012 e 31 de dezembro de 2013, consiste no desenvolvimento de serviços que irão permitir o acesso, a distribuição e a pesquisa de conteúdos de natureza científica internacionais (b-on), e de conteúdos de acesso aberto e em língua portuguesa (RCAAP). Em novembro de 2012 foi apresentado à Agência para a Modernização Administrativa o 1º Pedido de Pagamento com despesa no valor de 556.257,21 € correspondente a uma taxa de execução do projeto de 11,13%.

### 3.3.1.6 Execução financeira

A execução financeira das ações sob a responsabilidade do DSRICT enquadra-se nos seguintes Projetos do PIDDAC, integrados no Programa PO13 - “Ciência e Ensino Superior”, MO 004 - “Serviços Gerais da A.P. – Investigação Científica de Carácter Geral “ do Orçamento do Estado:

- 6817 – Desenvolvimento, Consolidação e Reforço da rede Nacional de Instituições ID, não cofinanciado, destinado a suportar, em 2012, os pagamentos de reembolsos dos projetos estratégicos, os contratos celebrados com as editoras que disponibilizam conteúdos na biblioteca b-on, os honorários dos peritos externos que emitiram pareceres de avaliação dos programas

integrados, e o contrato celebrado com a empresa de auditoria JAMBA para análise e validação da despesa submetida no âmbito de projetos.

- 6820 – Desenvolvimento, Consolidação e Reforço da rede Nacional de Instituições ID, projeto cofinanciado pelo FEDER, destinado a suportar os pagamentos de reembolsos dos projetos estratégicos das regiões de convergência aprovados pelo POFC-COMPETE.
- 6821 – Divulgação de C&T e Cultura Científica e Tecnológica, projeto não cofinanciado. Em 2012 este projeto suportou as despesas decorrentes dos Protocolos no âmbito do programa “O Mundo na Escola”.

O quadro seguinte apresenta, por projeto PIDDAC, os orçamentos iniciais e corrigidos após alterações orçamentais ocorridas ao longo do ano, e os montantes executados por fonte de financiamento.

**Tabela X** - Orçamentos iniciais e corrigidos após alterações orçamentais ocorridas ao longo do ano (por projeto PIDDAC)

Projeto PIDDAC	Fonte de Financiamento	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido	Montantes Executados
6817	Correntes - OE	1.813.350,00 €	325.044,00 €	324.835,56 €
	Capital - OE	35.636.650,00 €	33.568.708,00 €	33.566.406,97 €
	Reposições	1.997.262,00 €	182.848,15 €	182.848,15 €
	Receitas Próprias (B-on)	- €	3.707.931,52 €	3.707.931,52 €
<b>Total</b>		<b>39.447.262,00 €</b>	<b>37.784.531,67 €</b>	<b>37.782.022,20 €</b>
6820	Capital - OE	7.000.000,00 €	5.131.485,00 €	5.131.404,66 €
	Capital - FEDER	28.060.400,00 €	21.102.549,00 €	20.123.466,63 €
<b>Total</b>		<b>35.060.400,00 €</b>	<b>26.234.034,00 €</b>	<b>25.254.871,29 €</b>
6821	Capital - OE	12.000.000,00 €	581.507,00 €	581.197,00 €
<b>Total</b>		<b>12.000.000,00 €</b>	<b>581.507,00 €</b>	<b>581.197,00 €</b>



**Tabela XI** - Montantes totais executados por atividade no ano 2012.

Atividade	Montantes executados
<b>Projetos Estratégicos</b>	49.027.040,78 €
<b>B-On</b>	10.920.805,28 €
<b>Avaliadores dos Programas Integrados</b>	11.410,00 €
<b>Mundo na Escola - Protocolos</b>	581.197,00 €
<b>Auditorias</b>	231.412,21 €
<b>Total</b>	<b>60.771.865,27 €</b>

### 3.3.1.7 Grau de realização dos objetivos incluídos no Plano de Atividades para 2012

**Objetivo:** Reduzir o tempo médio de análise dos pedidos de pagamento dos projetos estratégicos.

**Indicador:** Nº de dias de análise de despesa.

**Meta:** 60 dias

**Grau de realização:** Objetivo superado.

O tempo médio de análise dos pedidos de pagamento referentes a despesa direta (média de dias decorridos entre a entrada da documentação na FCT e a conclusão da análise) foi de 58 dias.

**Objetivo:** Garantir uma gestão correta de fundos para pagamento dos reembolsos aos projetos estratégicos.

**Indicador:** % de execução do orçamento a 31 de dezembro de 2012

**Meta:** 100%

**Grau de realização:** Objetivo cumprido. O orçamento disponível OE foi totalmente executado.

**Objetivo:** Preparar o concurso de financiamento às instituições de I&D

**Indicador:** Data de proposta ao Conselho Diretivo

**Meta:** 30 de setembro

Grau de realização: Objetivo cumprido. A proposta de calendário e os documentos de suporte à preparação do concurso foram apresentados ao CD antes de 30 de setembro.

### 3.3.2 Infraestruturas de C&T

Tendo presente as atribuições da Equipa e as ações em curso, as atividades desenvolvidas enquadram-se maioritariamente no Objetivo Estratégico 1 (OE1) - “Consolidar o conhecimento científico e técnico incluindo a capacitação institucional”.

A equipa encarregue das diferentes tarefas de gestão e acompanhamento técnico foi constituída, a partir dos princípios de fevereiro, por 2 Técnicos Superiores. A coordenação esteve a cargo de uma Técnica Superior em articulação e colaboração com o Vice-Presidente da FCT.

Alguns dos condicionalismos sentidos pela Equipa e que afetaram o seu desempenho durante o ano de 2012 são comuns a outros serviços da FCT, tais como:

- Número insuficiente de “Recursos Humanos” para as tarefas a executar. No início do ano foram reafetados a outros serviços da FCT dois dos quatro elementos que constituíam a Equipa.
- No que concerne aos pedidos de subsídio/apoio, verificou-se que a maior parte das solicitações apresentadas estavam insuficientemente documentadas, e por vezes mal formuladas, levando os subscritores dos pedidos e as respetivas instituições executoras um largo período para fornecer a documentação necessária para uma correta apreciação.
- Acresce que a execução dos apoios solicitados ultrapassa largamente o tempo previsto aquando da apresentação dos mesmos, por motivos internos às instituições executoras.
- Incumprimento da programação acordada no que respeita às “obrigações” por parte das Entidades Executoras, em particular, a submissão atempada de contas e Relatórios à FCT e apresentação da informação insuficientemente documentada e/ou carecendo de sucessivas correções.

#### 3.3.2.1 Redes Nacionais

O Programa Nacional de Reequipamento Científico (PNRC) foi criado com o objetivo de apoiar financeiramente “projetos de renovação, atualização e expansão de equipamentos científicos” e de *“promover parcerias e a partilha de equipamentos entre instituições de investigação científica e tecnológica”*.

Dando cumprimento a este último objetivo, foram constituídas 6 (seis) Redes envolvendo grandes equipamentos, definidas com base nas propostas recomendadas para financiamento pelos Painéis de avaliação e no conhecimento das necessidades e capacidades das instituições nacionais, e obedecendo a condições de contratualização, utilização e acompanhamento específicas.

A Proposta de criação de cada uma das Redes previa que fosse estabelecido um Contrato-Programa Plurianual com as instituições de acolhimento dos equipamentos que a integram e instituições aderentes, em função dos equipamentos que trouxeram para a Rede e dos serviços que prestarem no seu âmbito.

Deste modo, estando reunidas as condições necessárias para o efeito, foram celebrados 4 (quatro) Contratos-Programa de Financiamento Plurianual nas seguintes áreas temáticas:

- RNEM - Rede Nacional de Espectrometria de Massa – período 2009/2011, com prorrogação aprovada até 30/06/2012;
- RNME – Rede Nacional Microscopia Eletrónica – período 2009/2011, com prorrogação aprovada até 31/12/2012;
- RNRMN - Ressonância Magnética Nuclear (RNRMN) – período de 2010/2012;
- RNIFC – Rede Nacional de Imagiologia Funcional Cerebral – período de jun.º/2009 a maio/2012.

No que concerne às Redes Nacionais, foram realizadas ações de acompanhamento e análise da execução dos financiamentos concedidos à RNEM, RNME, RNRMN e RNIFC no âmbito dos Contratos-Programa de Financiamento Plurianual celebrados com as quatro Redes.

### **3.3.2.2. Participação em atividades no âmbito do QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional (2007/2013)**

Tendo presente as responsabilidades atribuídas à FCT, I.P. pelo anterior Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, como organismo responsável pela emissão de parecer conclusivo no âmbito dos Regulamentos Específicos dos "Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica" e "Sistema de Apoio a infraestruturas Científicas e Tecnológicas", dos Programas Regionais do Continente, foram analisadas as candidaturas integradas no Programa Estratégico "SRTT – Sistema Regional de Transferência de Tecnologia" submetidas ao INALENTEJO.

### **3.3.2.3. Outras atividades**

Foi dada sequência a diversas solicitações da Direção da FCT, em particular, no que se reporta:

- à preparação de documentação de suporte à tomada de decisão superior sobre o financiamento das Redes Nacionais;
- ao acompanhamento do dossier relativo à formalização da constituição do primeiro Centro UNESCO com sede em Portugal, o ICCE – *International Centre for Coastal Ecohydrology*;
- à colaboração na preparação da documentação de suporte ao "Concurso Público para a criação de um Roteiro (*Roadmap*) de Infraestruturas Nacionais de Investigação de Interesse Estratégico".

### **3.3.2.4 Descrição das atividades desenvolvidas e dos resultados obtidos**

A Equipa de Infraestruturas de Ciência e Tecnologia procedeu à realização das atividades listadas na tabela que se segue.

**Tabela XII** – Lista das atividades realizadas pelas Infraestruturas de C&T

Atividades realizadas	Resultados obtidos
Preparação dos instrumentos para recolha da informação dos Relatórios Finais (RF) e/ou Pontos de Situação dos financiamentos concedidos às Redes Nacionais	Foram elaborados e disponibilizados aos respetivos Coordenadores-Gerais os seguintes formulários:  . Pontos de Situação - RNME (6), RNRMN (20) e RNIFC (1);  . Relatórios Finais - RNEM (9), RNRMN (10) e RNIFC (1).
Acompanhamento da execução material e financeira da RNEM, RNME, RNRMN e RNIFC.	Foram estabelecidos em diversos momentos, contactos com os Coordenadores-Gerais das Redes para avaliação do funcionamento das mesmas e recolher informação sobre eventuais estrangulamentos e necessidades.
Análise dos relatórios de execução material e financeira da RNEM, RNME, RNRMN e RNIFC no que se reporta à verificação da elegibilidade e legalidade da despesa apresentada e à verificação do suporte documental da mesma.	Foram validados os Relatórios a seguir indicados, com um total de despesa elegível de 1.432.306,78 € (Vide Quadro I no Anexo II):  . RNEM – 2.º semestre do Ano III (9) e Final (9); . RNME – 2.º semestre do Ano III (6); . RNRMN – Ano II (10); . RNIFC – Ano III / Final (1).
Análise da informação apresentada nos Pontos de Situação das seguintes Redes: RNME; RNRMN, e RNIFC.	Foram validados os Pontos de Situação apresentados : RNRMN (6); RNRMN (20) e RNIFC (1).
Encerramento dos dossiers de suporte dos Contratos-Programa Plurianuais das Redes RNIFC e RNEM concluídas física e financeiramente com Relatórios Finais validados.	Foram encerrados 10 dossiers (9 RNEM + 1 RNIFC).
Preparação dos dossiers de suporte para a Direção da FCT, relativos às Redes RNRMN, RNEM e RNME, por forma a habilitar a mesma à tomada de decisão sobre a prorrogação dos respetivos Contratos-Programa.	Elaboração de 3 dossiers entregues ao Vice-Presidente da FCT, Professor Paulo Pereira, para a documentação das reuniões havidas na FCT com os Coordenadores Gerais das Redes em 27/02/2012 (RNRMN), 11/04/2012 (RNEM) e 30/04/2012 (RNME).
Levantamento a pedido da Direção da FCT, em Novembro de 2012, das necessidades de financiamento para 2013 das <i>Redes Nacionais</i> , no que concerne aos itens “Recursos Humanos” e “Manutenção dos Equipamentos Principais” para a elaboração de cenários para informação e decisão superior.	Elaboração em dez.º/2012 da “Proposta de aprovação de financiamento para as Redes Nacionais em 2013”.

Atividades realizadas	Resultados obtidos
<p>Acompanhamento do financiamento concedido à Universidade do Algarve (UALG) para “Equipamento de I&amp;D” no âmbito do Curso de Medicina, nomeadamente, análise dos Relatórios de Execução Material e Financeira e das propostas de prorrogação e reprogramação submetidas.</p>	<p>Elaboração da proposta de reprogramação do investimento e de prorrogação do prazo de execução.</p> <p>Análise e validação dos Relatórios de Execução Financeira n.º 7 e 8, correspondentes à despesa executada pela UALG no período de 22/06/2011 a 16/04/2012, no valor global de 326.553,96 € (Vide Quadro II no Anexo II).</p>
<p>Análise dos Pedidos de Subsídio remetidos pelo Conselho Diretivo às Infraestruturas de C&amp;T para apreciação e preparação das decisões a submeter superiormente no quadro de apoios a conceder a ações destinadas à reparação/manutenção, aquisição e/ou renovação de equipamento infraestrutural científico.</p>	<p>Foram elaborados 6 pedidos e desencadeados os mecanismos necessários ao financiamento das aprovações concedidas.</p>
<p>Desenvolvimento de ações diversas para a definição dos requisitos necessários à criação de uma Base de Dados / Inventário Nacional dos grandes equipamentos e outras infraestruturas científicas e tecnológicas.</p>	<p>Foi elaborada em fev.º/2012 uma proposta com a informação que se pretendia recolher, em articulação com os restantes Departamentos e marcada uma reunião com os responsáveis do DGEEC – Direção-Geral das Estatísticas da Educação e Ciência, para análise da viabilidade da realização de um inventário a incluir ou não no IPCTN relativo a 2011.</p>
<p>Participação em atividades no âmbito do QREN (2007/2013) – INALENTEJO - Eixo 7, Aviso Conjunto n.º 1/SAPCT/SAICT e Orientações Técnicas ALENT-44-2011-02 e ALENT-15-2011-01 no que concerne ao Parque de Ciência e Tecnologia e às Infraestruturas Científicas, submetidas na segunda fase do Programa Estratégico SRTT.</p>	<p>Foram elaborados e submetidos superiormente 16 (dezassei) Pareceres Conclusivos.</p>
<p>Colaboração com o <i>National Contact Point</i> (NCP) para as Infraestruturas de Investigação na resposta ao inquérito lançado pelo Projeto MERIL (7.º PQ) para levantamento das Infraestruturas de investigação nacionais com relevância europeia.</p>	<p>Foram fornecidos os dados para integração na Base de Dados do MERIL relativos a 13 infraestruturas de investigação.</p>
<p>Acompanhamento do dossier do Centro ICCE, sob os auspícios da UNESCO, em articulação com a Comissão Nacional da UNESCO e o IR, nomeadamente, participação em colaboração com os Serviços Jurídicos da FCT na revisão dos Estatutos e na constituição da Associação privada sem fins lucrativos.</p>	<p>Os Estatutos do ICCE foram aprovados pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) em novembro de 2012.</p>

Atividades realizadas	Resultados obtidos
Participação na preparação de documentos, por solicitação da Direção da FCT, para o “Concurso Público para a criação de um Roteiro (Roadmap) de Infraestruturas Nacionais de Investigação de Interesse Estratégico”.	Foi apresentada uma nova proposta de Formulário de Participação com base no documento inicial.
Coordenação das diversas atividades desenvolvidas no âmbito das Infraestruturas de Ciência e Tecnologia.	

### 3.3.2.5 Execução Financeira

A execução financeira das ações a cargo da Equipa das Infraestruturas de C&T enquadra-se no Projeto PIDDAC / 6811 – “Consolidação do Reequipamento Científico das Instituições de C&T”, integrado no **Programa PO 13** – “Ciência e Ensino Superior”, **MO 004** - “Serviços Gerais da A.P. - Investigação Científica de Caráter Geral” do Orçamento de Estado.

A dotação OE disponível em 2012 no âmbito do Projeto 6811 para o financiamento das ações infraestruturais a cargo da Equipa foi de 763.378,00 €, tendo sido executado o montante de 763.372,57 € (100%), conforme discriminado na tabela que se segue.

**Tabela XIII** – Síntese dos apoios atribuídos

Designação do Projeto / Ação	Designação da(s) Instituição(ões) Executora(s)	Financiamento atribuído em 2012
Rede Nacional de Espectrometria de Massa – RNEM	Instituições de Acolhimento dos Nós da RNEM	136.473,87 €
Rede Nacional de Microscopia Eletrónica – RNME	Instituições de Acolhimento dos Pólos da RNME	166.540,59 €
Rede Nacional de Ressonância Magnética Nuclear – RNRMN	Instituições de Acolhimento das Unidades da RNRMN	137.909,20 €
Rede Nacional de Imagiologia Funcional Cerebral – RNIFC	Associação Nacional de Imagiologia Funcional Cerebral (ANIFC) e Universidade de Coimbra	72.448,91 €
<b>Sub-total Financiamento Redes Nacionais</b>		<b>513.372,57 €</b>
Outros Apoios Infraestruturais de C&T	Universidade de Coimbra	250.000,00 €
<b>Total Apoios Atribuídos em 2012</b>		<b>763.372,57 €</b>

### **3.3.2.6 Grau de realização dos objetivos incluídos no Plano de Atividades**

**Objetivo:** Analisar os Pedidos de Subsídio de Infraestruturas de C&T para preparação das decisões a submeter superiormente.

**Indicador:** Prazo de análise (dias).

**Meta:** 30 dias

**Grau de realização:** Objetivo superado

Os pedidos apresentados foram analisados, tendo sido solicitados os elementos e/ou esclarecimentos complementares necessários para apresentação superior das propostas de decisão, num prazo inferior a 30 dias.

### **3.3.3 Fundo de Apoio à Comunidade Científica**

O Fundo de Apoio à Comunidade Científica é um programa específico da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) que se destina a apoiar as atividades regulares da comunidade científica e das suas instituições e promover o seu desenvolvimento e internacionalização e que não possam ser apoiadas através de programas específicos da FCT, com os quais atua de forma complementar e articulada.

Em 2012, por decisão do Conselho Diretivo da FCT, com vista à reestruturação do Programa FACC, foram suspensos os apoios previstos na sua estrutura, nomeadamente:

- Organização de reuniões científicas em Portugal;
- Edição de publicações periódicas de natureza científica;
- Funcionamento de sociedades científicas ou de outras instituições;
- Edição de publicações não periódicas de natureza científica;
- Participação de doutorados ou estudantes de pós-graduação em reuniões científicas no estrangeiro;
- Estadia de curta duração em Portugal de cientistas residentes no estrangeiro.

A equipa do FACC é composta por cinco elementos, dois Assistentes Técnicos e três Técnicos Superiores. A coordenação está a cargo de uma Técnica Superior, em articulação e colaboração com o Conselho Diretivo da FCT.

#### **3.3.3.1 Apoios Especiais**

A FCT através dos Apoios Especiais apoia de forma seletiva, iniciativas de índole geral da comunidade científica portuguesa, reconhecidas pelo mérito e impacto no plano nacional e internacional, e que

contemplem a promoção de atividades de I&D e/ou de transmissão de conhecimento em qualquer área científica.

Neste âmbito, podem ser apoiadas candidaturas apresentadas por:

- Instituições de ensino superior e seus institutos;
- Laboratórios de Estado e outras instituições públicas de investigação;
- Sociedades científicas ou associações científicas sem fins lucrativos;
- Personalidades de reconhecido mérito.

A avaliação, seleção e decisão dos apoios a conceder, é efetuada pelo Presidente do Conselho Diretivo da FCT, tendo em conta a adequabilidade do pedido aos objetivos propostos, a razoabilidade financeira e o interesse científico do pedido apresentado, de acordo com as diretivas gerais e os pressupostos da missão e atribuições da FCT.

As atividades apoiadas pelo FACC enquadram-se maioritariamente no objetivo estratégico “ Promover a cultura científica e tecnológica, a difusão e a divulgação do conhecimento científico e técnico e o ensino da ciência e da tecnologia”.

### 3.3.3.2 Execução financeira em 2012

O projeto PIDDAC /935 - Fundo de Apoio à Comunidade Científica (integrado no Programa PO13- “Ciência e Ensino Superior”, MO 004- “Serviços Gerais da A.P. – Investigação Científica de Carácter Geral”) teve em 2012 uma dotação no montante de 984 817,31 € (sendo 103 416,31 € em reposições não abatidas), tendo sido executado o montante 983 965,53 € (99,9%), conforme abaixo discriminado.

**Tabela XIV** – Iniciativas apoiadas no âmbito dos Apoios Especiais.

Tipo de Apoio	Ações	Financiamento Concedido (€)
Prémios	Prémio ISEG 2011	2.500
	Parcela Prémio ISEG 2010	1.888,85
	Prémio Pulido Valente Ciência 2011	5.000
	Prémio Internacional Fernando Gil 2011	62.500
	Prémio Tradução Científica	7.500
	Pagamento de honorários e de despesas de deslocação dos avaliadores dos Prémios	12.836,05



<b>Protocolos</b>	FCT/Fundação EuroOcean	30.000
	FCT/Museu Nacional do Azulejo- Base de Imagens Artstor	350
	FCT/LIP	31.000
<b>Quotas e contribuições nacionais e internacionais</b>	ILTEC - Instituto de Linguística Teórica e Computacional	25.000
	IBET - Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica	109.976
	SGL - Sociedade de Geografia de Lisboa	24.102
	IUPAP - International Union of Pure and Applied Physics	1.905
	IUPAC - International Union of Pure and Applied Chemistry	3.500
	IUGS - International Union of Geological Sciences	864
	IUGG - União Internacional de Geodesia e Geofísica	2.769
	IUCr - International Union of Crystallography	829,81
	INQUA –International Union of Quaternary Research	654
	IMU - International Mathematical Union	2.743,71
	IAU - União Astronómica Internacional	5.400
	EPS - European Physical Society	8.452,5
	CISM - Centre International des Sciences Mécaniques	5.000
<b>Quotas e contribuições nacionais e internacionais</b>	A&A - Astronomy & Astrophysics	3.640
	EASAC - European Academies Science Advisory Council	4.375
	ECORD - European Consortium for Oceanic Research Drilling	69.215
	IRGC - International Risk Governance Council	40.000
	ORFEUS Data Center	4.565
	EADI - European Association of Development Research and Training Institutes	750
	SCAR-Scientific Committee for Antarctic Research	3.882,92
	IGBP - International Geosphere-Biosphere Programme	2.950
	IUBMB- International Union of Biochemistry and Molecular Biology	3.079,86

	ICSU- International Council for Science	5.100
	IGU - International Geographical Union	767,68
	ALLEA- All European Academies	3.000
	CWTS - Center for Science and Technologies Studies	18.436
	ESA- European Space Agency	97.918,96
<b>Ações de Apoio à C&amp;T</b>	Luso 2012	2.000
	Acessibilidade Web e maturidade do Negócio Electrónico das 1000 Maiores Empresas Portuguesas	3.500
	Campanha Antártica Portuguesa 2012-2013 - PROPOLAR	117.000
	X Congresso Internacional sobre a Cerâmica Medieval no Mediterrâneo	5.000
	Encontro Presente no Futuro: Os Portugueses em 2030	74.046
	Contribuições excepcionais para complemento de propinas de doutoramento no estrangeiro	96.430,06
	Pesquisa de Pós- Doutoramento	4.538,13
	<b>TOTAL (Apoios Especiais)</b>	<b>904.965,53</b>

Apesar dos apoios previstos no Programa FACC se encontrarem suspensos em 2012, durante este ano, foram rececionadas 232 candidaturas, das quais, 11 foram excepcionalmente aprovadas e as restantes recusadas. Foram ainda executados em 2012 apoios aprovados em 2011. O valor global executado relativo a estes apoios foi de 79.000 €.

### 3.3.3.3 Grau de realização dos objetivos incluídos no Plano de Atividades

**Objetivo:** Análise atempada das candidaturas devidamente instruídas no âmbito do Programa FACC

**Indicador:** Prazo de análise (em meses)

**Metas:** 1 mês

Atendendo ao facto do Programa FACC se encontrar em reestruturação durante o ano 2012, o grau de realização do objetivo indicado não é aplicável.

## 3.4 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Ao Departamento das Relações Internacionais (DRI) compete, de acordo com os Estatutos da FCT, o acompanhamento das atividades de cooperação internacional em Ciência e Tecnologia levadas a cabo no seio da União Europeia, no quadro das organizações internacionais de que Portugal ou a FCT são membros e no âmbito dos Acordos de Cooperação Científica Bilateral negociados com outros países.

As atribuições do DRI e as atividades realizadas ao longo de 2012 tiveram pleno enquadramento nos objetivos estratégicos da FCT, particularmente no que respeita à promoção da internacionalização da comunidade científica nacional. Acresce que todos os objetivos a que o DRI se propôs no Plano de Atividades de 2012 foram superados.

### 3.4.1 Cooperação no Espaço Europeu de Investigação

#### 3.4.1.1. Conselho da Competitividade

O DRI executou a preparação técnica das reuniões dos 6 Conselhos da Competitividade realizados em 2012, que se traduziu no acompanhamento dos trabalhos do Grupo de Investigação do Conselho, na preparação de pareceres sobre os vários assuntos agendados, na recolha e tratamento de informação relativamente à política nacional e comunitária de IDT e Inovação para apoio à tomada de decisão nas várias instâncias envolvidas no processo de decisão comunitário e, por fim, na preparação de todas as Pastas para apoio às intervenções de Portugal nos referidos Conselhos.

#### 3.4.1.2. Espaço Europeu de Investigação (ERA<sup>1</sup>)

A prioridade atribuída à construção do ERA foi reforçada com o lançamento da Comunicação da Comissão Europeia 'Uma Parceria Europeia de Investigação Reforçada em prol da Excelência e do Crescimento' em julho, debatida no Conselho em dezembro, tendo sido analisada pelo DRI em detalhe considerando as implicações que as ações propostas têm para os Estados-Membros. Ainda nesse âmbito, o DRI assegurou a presença da FCT na 'ERA Conference', organizada pela Presidência Cipriota.

#### ERAC e Grupos ERA

O DRI acompanhou a participação nacional no ERAC (Comité Consultivo de Alto Nível para apoio ao Conselho e à Comissão Europeia na implementação da política comunitária de investigação), através da análise qualitativa dos diversos documentos, preparando previamente a participação da delegação nacional (FCT) nas reuniões, e respondendo aos questionários e solicitações várias por parte do Secretariado ERAC. Em paralelo com a preparação dos trabalhos do ERAC e a participação em algumas das reuniões, assegurou

---

<sup>1</sup> European Research Area

a presença ou deu apoio à participação nacional em Comitês criados para a implementação e desenvolvimento das prioridades do ERA (Grupos ERA), nomeadamente no GPC (Grupo de Alto Nível para a Programação Conjunta) e no SFIC (Fórum Estratégico para a Cooperação Científica e Tecnológica Internacional), grupo no qual Portugal assume a Vice-Presidência, assegurando ainda a representação da FCT noutros eventos relacionados. De realçar ainda o exercício de revisão da composição da Delegação nacional a cada um dos Grupos ERA com vista a um mais próximo acompanhamento dos trabalhos dos mesmos por parte da FCT.

Em 2012, o DRI continuou a apoiar a delegação nacional ao ESFRI (Fórum Estratégico Europeu para as Infraestruturas de Investigação), tendo também acompanhado os processos de participação nacional nos projetos identificados como potenciais infraestruturas do seu *Roadmap*. Assim, foi assegurada pelo DRI a participação em reuniões nacionais e/ou internacionais relativas às eventuais futuras infraestruturas pan-europeias em que houve manifestação de interesse nacional em participar, bem como em reuniões internacionais dos projetos de futuras infraestruturas em que existe envolvimento da FCT. Destaca-se a assinatura, pela FCT, de um Memorando de Entendimento para o *'ECRIN - European Clinical Research Infrastructures Network'*, e a consolidação da participação portuguesa no *'INSTRUCT An Integrated Structural Biology Infrastructure for Europe'*, bem como a declaração formal de integração de PT no ESS ERIC (*European Social Survey Consortium*). O DRI acompanhou ainda os trabalhos do Comité para a Implementação da regulamentação do Quadro Legal Comunitário para o Consórcio Europeu de Infraestruturas (ERIC).

O DRI assegurou ainda a representação nacional no *Grupo Helsinki*, Comité criado pela Comissão com a missão de reunir representantes dos Estados-Membros com vista à promoção do debate e intercâmbio de experiências relativamente a medidas e políticas planeadas e a implementar a nível regional, nacional ou europeu para encorajar as mulheres nas carreiras científicas e de investigação. Foi inclusive assegurada a participação na *'2nd European Gender Summit'*, realizada em novembro.

### **Iniciativas de Programação Conjunta (IPC)**

Merece referência particular o acompanhamento pelo DRI das atividades decorrentes dos trabalhos do GPC, a saber, as novas Iniciativas de Programação Conjunta (IPC) que foram adotadas em vários domínios (desafios sociais). Portugal é membro de 3 das 10 IPC lançadas, sendo observador em 2 IPC (Património Cultural e Alterações Climáticas; Desenvolvimento Urbano Sustentável). No âmbito das 3 IPC em que Portugal é membro, e nas quais a FCT se faz representar nos órgãos de governação, as principais atividades desenvolvidas foram:

- *JPND, IPC em doenças degenerativas*: no contexto do Plano de Implementação da Agenda Estratégica de Investigação foram lançados em 2012 dois concursos transnacionais, nos quais a FCT apoiará as equipas portuguesas selecionadas para financiamento;

- *JPI Water*: no âmbito desta IPC, de realçar a participação da FCT na Ação de Coordenação e Suporte (CSA) *WatEur*, projeto financiado pelo 7º PQ para apoiar a implementação das atividades desta IPC, nomeadamente a implementação da Agenda Estratégica de Investigação e Inovação. Entre outras

atividades, a FCT terá que realizar um mapeamento referente a estratégias governamentais de apoio ao financiamento na área da água, agentes de financiamento e instituições responsáveis pelo desenvolvimento de investigação na área da água, entre outras atividades do projeto;

- *JPI Oceans*: a representação Portuguesa é assegurada pelo MEC (FCT) e MAMAOT (Direção-Geral da Política do Mar), tendo sido assegurada a resposta às solicitações desta iniciativa.

### **Iniciativas baseadas no Artigo 185º**

A FCT acompanha a participação nacional em algumas das iniciativas ao abrigo do Artigo 185º do TFUE, Artigo que permite à União participar financeiramente em programas de investigação empreendidos por vários Estados-Membros, incluindo a participação nas estruturas criadas para a execução dos programas nacionais. Em 2012 as várias iniciativas ao abrigo do referido Artigo iniciaram os processos de preparação e negociação das segundas fases de programa (período 2014-2020), pelo que foi elaborado pelo DRI um documento referente às características genéricas de todas as iniciativas do Art. 185º incluindo um ponto de situação da participação nacional nas mesmas.

O DRI continuou a acompanhar a iniciativa *EDCTP-European and Developing Countries Clinical Trials Partnership*, tendo analisado e iniciado o mapeamento do interesse da comunidade científica para preparação da tomada de decisão relativa à participação nacional na 2ª fase da iniciativa (EDCTP-2). Regista-se ainda a participação do DRI na reunião de Alto Nível que decorreu em novembro na África do Sul, na qual se reuniram altas individualidades internacionais para discussão da implementação da renovação desta parceria Europa-África.

De notar que o DRI acompanhou as primeiras discussões para uma possível iniciativa conjunta ao abrigo do Art. 185º para cooperação euro-mediterrânica, tendo participado na Conferência de Barcelona (abril 2012), e nas reuniões preparatórias desta iniciativa.

### **ERA-NETs**

Redes ERA-NET são instrumentos que visam promover a cooperação entre agências de financiamento de investigação científica e ministérios na Europa, e também entre esta e regiões alvo, com o objetivo de promover a cooperação e coordenação entre programas nacionais e fomentar a cooperação transnacional e assim contribuir para a construção do ERA.

No ano de 2012 o DRI participou em 26 ERA-NETs temáticas e 1 CSA (ação preparatória) de ERA-NET. Adicionalmente, o DRI financiou e realizou a gestão de 5 projetos de *networking* multilaterais no âmbito da rede New INDIGO (cooperação euro-indiana em C&T) e um projeto de mobilidade multilateral no âmbito da rede EULANEST (cooperação Europa-América Latina em C&T).

Em 2012 o DRI esteve ativamente envolvido nas atividades das ERA-Nets tendo inclusive coordenado inúmeras tarefas e *workpackages* (WP). Destacam-se: (a) preparação da documentação para lançamento

de concursos transnacionais conjuntos (b) Gestão dos concursos transnacionais conjuntos; (c) Monitorização e avaliação dos trabalhos da rede; (d) Elaboração de plano estratégico (conceção e planeamento de atividades futuras, ou elaboração de agendas estratégicas de investigação); (e) Comunicação, divulgação, atualização de informação; (f) Mapeamento da comunidade científica internacional, (g) preparação da cooperação internacional e integração de Países Terceiros. A concretização das tarefas envolveu, igualmente, a participação e/ou a organização de várias reuniões e Workshops, quer em Portugal e na Europa, quer em países terceiros. O DRI respondeu ainda a solicitações várias, no contexto do trabalho desenvolvido nas ERA-NETS, através da elaboração de documentos de suporte para reuniões, redação de relatórios de atividade e reporte financeiro.

O DRI garantiu ainda a representação da FCT nos órgãos de decisão e de administração das ERA-Nets, bem como o envolvimento de cientistas portugueses nos conselhos científicos das ERA-Nets, painéis de avaliação, entre outras atividades das várias redes. Dos 14 concursos transnacionais conjuntos operacionalizados durante o ano em análise, 7 foram finalizados (SIINN, ERA-IB2, BiodivERsA2, SEAS-ERA, E-RARE2, NEURON II e NEW INDIGO), através dos quais foram financiados 9 projetos de investigação transnacionais, por um período de 2-3 anos. Em 2012 foram ainda preparados 12 novos concursos.

Durante o ano de 2012, o DRI colaborou na preparação de candidaturas a novas ERA-Nets (Infect-ERA, NEWA, ARIMNet2, INNO INDIGO e ERA-Marine Biotech), e a novas CSA, ações preparatórias de ERA-NETS, a saber: plataforma transatlântica [TA-P] e euro-indiana em ciências sociais e humanas [EqUIP]). Para o efeito, foram levadas a cabo várias atividades com os outros parceiros, como a redação dos projetos, a definição de WP e tarefas e a participação em reuniões de preparação e discussão das candidaturas a serem submetidas. O DRI colaborou, ainda, no pedido de extensão das redes NEW INDIGO e ARIMNet, implicando a realização de novos planos de trabalho.

## **INCO-NETS**

As redes de tipo INCO-NET constituem instrumentos importantes para a promoção da cooperação entre a União Europeia e regiões alvo no mundo. Tais redes são apoiadas pelo 7ºPQ, existindo uma rede por cada região alvo. Em 2012, a FCT esteve ativamente envolvida em 3 redes desse tipo, a saber: (i) CAAST-NET (África Sub-sariana); (ii) EULARINET (América Latina); (iii) MIRA (Países a Sul e Sudeste do Mediterrâneo).

Tais redes desempenham um papel da maior relevância na promoção do diálogo bi-regional entre os Estados Membro da EU participantes, tendo em vista nomeadamente a colaboração ativa na operacionalização de decisões políticas de topo tomadas no âmbito de cooperação internacional em questão.

No referente especificamente à rede CAAST-NET, é de destacar o papel determinante que a FCT desempenhou na promoção do envolvimento de países africanos nas várias áreas do 7ºPQ, sendo responsável pela coordenação da organização de documentos e ações bem como eventos (num número significativo de países africanos e europeus). Um particular esforço foi colocado no processo de reforço do conhecimento do PQ em África.

A atividade desenvolvida no âmbito desta rede enquadrou-se, ainda, no quadro da criação de instrumentos facilitadores da cooperação EU-África definida nomeadamente no âmbito da designada 8ª prioridade da Parceria EU-África. De notar, ainda, complementaridades com a ERA-NET ERAFRICA, orientada para a participação de países africanos.

Com respeito à rede EULARINET sublinha-se o envolvimento da FCT na promoção do diálogo bi-regional da EU com a América Latina nomeadamente através do apoio a participação de peritos em workshops visando a identificação de temas possibilitando o aprofundamento da cooperação euro-latino americana (nomeadamente dos países envolvidos na rede em causa). As atividades desta rede foram relevantes para o apoio à definição de áreas para o desenvolvimento futuro da cooperação em C&T entre a Europa e a América Latina, em definição no âmbito de discussões em Grupo de Alto Nível que a FCT acompanhou. A FCT colaborou ainda ativamente na reunião de representantes séniores das agências e entidades financiadoras de I&D e Inovação da UE e da América Latina e Caraíbas (LAC) realizada em 27 Novembro em Bruxelas tendo em vista analisar modos/mecanismos para reforçar a cooperação em Investigação e Inovação entre a EU e a LAC.

No atinente à rede MIRA, saliente-se o envolvimento ativo da Fundação em ações de análise e promoção da cooperação Euro-Mediterrânica, tendo em vista nomeadamente a definição de áreas e instrumentos para reforço da cooperação científica e tecnológica entre as regiões em causa. Tais atividades estiveram inseridas e articuladas com o aprofundamento dessa mesma temática realizada no âmbito de Grupo de Alto Nível que monitoriza a referida cooperação em C&T.

No ano em causa, desencadearam-se, ainda, as ações necessárias ao arranque efetivo das INCO-NET de segunda geração a iniciar em 2013, dando sequência ao trabalho das redes acima indicadas e que, entretanto, terminaram.

### **Iniciativas Tecnológicas Conjuntas**

As duas Iniciativas Tecnológicas Conjuntas (ITCs), criadas no 7º PQ, nas áreas dos Sistemas de Computação Incorporados (ARTEMIS) e da Nanoelectrónica (ENIAC) foram implementadas como empresas comuns, de natureza público-privadas autónoma em que os Estados-membros e a Comissão Europeia cofinanciam projetos de I&D no âmbito da estratégia desenvolvida pela Associação Industrial, com o objetivo de acelerar o desenvolvimento das principais tecnologias a nível comunitário, constituindo, igualmente, um instrumento relevante para a construção do ERA.

EM 2012 foi lançado um concurso ARTEMIS JU e dois concursos ENIAC JU, tendo o DRI apoiado os candidatos nacionais no esclarecimento de dúvidas relativamente à elegibilidade dos orçamentos e verificado a elegibilidade das equipas portuguesas e dos orçamentos solicitados nas propostas submetidas a ambos os concursos. O DRI participou ainda em algumas das reuniões dos Conselhos das Autoridades Públicas e dos Conselhos de Administração das referidas ITCs.

### **EUROFLEETS**

Destacam-se ainda as atividades decorrentes do *EUROFLEETS – Towards an Alliance of European Research Fleets*, projeto aprovado no âmbito da I3 – Iniciativa de Infraestrutura Integrada do tema ‘Infraestruturas de Investigação’ do Programa Capacidades do 7º PQ, e no qual a FCT é o parceiro português. Em 2012 a FCT levou a cabo várias atividades no âmbito deste projeto, destacando-se:

- Identificação dos investimentos previstos na renovação e/ou melhoria da frota dos navios de investigação portugueses;
- Recolha de informação relativa às atividades de formação e cooperação com países terceiros realizadas nos últimos 10 anos (2003-2012), no âmbito de cruzeiros científicos cofinanciados por fundos portugueses;
- Participação na 4ª Assembleia Geral, realizada em Postdam, Alemanha, que incluiu a apresentação de um *poster* com os resultados do Cruzeiro DIAPICNA;
- Avaliação dos resultados dos cruzeiros científicos financiados pelo projeto EUROFLEETS, no âmbito da participação nacional no *Scientific Review Panel*;
- Preparação de *Guidelines* para o desenvolvimento de ações de divulgação científica para alunos do ensino secundário, apresentadas na 4ª Assembleia Geral, e desenvolvidas em conjunto com o *EurOcean*, também parceiro deste projeto;
- Participação da FCT no *Marine and Sub-Marine Infrastructures Symposium*, realizado de 13 a 15 de Novembro de 2012, em Toulon, França.

## **ERAWATCH**

Esta plataforma é uma iniciativa conjunta da Direção-Geral da Investigação e Inovação da Comissão Europeia e do Centro Comum de Investigação, produzindo informação *online* sobre atividades de I&D dos Estados-membros da UE, Estados Associados e outros países como EUA, Japão e China. O DRI assegurou a função de Ponto de Contacto Nacional (PCN) para a ERAWATCH, figura criada para complementar o trabalho da *ERAWATCH Network*, que produz inventários de informação e relatórios anuais das atividades de I&D de cada país. Neste âmbito o DRI preparou comentários ao *ERAWATCH Country Report 2011: Portugal*.

## **Organização da reunião preparatória para a ‘Reunião Anual dos Presidentes e Secretários dos Conselhos Consultivos de I&D na Europa’**

Este fórum tem o objetivo de reunir as principais agências de financiamento de I&D europeias e promover exercícios de reflexão e troca de boas práticas em torno de temas pré-selecionados, contribuindo inclusive para a realização do ERA. Na Reunião Anual dos Presidentes e Secretários dos Conselhos Consultivos de I&D na Europa, organizada em Maio em Copenhaga, sobre o tema ‘*Translation of Research Output into Economic and Social Value*’, a FCT ofereceu-se para organizar em Lisboa a reunião preparatória do encontro de 2013, a realizar em Istambul, tendo o DRI providenciado a organização da reunião.



### **3.4.1.3. Acompanhamento da Iniciativa Emblemática União da Inovação**

No contexto da Estratégia UE 2020 o DRI, através do ERAC, deu especial atenção à monitorização da União da Inovação nomeadamente nos aspetos relacionados com o ERA, tendo elaborado pareceres sobre a Análise Anual do Crescimento no contexto do Semestre Europeu. O DRI acompanhou as discussões de preparação do novo indicador de inovação, em desenvolvimento pela COM, tendo nomeado peritos nacionais para a participação num *workshop* nesse âmbito. O DRI acompanhou o desenvolvimento das Parcerias Europeias de Inovação (EIP) tendo sido promovida a participação nacional nos Grupos de Alto Nível que gerem as EIP, em colaboração com GPPQ/FCT e em articulação com outros Ministérios envolvidos.

### **3.4.1.4. Horizonte 2020**

No seguimento do lançamento da COM em novembro de 2011 da proposta para o futuro Programa-Quadro de I&I - Horizonte 2020, o maior instrumento de financiamento do ERA a nível europeu, foi prestado apoio à REPER nas negociações levadas a cabo no Conselho, incluindo a preparação dos Conselhos da Competitividade onde o H2020 foi discutido, em articulação com o GPPQ/FCT. Nesse âmbito foi dada resposta, no que respeita às atribuições da FCT, às consultas levadas a cabo pelo MNE sobre a discussão do próximo Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020.

### **3.4.1.5. Representação em instâncias nacionais de coordenação dos assuntos europeus**

O DRI garantiu a representação do MEC em reuniões nacionais interministeriais, coordenadas pela DGAE-MNE, com vista ao acompanhamento de assuntos em debate no quadro comunitário em que há necessidade de uma tomada de decisão concertada a nível nacional. Neste âmbito, o DRI contribuiu para a preparação dos Conselhos Europeus, nas temáticas da sua competência, destacando-se os contributos técnicos para preparação do Conselho Europeu de 1 e 2 de março, dedicado à Inovação, para a qual foi mantida estreita relação com a DGAE e REPER.

De destacar ainda a preparação de contributos em resposta a solicitações da DGAE-MNE no que respeita à proposta da Comissão Europeia do Quadro Financeiro Plurianual (QFP) 2014-2020, para as questões relacionadas com a Ciência, tendo elaborado posições oficiais como contribuição para o debate em curso nas instâncias comunitárias responsáveis pelas negociações do QFP com a Comissão.

### **3.4.2. Cooperação Bilateral**

#### **3.4.2.1. Acordos e Convénios**

##### **Acordos e Convénios ativos**

Em 2012, o DRI continuou a apoiar ativamente a participação da comunidade científica portuguesa em projetos conjuntos com instituições de outros países resultantes de Acordos de Cooperação Bilateral em C&T ou, ainda, decorrentes de Acordos Culturais estabelecidos com diversos países, tendo assegurado a participação nas respetivas Comissões Mistas. Pretendeu-se, assim, fomentar e apoiar o intercâmbio regular de investigadores ao abrigo daqueles mecanismos.

Foram abertos 12 concursos para financiamento de novos projetos conjuntos anuais e bienais cujo início ocorrerá em 2013, tendo o DRI dinamizado o processo de avaliação das 702 candidaturas recebidas, em estreita colaboração com os Conselhos Científicos da FCT.

No âmbito dos concursos lançados em 2011 e após a realização das várias Comissões Mistas, foram financiados 32 novos projetos com início em 2012 (18 para o Programa PESSOA - França; 8 para o Programa DAAD – Alemanha; 6 para o Programa *e-science* – Espanha). Ao abrigo dos Acordos Científicos, foi ainda dada continuidade financeira aos 163 projetos bienais ou trienais aprovados na sequência das respetivas Comissões Mistas realizadas em anos anteriores com o DAAD da Alemanha, o Programa Hubert Curien PHC - PESSOA e o CNRS de França, a CAPES e o CNPq do Brasil, o CNRST de Marrocos, o MOST da China, o DSTI da Índia, o CNR de Itália, a Sérvia, a Eslováquia e a Polónia.

Sumarizando, em 2012 foram financiados 194 projetos conjuntos, novos e renovações, no quadro dos Acordos Científicos em vigor.

##### **Renovação / Negociação de Acordos e Convénios**

No seguimento de uma visita da Delegação do CNRS de França à FCT em 2012, o DRI negociou com a parte francesa a renovação do Acordo pelas duas partes, tendo o mesmo sido assinado a 19 de Dezembro. Neste acordo foram introduzidas algumas modalidades de cooperação inovadoras, como a organização conjunta de *workshops* temáticos sendo expectável que o primeiro se realize já em 2013.

O DRI esteve ainda envolvido na renovação do Acordo de cooperação C&T com o MINCyT da Argentina, entretanto expirado, sendo expectável que a assinatura seja levada a cabo em 2013. Igualmente, deu-se início do processo de renegociação do Acordo de Cooperação entre a FCT e a Academia das Ciências da República Checa.

Na sequência do processo de consulta às Unidades de Investigação, Laboratórios de Estado e Laboratórios Associados portugueses sobre a cooperação conjunta existente, ou com interesse futuro, com a Ucrânia, efetuado em 2011, foi desenhado um projeto de Acordo no domínio da cooperação em C&T, com inclusão de áreas científicas prioritárias de interesse mútuo, cujo processo de assinatura está em curso.

De destacar ainda a visita de um Comitativa Coreana à FCT em outubro, formada por 25 elementos representativos de múltiplos setores nacionais ligados à I&D.

### **3.4.2.2. Outras Atividades de Cooperação Bilateral**

#### **Participação em reuniões de coordenação Ministeriais e levantamento de informação**

O DRI garantiu a representação do MEC nas reuniões de coordenação Ministeriais organizadas pelo MNE para a preparação de várias Cimeiras/Reuniões de Alto Nível realizadas em Portugal ou no país parceiro, de onde se destacam:

- Preparação da XI Cimeira luso-brasileira, entretanto adiada. Para o efeito, foram preparados pontos de situação sobre a cooperação com os países em questão;
- Reunião preparatória 'Diálogo sobre migração, mobilidade e segurança com a Tunísia';
- Reunião da Comissão Mista da Subcomissão para a Educação, Cultura, Comunicação Social, Ciência, Tecnologia e Desporto do Brasil.

O DRI, em representação ou em apoio ao MEC, procedeu ainda à recolha e preparação de dados/informação para vários eventos bilaterais: (a) Reunião de Ministros da Ciência da CPLP; (b) Assinatura, em 27 de Abril, em Lisboa, de um MoU com os Emirados Árabes Unidos, nas áreas do Ensino Superior e Investigação Científica; (c) Preparação e participação na reunião de Pontos Focais da Ciência da CPLP; (d) Reunião da Comissão de Acompanhamento do protocolo de cooperação com Moçambique; (e) Elaboração de pontos de situação sobre a cooperação em C&T com a Colômbia e o Perú, na sequência das visitas do Primeiro-Ministro português à Colômbia e ao Perú, em Junho, e da visita a Portugal, em Dezembro, do Presidente da República da Colômbia, visando a eventual implementação de um Acordo de Cooperação Científico bilateral.

#### **Cooperação com os Estados Unidos da América**

Em 2012, o DRI procurou promover ativamente a cooperação bilateral com os EUA, com o intuito de, a médio/longo prazo, alargar a cooperação ao nível da C&T com os EUA para além da já existente no âmbito das Parcerias Internacionais com o MIT, Universidade de Austin, *Carnegie Mellon University* e *Harvard Medical School*. Nesse sentido, e aproveitando o acompanhamento dos trabalhos da Comissão Bilateral Permanente Portugal/EUA (CBP), nomeadamente através do Comité de Ciência, Tecnologia, Energia e Ambiente, o DRI procurou sensibilizar as autoridades norte-americanas para o tipo de colaboração já existente entre os dois países no âmbito da C&T, tendo preparado a participação nacional na CBP realizada, em Junho, em Washington. No seguimento da referida CBP, o DRI encetou contactos exploratórios com duas das maiores agências governamentais norte-americanas, a *National Science Foundation* e a *National Institute of Health* com vista ao estabelecimento de futuras colaborações ao nível de financiamento de projetos e concessão de bolsas.

## **Cooperação com a China**

Por ocasião da visita a Portugal do Ministro da Ciência e Tecnologia da China (MOST) em junho foi assinado um Memorando de Entendimento (MoU) para a cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, com o objetivo de lançar Centros de Inovação e Incubação Conjuntos em áreas consideradas estratégicas e tendo por base a cooperação já existente (Tecnologias da Informação e da Comunicação, energias renováveis e tecnologias limpas e de baixo teor carbónico, nanotecnologias e materiais avançados, biotecnologia – inclui biomedicina, agricultura e aquicultura). O DRI participou ativamente na elaboração do projeto de MoU e na organização da visita em estreita colaboração com a Embaixada da China em Portugal.

### **3.4.3. Cooperação Multilateral e Organizações Internacionais**

#### **CYTED**

O CYTED (criado em 1984) está integrado no conjunto de programas da designada Conferência Iberoamericana integrada por Espanha, Portugal e 19 países da América Latina. Em 2012 realizou-se novo concurso para novas redes temáticas nas áreas a seguir indicadas:

- Agro-alimentar
- Saúde
- Promoção do Desenvolvimento Industrial
- Desenvolvimento Sustentável, Mudanças Globais e Ecossistemas
- Tecnologias da Informação
- Ciência e Sociedade
- Energia

Como resultado de tal concurso, no ano de 2012 verificou-se a participação de investigadores e entidades portuguesas em 53 redes.

Complementarmente, a FCT participou activamente em grupos de trabalho com vista à análise e discussão de desenvolvimentos futuros do Programa.

#### **OCDE – ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO**

Uma das preocupações da agenda da OCDE é informar e participar no debate político sobre a contribuição da ciência, tecnologia e inovação para o avanço do conhecimento, crescimento económico sustentável, bem-estar social e criação de emprego. Para o efeito, estabeleceu um Comité de Política Científica e Tecnológica, onde a FCT assegura a representação nacional. Ao longo de 2012 prosseguiu o apoio à

participação nacional nas atividades desenvolvidas pelo referido Comité e Grupos subsidiários, nomeadamente o Fórum Global da Ciência, Grupo sobre os Centros de Recursos Biológicos e Grupo de Trabalho sobre Nanotecnologias. Continuou a ser assumido pelo DREBM o pagamento da contribuição nacional para o Fórum Global da Ciência e para a Agência de Energia Nuclear e respetivo Banco de Dados.

### **COST - COOPERAÇÃO EUROPEIA EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

O DRI prosseguiu em 2012 à promoção e acompanhamento da participação nacional na COST, incluindo o desenvolvimento do processo de adesão a novas Ações COST e a nomeação de delegados nacionais aos respetivos Comités de Gestão e Grupos de Trabalho, bem como o apoio à preparação e apresentação de propostas de novas Ações, quer nos casos em que o proponente foi um investigador nacional ou em que houve envolvimento de investigadores nacionais. O DRI assegurou ainda a participação nacional nas reuniões do Comité de Altos Funcionários (CSO), órgão decisor da COST, e nas reuniões dos Coordenadores Nacionais.

### **UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura**

A implementação do Centro UNESCO de Ecohidrologia Categoria II de Faro foi em 2012 acompanhada na FCT pelo DRI, em articulação com a Secretaria de Estado da Ciência. Nesse sentido, foram elaborados pontos de situação e realização de reuniões de interface com a Comissão Nacional da UNESCO relativamente ao Centro UNESCO, no sentido de desbloquear o impasse para a sua operacionalização.

Destaca-se ainda a representação do DRI na iniciativa de parceria UNESCO, RTP e FCT para elaboração de documentários sobre a Ciência em Portugal. Foi efetuado um levantamento, junto dos Centros financiados pela FCT, para indicação de um máximo de 3 projetos excelentes e com potencial televisivo, para posterior análise e eventual inclusão no documentário da responsabilidade da RTP.

### **GBIF – Global Biodiversity Information Facility**

A GBIF, estabelecida em Março de 2001, é uma entidade internacional aberta que tem por objetivo melhorar esforços científicos e técnicos para o desenvolvimento e manutenção de uma facilidade de informação global para a partilha de dados digitalizados sobre biodiversidade. Em 2012 o DRI prosseguiu o acompanhamento do processo de representação nacional na GBIF, em particular no que toca à contribuição financeira da FCT. Destacam-se ainda o acompanhamento das negociações para o processo de constituição do futuro Nó Nacional no Instituto de Investigação Científica e Tropical.

## UNIÃO LATINA

A União Latina é uma organização internacional, fundada em 1954 pela Convenção de Madrid, e tem por objetivo destacar e difundir a herança cultural comum que está na base da identidade do mundo latino. Entre as atividades desenvolvidas pela União Latina, e no âmbito de um Protocolo estabelecido com a FCT, destaca-se a atribuição do Prémio de Tradução Científica e Técnica em Língua Portuguesa, objeto de concurso anual, a cujo Júri a FCT preside, e que teve a sua XX edição em 2012. Foram aceites e avaliadas 12 candidaturas tendo o Júri atribuído o Prémio ex-aequo (pecuniário) a três tradutores, e 4 Certificados de Mérito a Editoras, em sessão realizada na FCUL, integrada no Dia Europeu das Línguas. O DRI participou também na organização da Comemoração do Dia da Latinidade, que em 2012 distinguiu uma personalidade da área artística, a saber a bailarina Olga Roriz.

## European Science Foundation

A European Science Foundation (ESF), organização não-governamental para promoção da excelência na Ciência, e que atua nos domínios da investigação médica, ciências da vida e do ambiente, física e ciências da engenharia, humanidades e ciências sociais. O DRI acompanhou e apoiou a participação dos representantes nacionais nas atividades dos Comitês Permanentes estabelecidos (*Life Sciences Standing Committee* [LESC]; *Physical and Engineering Standing Committee* [PESC]; *Social Sciences Standing Committee* [SCSS]; *Humanities Standing Committee* [SCH] e dos Comitês de Especialidade (*Nuclear Physics European Collaboration Committee* [NuPPEC]; *European Marine Board* [EMB], *European Polar Board* [EPB] e *Materials Committee* [MatSEEC], que se dedicam à implementação de estratégias de política científica em áreas específicas. O DRI garantiu, em 2012, apoio financeiro aos delegados nacionais aos vários Comitês da ESF e à participação da comunidade científica nacional nas atividades da ESF, nomeadamente nos *Research Networking Programmes* (RNP's), nos projetos nacionais decorrentes do *European Collaborative Research Scheme* (EUROCORES) e no financiamento do Prémio EURIY. O DRI assegurou ainda a representação na Assembleia Geral da ESF de Novembro.

## SCIENCE EUROPE

A *Science Europe* (SE), Organização Internacional criada em 2011, tem objetivo promover o interesse coletivo das organizações europeias financiadoras de investigação C&T e das organizações que realizam essa mesma investigação, contribuindo para o fortalecimento da ERA. A FCT tornou-se membro desta Organização Internacional em Maio, tendo o DRI passado a acompanhar os trabalhos da SE na FCT, incluindo a preparação na Assembleia Geral anual da SE. A nível técnico, o DRI prestou acompanhamento à formulação dos Comitês Científicos e Grupos de Trabalho da SE e à proposta de peritos portugueses a serem integrados nos mesmos, em coordenação com os Conselhos Científicos da FCT. Foram ainda mobilizados peritos nacionais para a participação em diversos *workshops* e reuniões organizadas pela SE, com destaque para o *workshop* sobre *Open Access* e *Research Integrity* que constituiu a preparação europeia para o recém-criado *Global Research Council*, onde a FCT se faz representar. Foram ainda emitidos pareceres sobre as posições que a SE publica regularmente, nomeadamente sobre o Horizonte

2020. A nível financeiro, foi elaborada análise ao modelo de custos proposto pela SE com impacto na contribuição da FCT para os próximos anos.

### **CERN – organização europeia para a investigação nuclear**

Em 2012 o DRI continuou a coordenar a participação portuguesa no CERN, tendo assegurado a participação nos diferentes órgãos de gestão da Organização. Devido aos constrangimentos financeiros do ano procedeu-se ao pagamento de somente 50% dos compromissos nacionais para com o CERN tanto no que respeita à contribuição nacional como à participação nas experiências do LHC e procedeu-se, ainda, ao pagamento de 50% das contribuições devidas ao LIP no âmbito das suas atividades relacionadas com o CERN e com o Observatório Pierre Auger. Procedeu-se, também, à análise da viabilidade da participação nacional nas experiências do CERN – CLOUD e COMPASS, aguardando-se a decisão final sobre esta matéria.

O DRI elaborou ainda o levantamento e tratamento da participação portuguesa no CERN relativamente ao número e volume de contratos atribuídos às empresas portuguesas, número de utilizadores, número de bolsiros/estudantes presentes no CERN, número de *staff* nacional, número de bolsas atribuídas pela ADI, para o período 2000/2011. A análise desta evolução demonstra uma efetiva e positiva participação nacional. O DRI foi também responsável pela preparação e participação em quatro reuniões do Comité Financeiro e elaboração dos respetivos relatórios.

### **EMBC - Conferência Europeia de Biologia Molecular**

Em 2012, continuaram os trabalhos de coordenação da participação portuguesa na EMBC, assegurando-se a representação nacional nos diferentes órgãos de gestão, tendo Portugal sido reeleito para a Vice-Presidência da Conferência.

Procedeu-se ao pagamento de somente 50% dos compromissos anuais para com a Organização mas foi possível proceder ao pagamento integral dos compromissos para com os Programas da EMBC, o '*EMBO Installation Grants*' (SDIG) e '*Young Installation Grants*' (YIP), tendo sido financiados um total de sete candidatos, 5 no SDIG e 2 no YIP.

Foi superiormente decidido retomar a participação nacional nestes 2 programas especiais da EMBC, que tinha sido interrompida em 2011.

Foi atualizado o levantamento sobre o retorno em nº de bolsas (longa duração/curta duração/YIAP/SDIG) atribuídas pela EMBC a investigadores portugueses, no período 2000/2011, que revela um progressivo reforço da participação nacional.

O DRI foi também responsável pela preparação e participação nas duas reuniões da Conferência com a elaboração dos respetivos relatórios.

### **EMBL - Laboratório Europeu de Biologia Molecular**

Em 2012, continuaram os trabalhos de coordenação da participação portuguesa no EMBL, assegurando-se a representação nacional nos diferentes órgãos de gestão.

Devido aos constrangimentos financeiros do ano procedeu-se ao pagamento de somente 50% dos compromissos nacionais para com esta Organização.

Foi atualizado o levantamento da participação portuguesa no EMBL de 2000 a 2011 relativamente ao nº de utilizadores, nº de bolsas (PhD e pós-doc) atribuídas a estudantes portugueses, número de *staff* nacional. No que se refere ao retorno do investimento no período 2001/ 2011 e tendo presente o peso da nossa escala de contribuição, verifica-se que o peso do nº de bolsas pós-doc atribuídas a investigadores nacionais é, em média, muito superior ao peso da contribuição de Portugal e este indicador mais que triplica quando se analisa o nº de bolsas de doutoramento atribuídas a estudantes portugueses. No que se refere ao nº de *staff* português nesta Organização verifica-se que a partir de 2010 Portugal já consegue obter “*juste retour*”.

O DRI foi também responsável pela preparação e participação em duas reuniões do Comité Financeiro e do Conselho onde se discutiu aprofundadamente o Plano Estratégico para o período 2012/2016 e o correspondente plano financeiro para levar a cabo as atividades científicas aprovadas pelo Conselho.

### **ESO – Observatório Europeu do Sul**

No que se refere ao ESO, foi dada continuidade aos trabalhos de coordenação da participação portuguesa nesta organização, tendo sido assegurada a participação nacional nos seus diferentes órgãos de gestão. À semelhança do CERN e devido aos constrangimentos financeiros do ano, o compromisso com o ESO referente à contribuição de 2012, só foi liquidado em 50%.

Foi atualizado o levantamento da participação portuguesa no ESO de 2000 a 2011 relativamente ao nº e volume de contratos atribuídos às empresas portuguesas, nº de utilizadores/observadores, número de *staff* nacional, número de bolsas atribuídas pela Agência da Inovação (ADI).

Em 2012 foi necessário proceder ao estudo estratégico/financeiro da participação de Portugal no grande projeto de construção do novo telescópio do ESO: E-ELT. Aguarda-se, ainda, a decisão superior sobre esta matéria.

O DRI passou a ser responsável pela participação nacional no Comité Financeiro desta Organização, tendo assegurado a presença da FCT na última reunião anual.

### **ESRF – Infraestrutura Europeia de Radiação de Sincrotrão**

Em 2012 deu-se continuidade aos trabalhos de coordenação da participação portuguesa no ESRF, tendo sido assegurada a participação nacional nos diferentes órgãos de gestão da Organização.



Devido aos constrangimentos financeiros do ano procedeu-se ao pagamento de somente 50% dos compromissos nacionais.

Na sequência da aprovação, em 2010, do Acordo de Portugal como Estado Associado à Parceria de Biologia Estrutural (PSB), foi superiormente autorizado o financiamento 3 bolsas de Doutoramento.

Durante o ano de 2012, foi discutida e superiormente autorizada a extensão do Acordo de Associação entre Portugal e o ESRF. O presente Acordo vigorará para o período 2013/2017, mantendo a contribuição nacional nos atuais 1%.

Foi atualizado o levantamento da participação portuguesa no ESRF de 2003 a 2011 relativamente ao nº e volume de contratos atribuídos às empresas portuguesas, nº de utilizadores/observadores, número de *staff* nacional, número de bolsas atribuídas no âmbito da Parceria de Biologia Estrutural.

#### **CGIAR - *Consultative Group on International Agricultural Research***

Em 2011 procedeu-se ao pagamento do compromisso anual para com o Grupo e acordou-se a distribuição dos apoios nacionais pelos diferentes centros de investigação de CGIAR.

Foi assinado um novo acordo referente aos novos procedimentos para pagamento da contribuição nacional, a qual deixou de ser referenciada em dólares tendo sido fixada em 450.000 €.

A representação nacional no CGIAR é assegurada por um delegado externo que reporta periodicamente.

#### **Campanhas de navios estrangeiros em áreas marítimas sob soberania e jurisdição nacional**

Em 2012 prosseguiu o acompanhamento no DRI dos pedidos de autorização para a realização de 36 campanhas oceanográficas em áreas marítimas sob soberania e jurisdição nacional. Foi efetuada a recolha e verificação dos pareceres obtidos junto de peritos da comunidade científica da área, com o apoio da Comissão Oceanográfica Intersectorial do MEC (COI-MEC), processo efetuado em articulação com o MNE. Foi recebido um relatório de campanha oceanográfica referente a campanha realizada em 2010 e efetuada a sua verificação.

#### **3.4.4. Execução Financeira**

O DRI garantiu a gestão financeira do Projeto 6818 do orçamento de investimento (PIDDAC) da FCT, cuja execução foi de 31.828.673 €, distribuída da seguinte forma:

- Cooperação Bilateral – Financiamento de mobilidade de investigadores no âmbito de projetos bilaterais no valor de 487.990 € e pagamento de 6.289 € ao painel de avaliação;

- Cooperação Multilateral - Pagamento de quotas das Organizações Internacionais de que Portugal é membro e de atividades ligadas à participação científica internacional, no montante total de 30.346.618 €, mas que não permitiu o pagamento integral dos compromissos previstos para o ano em curso, tendo ficado por liquidar cerca de 50% às grandes Organizações Internacionais.

O montante em dívida, transferido para 2013, ascendeu a 14.346.618 €.

Durante o ano de 2012, procedeu-se a um levantamento exaustivo dos compromissos da FCT para com todas as Organizações/Associações científicas internacionais, tendo por fim a decisão de permanência ou solicitação de rescisão dos respetivos Acordos. Por decisão superior, foi decidido permanecer em todas as grandes Organizações Internacionais, transferir a responsabilidade de pagamento das contribuições às Sociedades Científicas internacionais para as Sociedades Científicas nacionais, podendo a FCT vir a cofinanciar este compromisso através do Programa de apoios especiais do FACC. Por falta de interesse da Comunidade Científica nacional, foi decidida a saída de Portugal de seis pequenas Organizações Internacionais, as quais foram em devido tempo notificadas;

- Despesas com deslocações de delegados nacionais representantes de Portugal em Organizações Internacionais e com a organização de reuniões no valor de 426.210 €;

- Pagamento de 561.565 € relativo aos contratos celebrados entre a FCT e as instituições selecionadas para prestação de serviços de Pontos de Contacto Nacional do 7º PQ.

Para além do projeto 6818, o DRI garantiu ainda a gestão de verbas provenientes da Comissão Europeia relativas à participação da FCT em 48 redes europeias (nomeadamente ERA-NETs, INCO-NETs, redes de integração de infraestruturas e redes de Pontos de Contacto Nacional do 7º PQ) no montante total de 409.940 €.

### **3.4.5 Cooperação em áreas estratégicas**

#### **3.4.5.1. Gabinete Polar**

O Gabinete Polar, criado por Despacho do Conselho Diretivo da FCT em dezembro de 2011, tem como principal missão promover, apoiar e acompanhar a prossecução da investigação portuguesa nas regiões polares, através do estabelecimento e consolidação da cooperação transnacional. Esta missão reveste-se da maior importância para a comunidade científica polar nacional, de dimensão modesta e com um percurso de atividade ainda incipiente, face aos condicionalismos da investigação polar em várias vertentes, nomeadamente no que respeita ao cumprimento dos instrumentos jurídicos internacionais vigentes e do elevado capital (humano e financeiro) envolvido na logística e permanência dos investigadores nas regiões polares.

As características extremas das regiões polares, a sua complexidade, os constrangimentos logísticos e a necessidade de partilha de meios, propiciam colaborações multidisciplinares a nível internacional entre equipas de excelência. Como contributo para o esforço internacional para a investigação polar, a comunidade científica portuguesa, em especial desde o Ano Polar Internacional 2007-08, tem ocupado

nichos importantes que contribuem para a consolidação da massa crítica e para a divulgação da investigação polar na sociedade e, em particular, junto das gerações mais jovens.

O Gabinete Polar conta com o apoio permanente de dois Conselheiros Científicos, Professor Gonçalo Vieira da Universidade de Lisboa e Doutor José Xavier da Universidade de Coimbra.

São objetivos principais deste Gabinete: propor e coordenar medidas de apoio logístico à investigação polar portuguesa; estabelecer as práticas necessárias, por parte de investigadores de instituições nacionais, ao cumprimento das normas jurídicas internacionais para a investigação nas regiões polares, particularmente na Antártida, decorrente da vigência do Tratado para a Antártida e do Protocolo de Proteção Ambiental do Tratado para a Antártida (Protocolo de Madrid); propor ações de reforço das colaborações e protocolos internacionais na área das ciências polares; servir de ligação entre a FCT e a comunidade científica nacional interessada em temas polares; assegurar que a comunidade científica portuguesa se encontra representada nas principais organizações científicas e de gestão de ciência polar internacionais; propor e dinamizar parcerias entre instituições de investigação e a indústria por forma a promover a transferência de tecnologia e a valorização económica do conhecimento. Estes objetivos têm pleno enquadramento quer nos objetivos estratégicos da FCT, nomeadamente fomentar o desenvolvimento da competência científica e tecnológica nacional e promover a internacionalização da comunidade científica nacional, quer nas orientações de política de I&D, tais como o financiamento de investigação nacional de excelência, característica fundamental da ainda reduzida mas em crescente expansão comunidade científica nacional polar.

### **Descrição das atividades desenvolvidas**

As atividades desenvolvidas pelo Gabinete Polar durante 2012 assentaram na construção dos pilares deste Gabinete, dada a sua recente criação, no final de 2011. Foram atividades realizadas com a interação e colaboração muito presente com os Conselheiros Científicos, tendo sido preparadas e realizadas reuniões presenciais entre os elementos do grupo, sempre que necessário. As principais atividades deste Gabinete foram as seguintes listadas:

- Participação em reuniões, conferências e *workshops* nacionais e internacionais, destacando-se: i) as reuniões de Assembleia Geral do COMNAP e Conferência SCAR, em Portland, EUA (julho 2012), onde foi possível estabelecer importantes ligações com representantes de diversos programas antárticos internacionais; ii) IV Conferência Portuguesa de Ciências Polares, Lisboa (outubro 2012), este ano dedicada ao tema “Consolidação Internacional da Ciência Polar Portuguesa”, e que contou com a presença de oradores internacionais de países com programas polares sólidos e que teceram importantes recomendações para a implementação futura do Programa Polar Português.
- Acompanhamento e reporte das atividades conjuntas desenvolvidas no âmbito da implementação do Memorando de Entendimento (MoU) entre Portugal e Espanha para a participação conjunta em investigação polar com vista ao reforço da participação ibérica nas atividades desta temática, assinado em janeiro de 2009 e do *Statement of Commitment* entre a FCT e a *British Antarctic Survey*, assinado

em novembro de 2011, para futura colaboração com vista ao benefício comum entre ambas as comunidades científicas polares.

- Preparação e instrução do processo para assinatura de MoU com o Instituto Antártico Chileno-INACH (Chile), com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq (Brasil) e com o *Consiglio Nazionale delle Ricerche-CNR* (Itália), sendo que estes memorandos deverão apenas ser assinados durante o próximo ano.
- Instrução do processo para adesão de Portugal ao Protocolo ao Tratado para a Antártida sobre a Proteção ao Meio Ambiente (Protocolo de Madrid), envolvendo a análise técnica e jurídica deste instrumento legal internacional, bem como a sua tradução para a língua portuguesa. Articulação com Secretaria de Estado da Ciência e com Ministério dos Negócios Estrangeiros com vista à correta tramitação do processo.
- Criação da página *online* do Gabinete Polar no portal da FCT e edição e publicação regular dos seus conteúdos, o que permite uma ampla divulgação das atividades da FCT no âmbito da investigação polar a toda a comunidade científica.
- Apoio financeiro à 2.ª Campanha Antártica Portuguesa (PROPOLAR 2012-13), em articulação com o FACC, tendo sido financiada a logística de transporte de investigadores nacionais e de programas antárticos estrangeiros com o fretamento de um voo (Punta Arenas, Chile – Península Antártica) para reforço da cooperação internacional nesta região e de forma a permitir a presença portuguesa na Antártida, atendendo a que Portugal não dispõe de bases científicas nesta região. Acompanhamento e apoio da Equipa de Coordenação das duas Campanhas Antárticas. De salientar as principais diferenças entre a Campanha deste ano e a Campanha do ano anterior:
  - ✓ no presente ano foi lançado pelo PROPOLAR um concurso para a apresentação de expressões de interesse de equipas de investigação nacionais para integrarem a Campanha Antártica;
  - ✓ o aumento do número de passageiros, tendo sido transportados 110 passageiros no total dos 2 voos (ida e regresso), comparativamente à Campanha anterior em que foram transportados um total de cerca de 70 passageiros;
  - ✓ foi ministrado aos integrantes nacionais da Campanha, um curso de formação e de Primeiros-Socorros mais completo e contando já com o apoio do Centro de Medicina de Desporto de Lisboa.
- Conceção e proposta da estrutura de um Grupo de Trabalho Polar Nacional para implementação formal do Programa Polar Português e da potencial constituição de um Comité Polar Português, futuramente responsável por gerir toda a atividade polar a nível nacional.
- Instrução dos processos para o estabelecimento de Protocolos institucionais relativos à certificação, para os participantes em atividades de investigação na Antártida: i) de aptidão médica com o Instituto Português do Desporto e Juventude; ii) de Avaliação de Impacto Ambiental com a Agência Portuguesa do Ambiente.

- Elaboração do ponto de situação das atividades do Gabinete Polar para conhecimento da Embaixada Portuguesa na Suécia, sob solicitação do MNE e troca de informações adicionais com a mencionada Embaixada, nomeadamente no que respeita às páginas eletrónicas do Gabinete Polar da FCT e do *Swedish Polar Research Secretariat*.
- Planificação e proposta de elaboração de uma base de dados para inscrição e disseminação de informação entre a comunidade polar nacional e o tecido industrial/empresarial.
- Organização de informação especificamente afeta à investigação polar financiada pela FCT, nomeadamente no que respeita a levantamentos de projetos e bolsas financiados neste domínio.
- Elaboração de uma Declaração a solicitar pela FCT em todas as situações de submissão de candidaturas relacionadas com investigação polar (apoios especiais, projetos e bolsas), atestando o cumprimento dos requisitos previstos pelo Protocolo de Madrid como a Avaliação de Impacto Ambiental e a Certificação de Aptidão Médica das atividades a desenvolver.
- Acompanhamento e apoio da representação da FCT no Comité de Especialidade da *European Science Foundation* relativo à temática polar – *European Polar Board* (EPB).

#### Execução financeira do Gabinete Polar

O Gabinete Polar, apesar de corresponder a uma Unidade Orgânica da Instituição, não dispõe de dotação orçamental autónoma. No entanto, a natureza das suas atribuições obriga à necessidade de prestação de apoio financeiro à comunidade científica polar. Este apoio financeiro é suportado pela dotação orçamental de outras Unidades Orgânicas da FCT, nomeadamente o Departamento das Relações Internacionais (DRI), no que concerne a deslocações, e o Apoio à Comunidade Científica (FACC), no que concerne ao apoio financeiro à realização das Campanhas Antárticas Portuguesas. Os montantes envolvidos para o apoio financeiro das atividades nacionais da investigação polar foram executados conforme a tabela abaixo.

**Tabela XV – Execução Financeira do Gabinete Polar**

Dotação Orçamental da Unidade Orgânica	Deslocações	2.ª Campanha Antártica Portuguesa
DRI	8.600 €	
FACC-Apoios Especiais		117.000 €
<b>Total</b>		<b>125.600 €</b>

O apoio financeiro para deslocações envolveu o pagamento da participação da Coordenadora e dos Conselheiros Científicos do Gabinete Polar e de peritos da comunidade científica polar nacional em Reuniões, Conferências e Workshops Internacionais, cuja presença se considerou relevante para o

acompanhamento e promoção das atividades nacionais, bem como para a consolidação da cooperação transnacional necessária à prossecução da investigação portuguesa nas regiões polares.

Relativamente à realização da Campanha Antártica Portuguesa, a FCT apoiou financeiramente o fretamento do voo de ida e volta de Punta Arenas (Chile) à Antártida, as deslocações dos investigadores de equipas nacionais ao Chile e Nova Zelândia, o *Workshop* Internacional de Cooperação em Ciência Polar (IV Conferência Portuguesa de Ciências Polares) para preparação prévia da Campanha e despesas diversas, como seguros de viagem e ações de divulgação da Campanha.

### Realização dos objetivos do Plano de Atividades de 2012

Na tabela abaixo encontram-se listados os objetivos operacionais pré-estabelecidos no Plano de Atividades de 2012 para o Gabinete Polar. Dos objetivos operacionais traçados para 2012, destaca-se a instrução do processo de adesão de Portugal ao Protocolo de Madrid, pela importância do cumprimento deste instrumento jurídico nas atividades nacionais na Antártida.

**Tabela XVI**– Grau de realização dos Objetivos Operacionais que constam do Plano de Atividades de 2012

Objetivos operacionais	Indicador	Meta	Grau de Realização
Elaborar proposta de estrutura de um Grupo de Trabalho Polar Nacional	Prazo de execução	19/12/2012	Superado
Instruir o Processo de Adesão de Portugal ao Protocolo de Proteção Ambiental do Tratado para a Antártida (Protocolo de Madrid)	Prazo de execução	22/10/2012	Superado
Identificar e propor a países/organizações internacionais estratégicos futuros protocolos de colaboração na temática polar	Número de protocolos propostos	1 Protocolo	Superado
Instruir o processo para o estabelecimento do Protocolo institucional relativo à certificação de aptidão médica para os participantes em atividades de investigação na Antártida	Prazo de execução	14/09/2012	Superado
Desenvolver e divulgar <i>online</i> a página do Gabinete Polar no Portal da FCT	Prazo de execução	10/08/2012	Superado
Planificar e propor a elaboração de uma base de dados para inscrição e disseminação de informação entre a comunidade polar nacional e o tecido industrial/empresarial	Prazo de execução	21/12/2012	Superado

Pelo grau de realização dos objetivos a que o Gabinete Polar se propôs em 2012, a sua dimensão e atividade têm, em larga medida, correspondido às necessidades da dinâmica desta Unidade e da comunidade científica polar nacional. De salientar que o trabalho produzido pelo Gabinete Polar ao longo deste ano permitiu potenciar o crescimento sustentado da comunidade polar portuguesa e fortalecer as colaborações internacionais, fundamentais à prossecução das atividades de investigação polar.

#### **3.4.5.2. Gabinete do Espaço**

O Gabinete do Espaço tem como principal missão explorar os benefícios da participação nacional nos programas espaciais Europeus, nomeadamente nos programas da ESA. Concretamente, cabe ao Gabinete do Espaço promover a visibilidade e a competitividade da comunidade espacial nacional desencadeando as iniciativas que potenciem o retorno científico e tecnológico, bem como o impacto económico da sua participação nos vários programas espaciais (dentro e fora da Europa).

Em particular, cabe ao Gabinete do Espaço providenciar apoio técnico ao Chefe da Delegação Portuguesa à ESA (Presidente da FCT), bem como à respetiva tutela. O Gabinete do Espaço tem também por missão estabelecer a ligação entre os vários Delegados e as tutelas envolvidas nos compromissos assumidos pelo País nos programas espaciais da ESA e da União Europeia.

O ano de 2012 teve como principal marco a realização do Conselho Ministerial da Agência Espacial Europeia (ESA), envolvendo Portugal, os restantes Estados Membros e a União Europeia (como observador). É ao nível dos Conselhos Ministeriais da ESA que os respetivos Estados Membros confirmam o reforço das suas contribuições para os programas de subscrição opcional da ESA.

Assim, desde o início do ano todos os esforços da SEC e da FCT (através do Gabinete do Espaço) foram orientados no sentido de definir o posicionamento estratégico e as linhas programáticas prioritárias para o reforço dos programas opcionais da ESA. Este exercício envolveu várias tutelas e a comunidade espacial nacional (representada por empresas e institutos de investigação científica e tecnológica do sector). As decisões tomadas por Portugal no Conselho Ministerial da ESA, a 21 de Novembro de 2012, corresponderam a um reforço da subscrição Portuguesa de programas opcionais no montante de 17,5 Milhões de Euros para um período médio entre 2013 e 2017 (variando consoante o programa opcional subscrito).

O Gabinete do Espaço conduziu a consulta à comunidade espacial nacional através da realização de vários workshops programáticos, cuja organização contou com o apoio da ESA e com a participação e, em certos casos coorganização, de vários organismos tutelados pela SEC-MEC, SEOPTC-MEE, SEM-MAMAOT e pelo MNE.

O quadro 1 agrega o conjunto de workshops organizados no contexto de preparação da Ministerial da ESA. Para além da organização de workshops foi também conduzido um inquérito aos principais atores do sector espacial Português (empresas e institutos de I&DT) refletindo sobre os programas opcionais abertos para subscrição na Ministerial da ESA de 2012. Este exercício de consulta foi essencial para construir um quadro de referência das competências e ambições da comunidade espacial portuguesa.

Tendo como base a consulta realizada à comunidade nacional, o Gabinete do Espaço coordenou com os Delegados Nacionais à ESA a redação da proposta da Delegação Portuguesa para as subscrições opcionais na Ministerial de 2012. Esta proposta serviu de suporte para a reunião de Secretarias de Estado, presidida pela Sra. Secretária de Estado da Ciência, que preparou as decisões a tomar na Ministerial da ESA.

Para além das decisões sobre os programas opcionais, o Conselho Ministerial da ESA aprovou uma resolução sobre a evolução da Agência vis-à-vis a sua relação com a União Europeia. Portugal, a par com a maioria dos restantes Estados defendeu a necessidade de ser levado a cabo um processo de reflexão sobre a evolução da ESA preservando as características que sustentam os sucessos alcançado por esta organização. Princípios como a solidariedade entre Estados Membros e a cooperação transnacional devem ser continuar a ser sustentados.

O resultado do Conselho Ministerial da ESA foi determinante para o debate promovido no contexto do 9º Conselho do Espaço, que ocorreu a 11 de Dezembro de 2012, à margem do Conselho da Competitividade da UE. Este debate foi conduzido em torno da resolução aprovada pelo Conselho Ministerial da ESA sobre a evolução desta Agência no que respeita a sua relação com a União Europeia, tendo Portugal sustentado a posição defendida nessa ocasião.

O quadro seguinte resume as principais reuniões e eventos promovidos e coorganizados pela FCT através do Gabinete do Espaço. Uma referência completa aos eventos promovidos pelo Gabinete do Espaço, incluindo as reuniões e conferências da ESA e da Comissão Europeia nas quais foi assegurada a participação nacional, é apresentada no calendário de reuniões no Anexo III.

**Tabela XVII – Workshops organizados pelo Gabinete do Espaço em 2012.**

<b>Data</b>	<b>Principais Reuniões/Eventos de 2012</b>
23 Janeiro	Workshop GMES – Aplicações no domínio do “Mar” <sup>2</sup>
19 Março	Workshop Programa Científico da ESA
11 Junho	Workshop Programas Observação da Terra da ESA
10 Julho	Workshop Programas Telecom. e Navegação da ESA <sup>3</sup>
09 Outubro	Workshop Programas Tecnológicos da ESA
20-21 Novembro	Conselho Ministerial da ESA
11 Dezembro	9º Conselho do Espaço da UE e ESA

O primeiro workshop foi dedicado às aplicações do programa europeu de Observação da Terra (programa GMES, recentemente renomeado Copernicus) no domínio marítimo envolvendo várias áreas científicas e

<sup>2</sup> Organizado pela Secretaria de Estado do Mar com o apoio da FCT.

<sup>3</sup> Organizado pela ANACOM (MEE) com o apoio do Gabinete do Espaço da FCT.



tecnológicas. Embora não tenha sido organizado no contexto exclusivo da preparação da Ministerial da ESA, este workshop contribuiu de forma substancial para um maior envolvimento da Secretaria de Estado do Mar na discussão sobre os programas de Observação da Terra da ESA.

O workshop dedicado ao programa científico da ESA teve como objetivo central estimular uma maior participação nacional nas missões deste programa. Recorda-se que este é o principal programa obrigatório da ESA no qual as metas de distribuição de retorno geográfico têm sido mais difíceis de alcançar por Portugal.

Destaca-se também o lançamento da Iniciativa Nacional de Transferência de Tecnologia Espacial (PTTI) da ESA promovida pela FCT, através do Gabinete do Espaço, e implementada pelo Instituto Pedro Nunes (IPN). Esta iniciativa foi oficialmente apresentada no workshop dedicado aos programas tecnológicos da ESA (a 9 de Outubro). Durante o último quarto de 2012 foi aberto o primeiro concurso para financiamento de projetos de transferência de tecnologia espacial ao abrigo da PTTI.

A Comissão Europeia deu continuidade em 2012 ao debate sobre o programa que sucederá o 7º Programa-Quadro de I&DT da UE (7ºPQ), ou seja o Horizon 2020. No que respeita às atividades espaciais, desenvolvidas até 2013 ao abrigo do tema “Espaço” do programa Cooperação do 7ºPQ, foram apresentadas e discutidas as propostas da Comissão Europeia para o regulamento do Horizon 2020 e para outros aspetos estruturais deste programa.

O Gabinete do Espaço deu apoio ao GPPQ contribuindo com algumas recomendações e considerações sobre o conteúdo das propostas apresentadas pela Comissão Europeia. Estas recomendações procuraram preservar a continuidade das atividades desenvolvidas no 7ºPQ, nomeadamente no que respeita aos programas GMES e Galileu, e simultaneamente garantir que continuariam a ser criadas competências tecnológicas que visem promover a independência e competitividade Europeia no sector espacial, em harmonia com as atividades desenvolvidas no contexto dos programas espaciais da ESA.

Nos últimos meses de 2012 foram iniciadas as diligências junto da ESA no sentido de integrar na FCT a gestão e acompanhamento do programa de Estágios Tecnológicos na ESA (e dar apoio ao programa equivalente para o ESO), na sequência da transferência destas competências da Agência de Inovação para a FCT.

Apresentam-se de seguida alguns indicadores sobre a participação nacional nos programas espaciais da ESA.

O coeficiente de retorno geográfico Português na ESA determina a capacidade das nossas empresas e instituições científicas e tecnológicas ganharem de forma competitiva projetos de desenvolvimento de tecnologia espacial e fornecimento de serviços e produtos. A figura 20 apresenta a evolução temporal do coeficiente de retorno geográfico desde a adesão de Portugal à ESA (em 2000), bem como o correspondente volume anual de contratos atribuídos a entidades nacionais.

$$\text{Coef. Retorno geográfico} = \frac{\text{valor total dos contratos adjudicados a entidades nacionais em todos os programas da ESA}}{\text{valor total ideal de contratos a adjudicar}}$$

A evolução deste indicador ao longo dos últimos 12 anos demonstra bem a capacidade competitiva do sector espacial Português suportado por uma estratégia de subscrição de programas espaciais consistente com as competências tecnológicas nacionais.

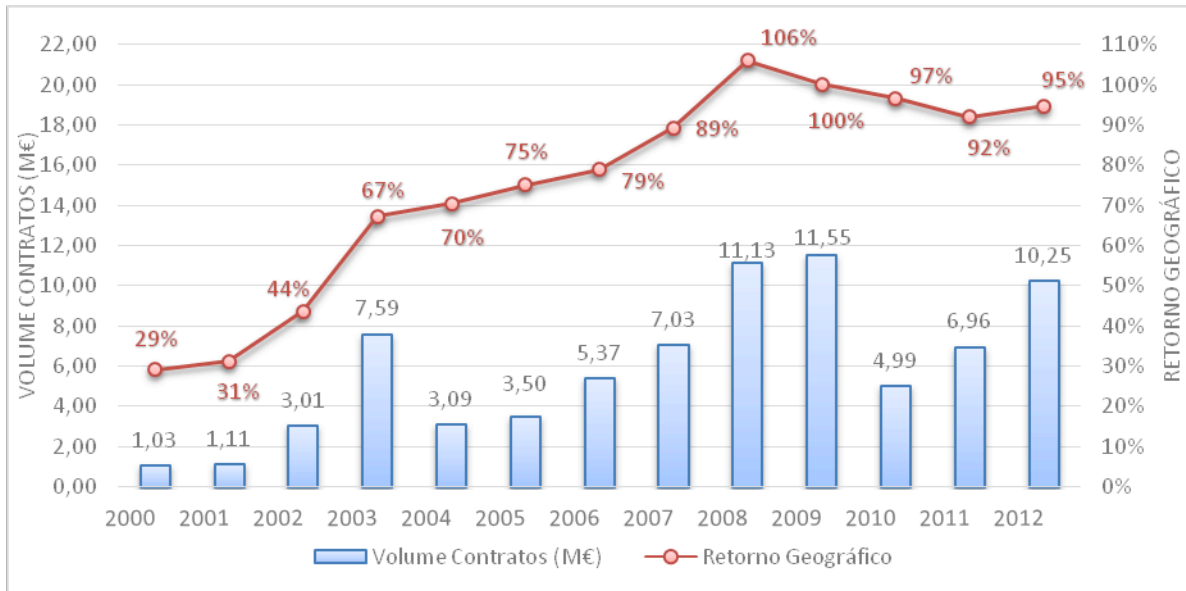


FIG. 20 – EVOLUÇÃO DO COEFICIENTE DE RETORNO GEOGRÁFICO NA ESA PARA PORTUGAL ENTRE 2001 E 2012.

Outros indicadores relevantes são apresentados na Tabela XVIII. Estes indicadores correspondem ao número de entidades portuguesas que participaram em atividades da ESA, ao número de bolsas de estágios tecnológicos atribuídas pela FCT (promovidas pela Agência de Inovação com o apoio do Gabinete do Espaço) e ao número de “staffs” da ESA com nacionalidade portuguesa.

Tabela XVIII – Indicadores da participação nacional na ESA. Valores de 2012 não disponíveis

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Nº de entidades nacionais com atividade na ESA	6	10	17	28	19	22	42	31	38	30	28	28
Nº de bolsas de estágio atribuídas	5	1	20	13	0	9	8	11	2	8	4	9
Nº de “staffs” Portugueses na ESA	1	3	4	8	10	11	12	17	20	23	23	23

### 3.4.5.3 Gabinete de Promoção do Programa – Quadro

O GPPQ tem como principal missão potenciar a participação nacional no 7º Programa-Quadro. O GPPQ é constituído por uma equipa dedicada de técnicos especializados em cada uma das áreas temáticas do 7ºPQ, os denominados Pontos de Contacto Nacionais (PCN, ou *NCP* na versão inglesa mais conhecida), incluindo o programa PESSOAS desde meados de 2012. Os NCPs acompanham em detalhe a evolução dos concursos do 7ºPQ, nomeadamente a preparação dos programas de trabalho anuais, e possuem portanto os conhecimentos essenciais para divulgarem, acompanharem e apoiarem a comunidade científica e empresarial com interesse no 7ºPQ, potenciando o aumento da taxa de participação nacional com sucesso e, conseqüentemente, uma maior captação de verbas europeias para financiamento da investigação em Portugal.

#### Princípios orientadores da Ação do GPPQ

As principais linhas orientadoras do trabalho de divulgação e promoção do GPPQ continuaram a assentar, em 2012, nos seguintes princípios fundamentais:

- Manter os NCPs bem informados significa e exige que estes tenham de estar em total sintonia com o espírito da Comissão e com os objetivos específicos dos concursos – para tal, os NCPs acompanhamos Delegados nacionais às reuniões dos Comitês, como Peritos, ou substituem os próprios Delegados na sua ausência;
- Garantir a participação dos NCPs nacionais em todas as Redes europeias das várias áreas temáticas, por forma a conhecerem e potenciarem o trabalho em rede ao nível Europeu e internacional e assim potenciar a participação PT nos concursos do 7ºPQ;
- Garantir a atualização sistemática de potenciais participantes no 7ºPQ a nível nacional, e sistematizar toda a informação numa base de dados estruturada, permitindo contactos melhor direcionados e sem omissões;
- Promover sistemática e atempadamente todos os concursos abertos e todas as sessões de informação. Divulgar com tanta antecipação quanto possível, os “*drafts*” dos programas de trabalho anuais de cada tema para permitir a preparação de propostas com a maior antecipação possível;
- Garantir a atualização dos conteúdos do site do GPPQ;
- Promover e apoiar a participação dos *players* nacionais nas Plataformas Tecnológicas Europeias, nas Parcerias Europeias de Inovação e em todas as iniciativas importantes, de forma a poderem influenciar as agendas de investigação;
- Sensibilizar os investigadores nacionais para se inscreverem como avaliadores de propostas e para ingressarem os Grupos de Aconselhamento da Comissão Europeia, para entenderem melhor a forma como as propostas são avaliadas, o que lhes permitirá preparar melhores propostas;

- Oferecer sessões de formação especializadas sobre a forma de preparar “melhores propostas” aos investigadores que queiram participar nos Programas-Quadro;
- Promover parcerias entre empresas e instituições nacionais de I&DT;
- Potenciar a colaboração inter-ministerial, nomeadamente entre as várias agências e direções gerais nacionais que acompanham a implementação da união da inovação;
- Responder atempadamente a todas as solicitações que chegam ao GPPQ, através de email e telefone, incluindo apoio na revisão de propostas.

### **Atividades desenvolvidas**

As atividades desenvolvidas pelo GPPQ em 2012 tiveram como principal objetivo sustentar e potenciar a participação nacional nos concursos lançados no âmbito do 7ºPQ. No essencial, para além de todas as tarefas sem visibilidade para o exterior, nomeadamente, acompanhar os Delegados Nacionais às reuniões dos Comitês, apoiar o trabalho destes na preparação das posições nacionais relativas aos programas anuais de trabalho de cada tema, fazer os levantamentos estatísticos da participação no 7ºPQ, manter atualizadas as listas de interessados em cada tema, encaminhar a comunidade PT para outras iniciativas Europeias e internacionais complementares ao 7ºPQ (Acções Cost, Concursos ERA-net, Cooperação bilateral, Programa CIP, LIFE+,), etc., o trabalho do GPPQ consistiu em:

- i) informar atempadamente a comunidade científica e empresarial nacionais sobre as oportunidades de financiamento disponíveis;
- ii) mobilizar o envolvimento nacional em candidaturas;
- iii) esclarecer e dar apoio na preparação de propostas;
- iv) potenciar e apoiar a participação das entidades nacionais nas iniciativas Europeias de suporte ao 7ºPQ e ao futuro Horizonte 2020.

### **Atividades de informação dirigidas à comunidade científica e empresarial**

No âmbito das actividades de informação, destaca-se a manutenção do site do GPPQ ([www.gppq.fct.pt](http://www.gppq.fct.pt)), que foi totalmente reformulado no final do 1º semestre de 2012, e a realização, em 2012, de **146 sessões públicas** de formação e de divulgação, bem como de *Workshops* de preparação de propostas, envolvendo cerca de 4.300 participantes – ver Tabela I. Estas sessões foram distribuídas por diferentes regiões do país (Gráfico 1).

**Tabela XIX - Sessões Públicas organizadas ou co-promovidas pelo GPPQ em 2012**

Programa Cooperação	N.º Sessões	Participantes	
		Total	Média
T1. Saúde	19	777	41
T2. Alimentação, Agricultura e Pescas, e Biotecnologia (KBBE)	16	574	36
T3. Tecnologias da Informação e Comunicação (ICT)	12	467	39
T4. Nanociências, Nanotecnologias, Materiais e Novas Tecnologias de Produção (NMP)	14	502	36
T5. Energia	11	508	46
T6. Ambiente (incluindo alterações climáticas)	20	940	47
T7. Transportes (incluindo Aeronáutica)	12	604	50
T8. Ciências Socio-Económicas e Humanidades (SSH)	2	140	70
T9. Espaço	8	475	59
T10. Segurança	4	370	93
<b>Programa Capacidades</b>			
	N.º Sessões	Total	Média
Infra-estruturas de investigação	2	160	80
Investigação em benefício das PME	12	420	35
Regiões de conhecimento/Potencial de investigação/Apoio ao desenvolvimento coerente das políticas de investigação	7	272	39
Ciência na sociedade (SIS)	4	127	32
Cooperacao internacional	7	272	39
<b>Programa Ideias</b>			
	N.º Sessões	Total	Média
<b>Total</b>	7	272	39
<b>Programa Pessoas</b>			
	N.º Sessões	Total	Média
<b>Total</b>	7	272	39
<b>Aspectos Legais e Financeiros do 7ºPQ, incluindo IPR</b>			
	N.º Sessões	Total	Média
<b>Total</b>	6	276	46
<b>EURATOM</b>			
	N.º Sessões	Total	Média
<b>Total</b>	1	22	22
<b>EIT</b>			
	N.º Sessões	Total	Média
<b>Total</b>	1	133	133
<b>JRC</b>			
	N.º Sessões	Total	Média
<b>Total</b>	3	344	115
<b>Workshop Propostas</b>			
	N.º Sessões	Total	Média
<b>Total</b>	6	166	28
<b>TOTAL DE SESSÕES EM TODOS OS TEMAS E PROGRAMAS</b>	93	4279	46

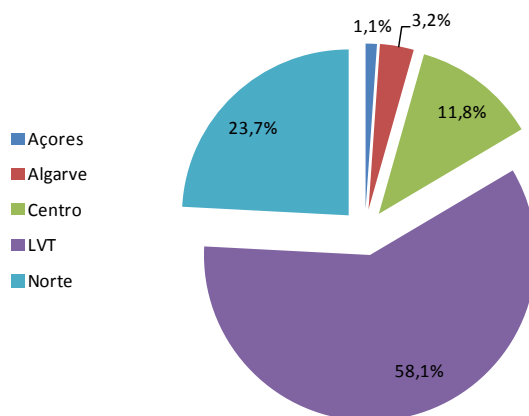


FIG. 21 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PARTICIPANTES NAS AÇÕES DE DISSEMINAÇÃO DO GPPQ EM 2012.

A listagem de todas as sessões realizadas está disponível no site do GPPQ, bem como as apresentações de todas as sessões ([http://www.gppq.fct.pt/\\_7pq/eventos.php](http://www.gppq.fct.pt/_7pq/eventos.php)). Estas sessões refletem as solicitações recebidas em resultado do mapeamento e interação com a rede nacional de estruturas de apoio a projetos, quer nas Universidades e instituições de ID, quer nas redes empresariais, nomeadamente através da **colaboração com a rede EEN** (*Enterprise Europe Network*) coordenada em Portugal pelo IAPMEI e pela ADI, **e com a COTEC**. Assim, o GPPQ tem orientado a promoção alargada de ações dirigidas para empresas, em particular para as PMEs, beneficiando das sinergias com essas entidades que permitem garantir uma maior participação de empresas nos eventos organizados pelo GPPQ e uma maior receptividade das empresas à mensagem do GPPQ.

Na sequência dos contactos formais com os **Pólos e Clusters (P&C) de competitividade**, em 2012 continuou a manter-se também um estreito contacto com estas entidades, devido aos bons resultados conseguidos anteriormente e que se procurou replicar. Apesar de apenas um pequeno grupo de P&C demonstrarem ter capacidade e interesse para participar em projectos internacionais, aqueles que participam nas ações promovidas pelo GPPQ, têm vindo a demonstrar um maior interesse e envolvimento nas temáticas do 7ºPQs. Devem-se destacar, pela positiva, o Pólo da Energia, o Cluster da Construção Sustentável (com participação regular na Plataforma Europeia E2B), o Pólo de Competitividade *Engineering & Tooling*, no âmbito das Tecnologias de Produção, e o Pólo TICE, que têm demonstrado um elevado interesse, conhecimento e dinâmica em actividades relacionadas com o 7ºPQ tendo já, alguns dos seus membros, participação muito activa nos programas NMP e ICT. O Health Cluster Portugal e o Pólo Agroalimentar Portugal Foods têm também colaborado nas ações promovidas pelo GPPQ.

Dado que a participação nas sessões de informação não permite cobrir a totalidade do universo visado, desfavorecendo quem trabalha mais longe dos centros onde habitualmente se realizam mais sessões (Lisboa e Porto), revelou-se necessário intensificar a presença dos NCPs noutros locais do país. Assim, continuando a política iniciada em 2009, **a informação foi levada em 2012 a todos os locais considerados pertinentes** (e.g., Braga, Covilhã, Aveiro, Coimbra, Faro, Bragança, Faial, Angra do Heroísmo, etc.) para permitir um contacto mais direto e informal com o máximo possível de centros de investigação e empresas com potencial para participar nas actividades do 7º PQ.

Os inquéritos de satisfação distribuídos nos eventos organizados pelo GPPQ têm permitido monitorizar o **grau de satisfação dos participantes** e melhorar os serviços prestados pelos NCPs. Os resultados dos inquéritos indicam um elevado nível de satisfação (Gráfico 2), mais especificamente no que se refere à organização do evento, à relevância da informação, à qualidade das apresentações e à competência dos oradores. As principais críticas recaem sistematicamente sobre a documentação distribuída que, inevitavelmente, por questões económicas, não pode incluir todos os documentos disponíveis nem estar em cópias a cores.

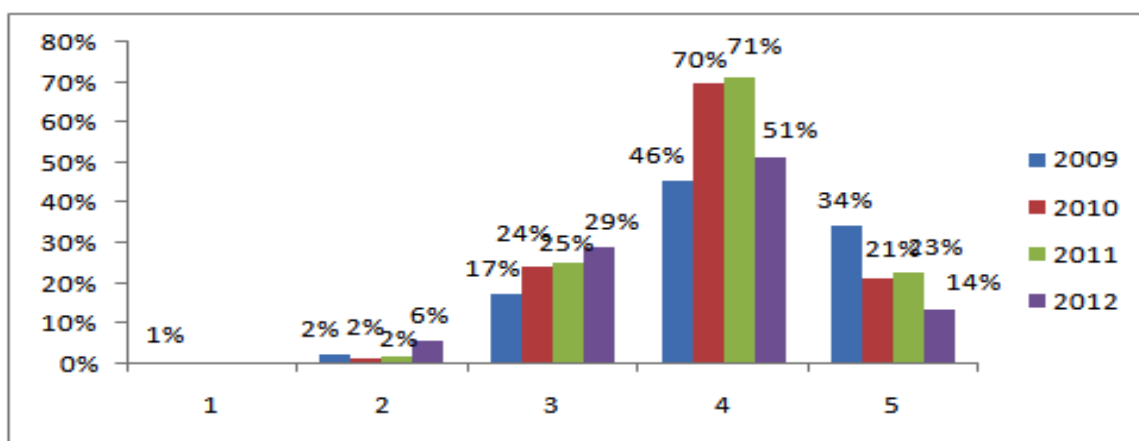


FIG.22 - APRECIÇÃO GLOBAL DOS EVENTOS ORGANIZADOS PELO GPPQ ENTRE 2009 E 2012  
(FONTE: INQUÉRITOS DE SATISFAÇÃO DISTRIBUÍDOS NAS SESSÕES; ESCALA: 1=NÃO, DE TODO A 5=PLENAMENTE)

Por outro lado, a análise dos inquéritos tem também permitido verificar que as sessões de informação/divulgação do GPPQ têm conseguido **atrair um número crescente de participantes com experiência e com intenções de submeter uma proposta**, enquanto os *workshops* práticos têm cumprido a sua **função formativa para os newcomers**, os quais também manifestam uma elevada intenção de submeter propostas.

Foram preparados/atualizados regularmente vários materiais de divulgação, enviados eletronicamente para a comunidade científica e empresarial, distribuídos nas sessões técnicas e nas reuniões, nomeadamente **brochuras** (<http://www.gppq.fct.pt/7pq/brochuras.php>) e **folhetos** (<http://www.gppq.fct.pt/7pq/folhetos.php>), disponibilizados também no site do GPPQ.

Continuou a ser publicada uma **Newsletter mensal**, chamando a atenção para o que de mais importante se vai passando no 7ºPQ (Concursos, consultas, sessões de informação, etc.), e descrevendo mensalmente um caso de sucesso na participação portuguesa no 7ºPQ, normalmente um projeto coordenado por uma equipe portuguesa. As *Newsletters* estão todas disponíveis no *site* do GPPQ (<http://www.gppq.fct.pt/7pq/newsletters.php>).

Durante o ano de 2012 iniciou-se a **preparação do catálogo de projetos liderados por equipas Portuguesas no 7ºPQ**. Uma primeira versão em inglês, com os projetos 2007-2012, estará disponível no início de 2013, apenas em versão electrónica.

#### **Atividades de apoio aos Delegados Nacionais ao 7ºPQ**

Para melhor enquadrar e apoiar o trabalho dos Delegados, continuaram a reunir em 2012 os Grupos Temáticos de Acompanhamento (GTA) nas áreas temáticas do Cooperação e algumas do Capacidades (Regiões, Ciência na Sociedade), com o mesmo duplo objectivo que levou à sua criação em 2009:

- Suportar os Delegados numa visão mais ampla e melhor fundamentada dos desejos e necessidades dos possíveis “clientes” do 7º PQ, por forma a poderem melhor defender os interesses nacionais nas reuniões dos Comitês em Bruxelas;
- Informar com grande antecedência os membros dos GTA, e, por extensão, toda a comunidade científica nacional, do que será o 7ºPQ no futuro a curto e médio prazo, preparando-os melhor para uma participação mais bem-sucedida nos concursos, numa fase em que todas as discussões nos Comitês são ainda confidenciais.
- 

#### **Resultados da participação portuguesa no 7ºPQ em 2012**

A participação portuguesa no 7ºPQ pode ser resumida no conjunto de indicadores que constam da tabela II (dados retirados da base de dados oficial da Comissão Europeia – as verbas indicadas para a participação nacional referem-se aos valores dos contratos assinados, podendo posteriormente ocorrer variações durante a execução dos projetos).



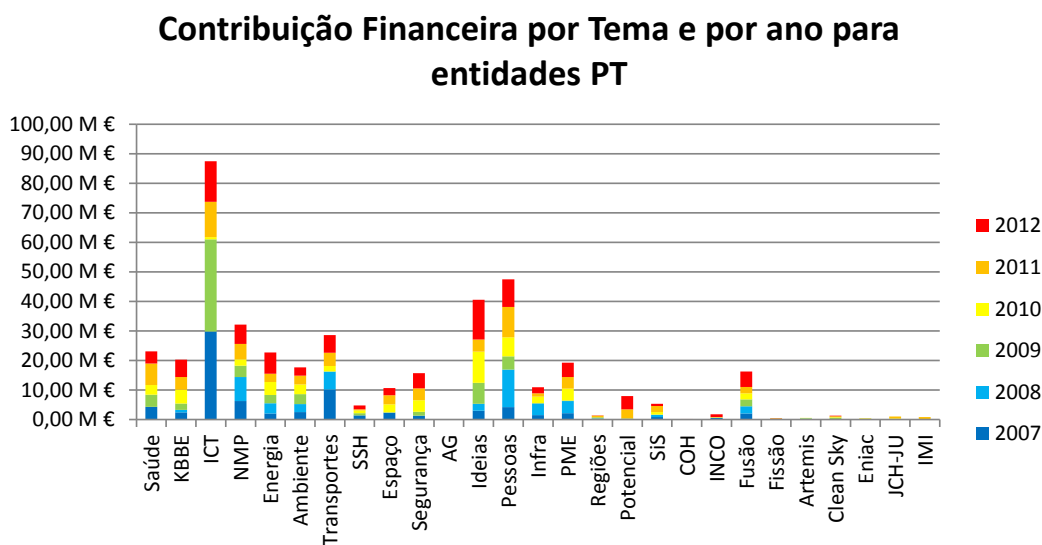
Tabela XX - Participação nacional no 7ºPQ entre 2007 e 2012.

Ano		2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total
<b>Total de propostas apresentadas</b>								
Nº de participações UE 27		16434	10791	16398	15765	20566	23187	103141
Propostas apresentadas PT		1525	756	1009	850	1228	1461	6829
Nº de participações PT		2107	1063	1322	1071	1631	1799	8993
Propostas coordenadas PT		246	169	244	251	362	445	1717
<b>Total de projectos aprovados</b>								
Nº de participações UE 27		3501	2408	3167	3241	3501	3874	19692
Projectos aprovados PT		21609	10201	12448	12057	15422	15201	86938
Nº de participações PT		270	168	185	177	235	261	1296
Projectos coordenados PT		378	222	247	233	297	352	1729
		32	44	47	38	47	53	261
Número de participações PT (propostas retidas p/a financiamento)	Ensino superior	109	58	68	70	94	105	504
	Grandes empresas	43	20	38	19	25	30	175
	PME	68	36	31	41	52	94	322
	Centros de investigação	110	77	92	85	95	86	545
	Outros	48	31	18	18	31	37	183
	Total	378	222	247	233	297	352	1729
<b>Financiamento Total</b>		7.498,78 M €	3.592,60 M €	5.162,03 M €	4.857,69 M €	6.614,21 M €	7.496,53 M €	35.221,85 M €
<b>Financiamento PT</b>		<b>77,44 M €</b>	<b>47,78 M €</b>	<b>65,17 M €</b>	<b>54,01 M €</b>	<b>74,16 M €</b>	<b>96,29 M €</b>	<b>414,86 M €</b>
Financiamento PT por tipo de entidade	Ensino superior	24,28 M €	16,40 M €	16,14 M €	18,59 M €	23,16 M €	39,28 M €	137,85 M €
	Grandes empresas	7,58 M €	3,00 M €	7,52 M €	3,47 M €	5,31 M €	6,76 M €	33,65 M €
	PME	11,91 M €	6,12 M €	9,52 M €	10,84 M €	11,65 M €	23,05 M €	73,09 M €
	Centros de investigação	27,65 M €	13,96 M €	29,18 M €	19,87 M €	30,41 M €	21,18 M €	142,26 M €
	Outros	6,01 M €	8,29 M €	2,81 M €	1,24 M €	3,62 M €	6,03 M €	28,01 M €
Taxa de sucesso p/ nº de propostas	Total	<b>21,30%</b>	<b>22,31%</b>	<b>19,31%</b>	<b>20,56%</b>	<b>17,02%</b>	<b>16,71%</b>	<b>19,09%</b>
	PT	<b>17,70%</b>	<b>22,22%</b>	<b>18,33%</b>	<b>20,82%</b>	<b>19,14%</b>	<b>17,86%</b>	<b>18,98%</b>
Taxa de sucesso p/ nº de participações	UE 27	<b>21,47%</b>	<b>23,32%</b>	<b>20,38%</b>	<b>23,96%</b>	<b>22,07%</b>	<b>20,50%</b>	<b>21,75%</b>
	PT	<b>17,94%</b>	<b>20,88%</b>	<b>18,68%</b>	<b>21,76%</b>	<b>18,21%</b>	<b>19,57%</b>	<b>19,23%</b>
<b>Percentagem Portugal</b>		<b>1,03%</b>	<b>1,33%</b>	<b>1,26%</b>	<b>1,11%</b>	<b>1,12%</b>	<b>1,28%</b>	<b>1,18%</b>
<b>Propostas em Reservelist</b>		1267	1017	636	685	810	1449	5864
<b>Propostas em Reservelist PT</b>		75	48	75	58	84	128	468
<b>Propostas não Elegíveis</b>		547	366	436	323	353	342	2367
<b>Propostas não Elegíveis PT</b>		57	28	25	21	21	17	169

A análise dos dados da participação nacional permite concluir que:

- Em **2012**, a participação nacional no 7ºPQ foi bastante positiva, sendo um dos anos com o maior número de propostas aprovadas para entidades nacionais (261) e com o maior número de coordenações nacionais em projetos aprovados (53), o que corresponde ao maior valor de financiamento nacional anual de sempre no 7º PQ (**cerca de 96 M€**), comparado com a média de 70 M€ em todo o 7ºPQ, e a maior percentagem de retorno financeiro para Portugal (**1,28%**) em termos das verbas colocadas a concurso (comparado com 1,18% de média em todo o 7ºPQ).
- Ao longo do 7º PQ, as propostas aprovadas com equipas PT têm demonstrado a predominância sistemática dos centros de investigação logo seguida das universidades. Mas, em 2012, as PME surgem como a 2ª entidade participante (cerca de 23 M€) em termos de captação de financiamento europeu, o que reflete o trabalho no terreno que tem sido promovido pelos NCPs do GPPQ com este objetivo.

- O desempenho no Programa Cooperação em 2012 foi o melhor de sempre, quer em termos de financiamento, quer em termos do número de coordenações nacionais.
- 2012 é igualmente o melhor ano de sempre para o Programa Ideias, onde foram obtidas 9 bolsas a investigadores nacionais, com um montante de mais de 13 M€, o que corresponde a uma percentagem de 0,9% do valor total deste Programa.
- Em 2012, o Programa Pessoas arrecadou cerca de 9,3 M€, com 47 bolsas aprovadas e um retorno de 1,1%.
- Relativamente ao Programa Capacidades, onde se destaca sistematicamente o sucesso do Programa em Benefício das PME (em termos de número de projetos e captação de financiamento), o ano de 2012 aparece também como o melhor ano de sempre, com 28 projetos aprovados, os quais envolvem 36 participantes PT e um montante financeiro que se aproxima dos 5 M€.
- Há áreas temáticas que claramente apresentam resultados muito positivos e outras com resultados que carecem de melhoria significativa. De entre estes, apontam-se as áreas da Ciências Socio-económicas e Humanidades (SSH) e Saúde, apesar dos excelentes resultados alcançados no ano de 2012 (gráfico 3).



**FIG. 23 - DISTRIBUIÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA (€) POR ANO E POR TEMA, PARA PARTICIPANTES PORTUGUESES ENTRE 2007 E 2012**

- EURATOM-fissão, bem como todas as Iniciativas Tecnológicas Conjuntas (JTI), são os programas que têm apresentado sistematicamente desempenhos mais modestos.

- A participação das entidades do sistema científico e tecnológico é superior à participação do tecido empresarial, assim como nos montantes contratados (Gráfico 4). Portugal encontra-se acima das metas estabelecidas para a participação (em financiamento) das PME no 7ºPQ (15%), representando, neste momento, cerca de 18%.

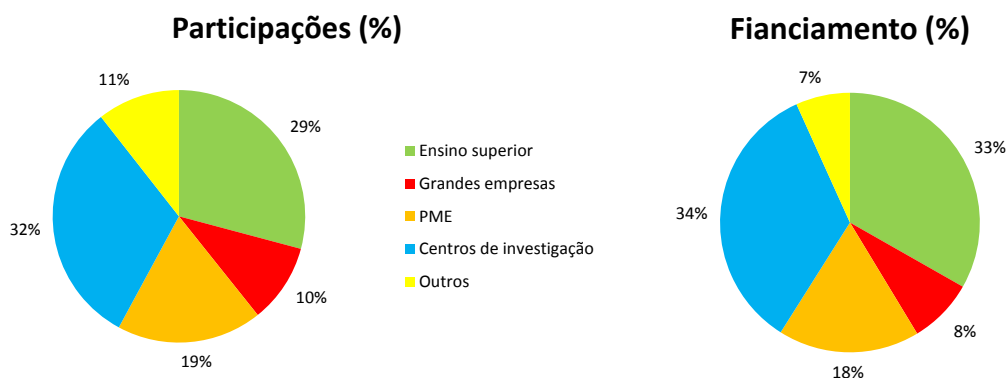


FIG. 24 - DISTRIBUIÇÃO DA PARTICIPAÇÃO (%) E DO FINANCIAMENTO (%), POR ENTIDADE PT, NO 7ºPQ ENTRE 2007 E 2012

A participação por regiões, bem como o financiamento por região (Gráfico 5), é claramente dominada por Lisboa (55%), seguida da região Norte (24%) e Centro (16%), e com contribuição residual das regiões Algarve (2,9%), Alentejo (1,4%), Madeira (0,9%), e Açores (0,3%). Em relação ao ano anterior, em 2012 a região de Lisboa diminuiu ligeiramente a sua participação e o Norte aumentou.

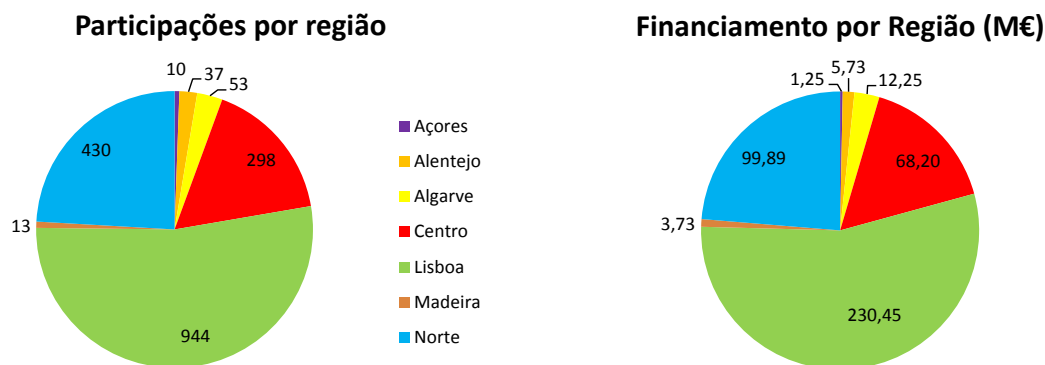


FIG. 25 - DISTRIBUIÇÃO DA PARTICIPAÇÃO PT E FINANCIAMENTO PARA ENTIDADES PT, POR REGIÃO, NO 7ºPQ, ENTRE 2007 E 2012

- A taxa de sucesso das candidaturas nacionais ao 7ºPQ, inferior à média europeia em 2007-2009, mantém-se desde 2010 acima desta, conforme se pode ver no gráfico 3.

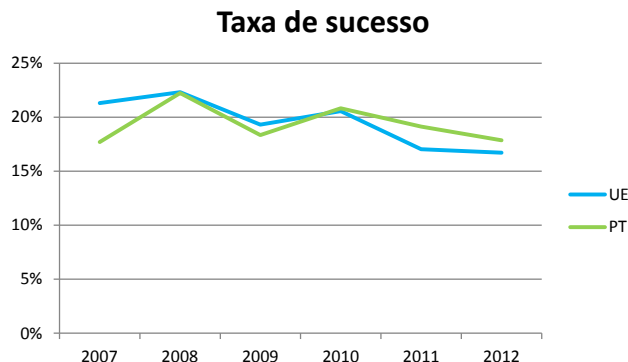


FIG. 26 - TAXA DE SUCESSO PT VS. EU (2007-2012) NO 7ºPQ

### Avaliação do impacto dos NCPs

A Tabela III apresenta os dados sumários relativos ao impacto do trabalho do NCP na taxa global de aprovação para três programas do 7ºPQ acompanhados em 2012 pelo GPPQ - Cooperação, Capacidades e Ideias. Os NCPs deram apoio genérico a cerca de 327 propostas, apoio detalhado a 82 propostas e procederam à revisão de 31 propostas. Tal como se pode verificar, para qualquer dos programas analisados, a taxa de sucesso das propostas escrutinadas pelos NCPs é substancialmente superior às restantes propostas submetidas durante o ano 2012. Em termos globais a taxa de sucesso das propostas que receberam apoio do GPPQ situa-se acima dos 50% e nos casos em que não se verifica qualquer contacto com o GPPQ esta taxa fica abaixo dos 15%.

**Tabela XXI** - Avaliação do serviço de aconselhamento do GPPQ (propostas submetidos e taxas de sucesso para os concursos encerrados em 2012)

	TOTAL	Apoio genérico		Apoio detalhado		Verificação proposta		Sem contacto	
		Propostas	Taxa de sucesso	Propostas	Taxa de sucesso	Propostas	Taxa de sucesso	Propostas	Taxa de sucesso
COOPERAÇÃO	588	251	28%	56	57%	19	63%	350	16%
CAPACIDADES	270	65	41%	11	64%	11	54%	202	12%
IDEIAS	61	11	0%	15	20%	1	n.a.	50	6%

## 3.5 SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO

### 3.5.1. I&D e Inovação

A missão da área de atividade “Investigação e Desenvolvimento e Inovação (I&D&I) “: produzir conhecimento útil para o desenvolvimento de políticas e estratégias de promoção da I&D e Inovação em e com Tecnologias de Informação e Comunicações (TIC), considerando o enquadramento orgânico da FCT e as suas atribuições estatutárias na Sociedade de Informação.

#### 3.5.1.1. Mapeamento das atividades de I&D e Inovação em e com as TIC em Portugal

Objetivo: produção de informação atualizada, de forma regular e permanente, baseada em evidências e analisadas aprofundadamente com fins prospetivos, valorizando, para tanto, a integração do contributo de atores chave (Investigadores; Grupos / Unidades de I&D, Laboratórios Associados, Empresas e Empreendedores) do Sistema Nacional de I&D&I em TIC e estreitando o relacionamento com os mesmos.

#### Atividade realizada em 2012 (desde março):

Constituição de bases de dados para registo, operacionalização e harmonização de informação sobre a participação de equipas portuguesas em projetos TIC no 7º Programa Quadro de I&D (7PQ), no Programa Quadro da Competitividade e Inovação em TIC (CIP ICT) e nos projetos financiados pela FCT:

- Produção de relatórios diversos para apoio à atividade do DSI, da FCT e da SEC/MEC, como foi o caso do relatório diagnóstico “I&D e Inovação em Portugal - o peso das TIC”.

#### 3.5.1.2. Sistema único integrado de informação sobre Ciência e Tecnologia

Objetivo: Preparação e instalação de projeto de constituição e implementação de um sistema único integrado de informação sobre Ciência e Tecnologia.

#### Atividade realizada em 2012 (desde abril):

- Constituição da equipa de projeto no seio da FCT
- Início do Levantamento de processos, aplicações e necessidades dos departamentos / unidades funcionais da FCT
- Envolvimento de *stakeholders* externos relevantes
  - Reuniões de trabalho com Universidade do Minho/Projeto De Góis
  - Preparação de reunião (não concretizada com DGEEC)
  - Participação em reunião entre CD FCT e Universidade do Porto

- Preparação e apresentação de plano de trabalhos ao CD FCT.

### **3.5.1.3. A Sociedade da Informação em Portugal 2011**

Objetivo: Revisão, atualização e publicação da compilação eletrónica “A Sociedade da Informação em Portugal”.

#### **Atividade realizada em 2012 (entre março e agosto):**

- Reconstituição da rede e fluxos comunicacionais com fornecedores de dados, considerando a reforma da Administração Pública e a nova configuração das entidades envolvidas.
- Revisão da publicação e início da recolha e tratamento dos dados, contando com os fornecedores de dados (FCCN, INE, ICP-ANACOM, LIP e DGEEC/MEC)
- Transferência do projeto para DGEEC/MEC.

### **3.5.1.4. Smart force FCT para a S3-Smart Specialisation Strategy.**

Objetivo: Representação do DSI nos trabalhos da Estratégia Nacional para a Especialização Inteligente na FCT.

#### **Atividade realizada em 2012 (a partir de Junho):**

Participação na equipa de trabalho multidisciplinar na FCT para produção de relatório de diagnóstico, a partir de análise SWOT sobre o sistema nacional de I&D & Inovação. Este trabalho envolveu a recolha e produção de informação estatística e a produção de relatório técnico de carácter analítico e prospetivo.

### **3.5.1.5. eCiência e Política de Acesso Aberto às Publicações e aos Dados Científicos resultantes de I&D financiada pela FCT**

Objetivo: Estimular e apoiar o desenvolvimento de infraestruturas digitais, redes e sistemas de informação de apoio digital à atividade científica. Produzir uma Política de Acesso Aberto aos resultados dos projetos financiados pela FCT.

#### **Atividade realizada em 2012 (desde maio) :**

- Participação na ERA-NET e-Infranet
  - Participação na ERA-NET ERA-CAPS - a FCT, através do DSI, é *Task Leader* da *Task 4.4 – “Sharing and accessing data arising from ERA-CAPS funding”* do *Work Package 4 – “External engagement and data management”*, com a responsabilidade de elaborar uma

Política de Partilha dos e acesso aos dados resultantes de todos os projetos financiados pelas *calls* desta ERA-NET.

- Elaboração das Propostas de Políticas para Acesso Aberto às Publicações e aos Dados Científicos resultantes de projetos de I&D financiados pela FCT
- *Benchmarking* – Recolha, consulta, comparação e atualização permanente de informação sobre as políticas de acesso à informação científica de países da União Europeia (UE), países terceiros e organizações internacionais públicas e privadas, sobre esta matéria
- Promoção, participação e contribuição para as iniciativas nacionais, europeias e internacionais na área do acesso aberto às publicações científicas e dados resultantes de financiamento público
- Organização do Encontro sobre "Infraestruturas de Recolha, Preservação e Partilha de Dados Científicos", em colaboração com o INESC-ID, na Fundação D. Pedro IV, Lisboa em 10 de dezembro de 2012
- Participação da FCT, através do DSI, na *workshop* promovido pela *China Association for Science and Technology*, em Baku (AZ) por ocasião do 7.º *Internet Governance Forum* (IGF), subordinado ao tema *Measures and Practice for Promoting the Open Knowledge Environment (OKE) in the Developing Countries*.

### 3.5.1.6. I&D em Ciber Segurança

Objetivo: Promoção da cibersegurança e da privacidade no uso da Internet e das TIC. Contribuir para o envolvimento da I&D na Estratégia Nacional de Cibersegurança e operacionalização das competências da FCT no âmbito do Planeamento Civil de Emergência do Ciberespaço.

#### Atividade realizada em 2012 (desde Março):

- *Benchmarking* – Recolha, consulta e comparação das estratégias e posições de países da União Europeia (UE), países terceiros e organizações internacionais públicas e privadas, sobre esta matéria e em particular das iniciativas que envolvem atividades de I&D
- Contributo para a resposta nacional ao *ITU Telecommunication Regulatory Survey 2012*; Contributo para a resposta nacional à revisão das Linhas Orientadoras para a Segurança das Redes e dos Sistemas de Informação da OCDE; Consulta quanto às orientações para I&D&I em TIC confiáveis para o H2020.
- Colaboração com a Autoridade Nacional de Proteção Civil em matéria de Planeamento Civil de Emergência; Participação no Exercício Internacional Cyber Europe 2012, promovido pela ENISA; Participação no exercício Cyber Europe 2012, na ANACOM, Barcarena, em 4 de outubro de 2012; Contributo FCT para relatório da célula nacional de exercício; Participação no Exercício Internacional

Crisis Management Exercise 2012 – CMX2012, promovido pela NATO; Resposta a questionário sobre atividades em matéria de Planeamento Civil de Emergência.

### **3.5.1.7. Grupo de Trabalho para os Indicadores da Sociedade de Informação da OCDE (WPIIS/OECD)**

Objetivo: Representação da FCT no Grupo de Trabalho da OCDE para os Indicadores da Sociedade de Informação (WPIIS/OECD).

#### **Atividade realizada em 2012 (a partir de Junho):**

Participação na 16.ª reunião do WPIIS (12 Dezembro 2012)

### **3.5.1.8. Outras atividades**

Esta área funcional, para além das ações apresentadas, realiza atividades de apoio e assessoria às outras áreas departamentais do DSI (Inclusão e Literacia Digitais, Acessibilidade Web, Internet Segura e Política Internacional), à Direção do DSI e ao Conselho Diretivo da FCT.

#### **Formação profissional:**

Os colaboradores da área “I&D & Inovação” realizaram, em 2012, uma ação de formação em ACCESS (“Base de dados ACCESS 2007”) no INA , 25-29 junho.

## **3.5.2 INCLUSÃO E LITERACIA DIGITAIS (ILD)**

Esta área tem como missão aumentar a inclusão e literacia digitais dos cidadãos nacionais.

Com base na “Rede de Espaços Internet” (REI) criada em 2006, para a formação em TIC e disponibilização gratuita de computadores com acesso à Internet em espaços públicos, serviu de instrumento político de massificação nacional do uso da Internet até 2010. Contudo, mesmo após esta disseminação generalizada, vários grupos mantiveram-se info-excluídos (e.g. idosos, pessoas com menos habilitações, desempregados,...). Ora, numa sociedade cada vez mais evoluída tecnologicamente, torna-se indispensável a qualificação digital destes indivíduos para que não se assista a uma dupla exclusão – digital e social. Neste sentido, as principais atividades nesta área tiveram como objetivo fomentar a apropriação das TIC por parte dos cidadãos.

As atividades desenvolvidas em 2012 enquadram-se numa lógica de estruturação e de passagem da utilização da REI para os objetivos de aumentar a inclusão e literacia digitais para a criação de uma Rede nacional TIC & Sociedade. Assim sendo, as principais atividades a assinalar são:



### 3.5.2.1 - Criação de uma comunidade em torno das questões de inclusão e literacia digitais

Através de:

- Agregação de entidades que poderão vir a integrar a Rede TIC & Sociedade – em curso
- Criação de redes sociais para a disseminação das atividades nesta área, até agora apenas através do *Facebook* – em curso
- Disseminação de eventos europeus na área das “e-skills” (competências digitais) com o objetivo de mobilizar as entidades nacionais – em curso
- Gestão e atualização de conteúdos do portal da REI (até janeiro de 2013) – Foram criados editoriais novos, bem como uma revisão do conceito da plataforma com a conceção (em parceria com a unidade Acesso do DSI), de uma nova imagem para os «formadores» TIC ativos na REI. Foram criados novos recursos de livre utilização para a plataforma (tutoriais, guias de atividades, cartazes), em sintonia com eventos nacionais e internacionais (*e-skills week*, Dia Mundial das Telecomunicações e da Sociedade da Informação, etc.).

A titularidade do referido portal foi transferida para a Agência para a Modernização Administrativa, I.P, a 21 de janeiro de 2013, de acordo com a Lei Orgânica do Governo.

- Realização de visitas *in loco* para observação e desenvolvimento de atividades com a comunidade Internet aos níveis local, regional e nacional – em curso

### 3.5.2.2 - Mapeamento dos Espaços Internet

- Lançamento de questionários para atualização da caracterização da REI - Taxa de Resposta = 13% (128 questionários).
- Atualização de sub-redes da REI (Bibliotecas Municipais, Centros Ciência Viva e Espaços Internet Municipais) – atividade não concluída por reestruturação ministerial, com as devidas repercussões em termos operacionais.
- Criação de base de dados (para reverter dados atualizados das entidades pertencentes às sub-redes da REI) – atividade não concluída por reestruturação ministerial, com as devidas repercussões em termos operacionais.

### 3.5.2.3 - *Capacity Building* (capacitação) da população nacional para aumentar os índices de inclusão e de literacia digitais

- Capacitação da **população em geral** através de:

- Realização de ações locais de sensibilização, com a criação de conteúdos adaptados às suas necessidades – em curso
- Reativação da disseminação do DCB (Diploma de Competências Básicas em TIC) como instrumento de inclusão e de literacia digitais – em curso. O DSI administra e fornece apoio permanente à plataforma eletrónica do DCB às Entidades Certificadoras e aos Formadores.

Foi concluído o processo de transferência de domínios da referida plataforma para a FCT, assim como lançada a assistência técnica à plataforma que se iniciou em novembro de 2012.

Os utilizadores sentem necessidade de outros níveis (Intermédio e Avançado) de Certificação em TIC, seguindo o mesmo modelo de livre acesso. Foi lançado o procedimento a nível ministerial para a criação desses níveis subseqüentes, o qual se encontra atualmente em curso.

- Capacitação de **facilitadores digitais** através da criação de conteúdos para um *curriculum* VET europeu, através da participação da FCT no consórcio europeu “Trans-eFacilitator”, aprovado no âmbito do Programa Leonardo da Vinci do Programa-Quadro Aprendizagem ao Longo da Vida da UE – em curso.
- Criação e desenvolvimento de um *curriculum* para **cuidadores de idosos** (agentes de inclusão digital cf. CE), com diversos parceiros tais como UAb, Eurocarers e Arowana, Lda. - em curso.

### 3.5.3 ACESSIBILIDADE WEB

A Unidade ACESSO do DSI faz parte do “Grupo de Reflexão Media e Deficiência” do Gabinete para os Meios de Comunicação Social (GMCS), tendo no ano de 2012 intervindo no Portal do *LifeCooler* com o objetivo de o tornar conforme com as diretrizes de acessibilidade web, inserção de informação sobre eventos com funcionalidades de acessibilidade, bem como caracterização dos espaços quanto à sua acessibilidade.

A Unidade ACESSO do DSI faz parte do “Grupo de Trabalho de Apoio aos Estudantes com Deficiência no Ensino Superior” (GTAEDES), tendo sido em 2012 aprovado e conseqüentemente definido o estudo sobre o estado da acessibilidade do Ensino Superior e a respetiva estratificação e recolha da amostra.

Foi constituída uma equipa de projeto entre a Universidade do Porto e o Instituto Nacional para a Reabilitação, da qual a FCT faz igualmente parte. A Unidade Acesso desenvolveu materiais sobre como produzir conteúdos digitais acessíveis. A iniciativa teve o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian e o resultado está *online* na plataforma PLACES: [www.up.pt/places](http://www.up.pt/places).

#### Formação sobre Acessibilidade Web

Foram realizados seis *workshops* sobre esclarecimento técnico na área da Acessibilidade Web, dirigidos a escolas secundárias, profissionais de museus e a especialistas Web da ANACOM.

## Consultoria Web

Fizeram parte da carteira de consultoria da Unidade ACESSO do DSI projetos como: SAPO mail da Fundação PT, Portal Todos Contam do Banco de Portugal, o Portal da Comissão Nacional de Eleições, entre outros. Iniciaram-se os contactos com a Direção Geral do Ensino Superior do Ministério da Educação e Ciência para preparação de um Webinar sobre Acessibilidade Web.

A Unidade Acesso participou nas primeiras reuniões entre a FCT e a Universidade do Minho sobre a reestruturação da plataforma DeGóis.

Foram desenvolvidos vários contactos com o SERVIIN – Serviço de Vídeo Intérprete para implementar um serviço de comunicação para pessoas surdas, a usar nas lojas do cidadão.

## Júris de concursos

Foram acompanhados dois prémios: 1) Prémio Eng.º. Jaime Filipe, cuja coordenação pertence ao Instituto Nacional para a Reabilitação; 2) Gala da Inclusão levada a efeito pelo Instituto Politécnico de Leiria.

## Eventos

A Unidade ACESSO esteve presente:

- evento internacional UX LX'12 – evento sobre Usabilidade (com *Workshop* de Acessibilidade com Derek Federstone);
- *Cloud Computing* na Administração Pública levada a efeito pelo INA;
- *The Cutting Edge of E-book Accessibility*. Webinar Online;
- *Accessibility and Usability: Working Together at MIT*. Webinar Online;
- *Workshop* sobre Acessibilidade da IBM Japão, levada a efeito pela FCUL;
- DSAI / APDSI, tendo a ACESSO feito a apresentação "Definição de uma política de acessibilidade web para Portugal: o que nos dizem os últimos 12 anos da AP".
- 40 anos da Biblioteca Sonora da Câmara Municipal do Porto, tendo a ACESSO feito a apresentação "O potencial dos *eBooks* para públicos com necessidades especiais".

## Imprensa

A ACESSO foi responsável por três entrevistas à televisão: ao programa Sociedade Civil / RTP2 (20/02); ao Magazine CONSIGO / RTP2 (12/04) e (20/11).

Planos governamentais transversais

A ACESSO participou na compilação de estatísticas para o Plano Nacional para a Promoção da Acessibilidade (PNPA) coordenado pelo Instituto Nacional para a Reabilitação.

### 3.5.4 Centro Internet Segura

O Centro Internet Segura é um consórcio nacional coordenado pela FCT, tendo como parceiros a Direção Geral de Educação, o Instituto Português da Juventude e do Desporto (IPDJ), a FCCN (Fundação para a Computação Científica Nacional) e a Microsoft Portugal. É um Consórcio apoiado pela Comissão Europeia, através do programa europeu *Safer Internet*. O Centro foi criado para a promoção de uma utilização esclarecida, crítica e segura da Internet por parte dos cidadãos em geral, alargar as ações de sensibilização e de promoção de uma utilização mais consciente, bem como da criação de uma linha de atendimento (*hotline*) para receber comunicações sobre localizações de conteúdos presumidos ilegais – Linha Alerta (da responsabilidade da FCCN), e uma linha de apoio a utilizadores da Internet – Linha Ajuda (da responsabilidade do IPDJ), cujo objetivo é esclarecer crianças, jovens, educadores e a comunidade em geral sobre questões relacionadas com o uso de tecnologias *online*.

Foram desenvolvidas atividades nos seguintes campos:

Ações de visibilidade	Presença na Internet	Atualização de materiais	Apoio e FAQ
Produção de materiais de sensibilização	Ações de formação e sensibilização		
Combate a conteúdos ilegais/maliciosos	Trabalho com a rede de parceiros Internet Segura		
Cooperação Nacional/Internacional	Rede INHOPE	Rede INSAFE	
Gestão do consórcio	Contacto com Comissão Europeia		

Destacam-se:

- Mais de um milhão de visitas aos *websites*, página de Facebook, canais do YouTube e perfis de Twitter pertencentes ao projeto, o que demonstra uma grande mobilização da sociedade portuguesa;
- Cerca de 23.000 pessoas envolvidas nas atividades organizadas/dinamizadas pela coordenação do Centro;
- Participação nos eventos nacionais de grande dimensão FUTURÁLIA - Feira da Qualificação e do Emprego (70.000 visitantes); QUALIFICA - Feira de Educação, Formação, Juventude e Emprego (40.000 visitantes) e MEO LX PARTY – Competição em jogos *online* (15.000 visitantes);
- Colaboração com o Canal Disney Portugal, vídeos de Segurança Phineas e Ferb;

- Lançamento da Campanha de Comunicação INES (acrônimo de Internet Navegável Em Segurança) através do envio de cartazes INES para todas as escolas portuguesas, na criação de uma página no Facebook com a INES destacada na imagem central, na divulgação da imagem de INES através dos parceiros e redes multiplicadoras, na criação do novo *website* do Centro de Internet Segura com uma ferramenta de autoconhecimento (*quizzes* para grupos-alvo específicos) com base na imagem da INES, na campanha de rádio e televisão durante três semanas nos canais públicos de televisão e rádio e, por fim, na campanha na frota da empresa STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, que opera no norte de Portugal;
- Produção dos seguintes materiais de sensibilização: livro de atividades INSAFE sobre segurança *online* para crianças do primeiro ciclo, posters INES, folheto INES com dicas de segurança para toda a família, *booklet* de segurança *online* «Surfar na Net» para adolescentes e desdobráveis sobre como jogar em segurança *online* (versões para pais e para crianças);
- Cooperação nacional com as seguintes entidades: Millennium BCP, Centros de competências TIC, CNPD – Comissão Nacional de Proteção de Dados, Rede de Bibliotecas Escolares, IAC - Instituto de apoio à criança, DGLB – Direção-Geral dos Livros e Bibliotecas, DECO - Associação de defesa do consumidor, APAV - Associação de Apoio à Vítima, Disney Channel Portugal, EPI-Escola Profissional de imagem, Fundação PT, Biblioteca Pública de Almada, Google, Programa Escolhas, Rede de Espaços Internet, E2Tech, Rede Portuguesa de CSIRT, Polícia judiciária-PJ, EU KIDS Online, CONFAP - Confederação Nacional das Associações de Pais, entre outros;
- Dinamização dos Grupos de Trabalho «Estratégias de Apoio a Crianças Vulneráveis Online» e «Produção de Conteúdos para Pais»;
- Cooperação Internacional com as seguintes entidades: 1) INHOPE e INSAFE, 2) SaferNet Brasil, 3) UK Safer Internet Centre, 4) Asociación Protegeles, 5) POSCON – Thematic Network on Positive Online Content and Services for Children in Europe, 6) Slovak Safer Internet Centre (SKSIC).
- Participação no Grupo de Trabalho da Comissão Europeia para Revisão da Plataforma de Avaliação do INSAFE, destinada aos Centros Internet Segura.
- Cobertura mediática: notícias sobre o Dia da Internet Segura 2012 nos quatro canais principais de televisão, 166 peças publicadas na imprensa escrita, rádio, *websites*, blogs e imprensa *online*; participação da FCT no Programa Sociedade Civil, entrevista no canal *Online* Ciência TV, entrevista à Agência Lusa, 79 peças sobre o novo *website* do Centro Internet Segura publicadas na imprensa escrita e *online*, *websites*, *blogs*, etc., 141 inserções do Spot INES em canais de televisão pública e colocação de 450 Cartazes INES na frota de autocarros da STCP no distrito do Porto.

O Centro Internet Segura continuou a desenvolver e a aprofundar as suas relações com os vários *stakeholders* que fazem parte do seu Conselho Nacional de Acompanhamento que é composto por responsáveis de entidades governamentais e não-governamentais, e tem como principal responsabilidade acompanhar e emitir pareceres sobre as atividades desenvolvidas pelo Centro Internet Segura.

### 3.5.5 Política Internacional

A área da política internacional assegura, no âmbito da representação internacional nas áreas da Sociedade de Informação e do Conhecimento, as seguintes atividades:

i) Operacionalização e coordenação das representações internacionais ao nível europeu, e internacional, bilateral e multilateral, bem como a sistematização do conhecimento destas decorrente; ii) Elaboração de pareceres de apoio à tomada de decisão e desenvolvimento de posições; iii) Coordenação de respostas a solicitações nacionais e internacionais; iv) Assessoria técnica na elaboração de Protocolos Institucionais; v) Promoção de Programas Europeus no domínio das TIC a nível nacional e divulgação dos seus respetivos concursos (CIP-ICT e *Ambient Assisted Living* (AAL) com vista a aumentar a participação nacional em projetos de I&D&I); vi) Participação em projetos europeus e internacionais; vii) Desenvolvimento de redes de contactos com organismos nacionais e internacionais congéneres no âmbito das Políticas de Governação da Sociedade da Informação e; viii) Organização de eventos de cariz nacional e internacional; ix) Gestão, tratamento e disseminação da informação internacional ao nível nacional.

#### 3.5.5.1. União Europeia

##### **Apoio ao Conselho de Ministros nas formações TTE (Telecomunicações e Sociedade da Informação) e Competitividade**

O DSI participou ativamente e assessorou a delegação portuguesa nas negociações no Conselho sobre i) o Mecanismo Interligar a Europa (*CEF – Connecting Europe Facility*) em particular a proposta de Regulamento de *Guidelines* Telecom/INFSO que estabelece os objetivos, prioridades e uma lista de áreas pré-identificadas para o desenvolvimento de projetos de interesse comum de redes de banda larga e infraestruturas de serviço digitais e ii) a proposta de novo Regulamento da ENISA (Agência Europeia para a Segurança das Redes e da Informação) permitindo refletir as preocupações e interesses de Portugal nesses documentos legislativos.

Para além da participação nas reuniões dos Grupos de Trabalho de preparação dos Conselhos de Ministros, o DSI elaborou, em colaboração com outras entidades nacionais, as pastas do Conselho, nas formações Telecom/INFSO e Competitividade, para a tutela (e para a Direção Geral dos Assuntos Europeus/MNE).

##### **Grupo de Alto Nível sobre a Agenda Digital e Grupo Preparatório**

O DSI assegurou o apoio ao delegado nacional ao Grupo de Alto Nível da Agenda Digital para a Europa (DAE), constituído por representantes dos Estados Membros (EM) ao nível de Diretor-Geral da Sociedade da Informação, e a representação no respetivo Grupo Preparatório. O Grupo de Alto Nível tem como principal missão acompanhar a implementação da Agenda Digital para a Europa.

No âmbito da DAE, a Comissão iniciou ainda as iniciativas *Going Local* que pretendem, anualmente, realizar determinados eventos em cada EM, entre os diferentes *stakeholders*, para a dinamização, implementação e apropriação da DAE. As autoridades nacionais (SEC e SEECI) reuniram-se em Lisboa, em 22 de fevereiro de

2012, com a Comissão, para discutir os resultados do *Going Local* 2011 da Agenda Digital para a Europa (que teve lugar entre 12 e 14 de dezembro de 2011), como preparação do *Going Local* 2012.

Destaque ainda para os contributos preparados pelo DSI, em coordenação com outras entidades nacionais, 1) para a elaboração de um estudo encomendado pela Comissão Europeia sobre a implementação a nível nacional das 23 ações da Agenda Digital para a Europa, 2) para o *country profile* da publicação da Comissão “*Digital Agenda Scoreboard 2012*” que mede e compara o progresso da Sociedade da Informação nos EMs.

Ainda no âmbito do *Going Local* 2012, o DSI foi a entidade responsável, com os serviços da Comissão, para a realização do mesmo em Lisboa. Neste *Going Local* foi ainda possível apresentar a Agenda Portugal Digital que tinha sido aprovada em dezembro.

### **Grupo de Alto Nível sobre a Governação da Internet (HLIG – High Level Group on Internet Governance)**

No decurso de 2012 realizaram-se cinco reuniões deste Grupo constituído por peritos dos EMs que tem como missão aconselhar a Comissão e assegurar a coordenação a nível europeu das questões ligadas à Governação da Internet e o acompanhamento da Cimeira Mundial sobre a Sociedade da Informação das Nações Unidas.

### **Forum de Diretores Nacionais de Investigação em TIC (Forum of National ICT Research Directors) - Grupo de Trabalho dos Diretores Nacionais de TIC em “Future Emerging Technologies - FET Flagships”**

O DSI preparou o único Forum que se realizou em Bruxelas deste Forum, cuja delegação nacional é assegurada pelo Conselho Diretivo da FCT. No âmbito das suas atividades relacionadas com as *Future and Emerging Technologies*, o DSI acompanhou as reuniões promovidas pelo GPPQ com as entidades nacionais envolvidas nos consórcios das *FET Flagships* da União Europeia.

### **Forum da Internet do Futuro (FIF - Future Internet Forum)**

O FIF é um fórum de partilha de boas-práticas e de discussão no que respeita às políticas de I&D&I em torno da Internet do Futuro. Em 2012, entre os vários temas na agenda das duas reuniões ocorridas, foi debatida a necessidade de um aumento do nível de envolvimento dos EMs na Internet do Futuro, em especial nas parcerias público-privadas nesta área (FI-PPP), e também nos vários mecanismos de coordenação e cooperação de âmbito nacional, regional e europeu.

Neste Fórum, a representação portuguesa é assegurada pelo Conselho Diretivo e pelo DSI, que participa no consórcio europeu que prepara o FIF, i.e., o projeto ceFIMS – *Coordination of the European Future Internet Forum of Member States* aprovado no âmbito do 7.º PQ (*vide* secção respeitante).

### **Projeto CeFIMS de apoio ao Forum Internet do Futuro dos Estados Membros da EU, financiado pelo 7º PQ**

A FCT, através do DSI, a partir de março de 2012, assumiu as responsabilidades que a UMIC – Agência para a Sociedade do Conhecimento, IP, vinha desenvolvendo no âmbito do consórcio *ceFIMS – Coordination of the European Future Internet Forum of Member States*, uma CSA – *Coordination and Support Action* financiada pelo 7º PQ e iniciado em setembro de 2010. Este projeto tem como objetivo principal o de

apoiar a coordenação das atividades europeias em I&D na Internet do Futuro. O DSI liderou o *Work Package* responsável pela infraestrutura do projeto, nomeadamente na constituição do secretariado e do Comité de Gestão do Fórum, da gestão da componente de construção do portal Web, bem como da constituição e apoio ao funcionamento do *Advisory Group* do projeto, constituído por EMs que envolveu a criação temporária de eventuais grupos de trabalho especializados.

O DSI organizou, geriu e documentou audioconferências do *Advisory Group* ao qual o DSI também pertence, apoiou as reuniões do FIF e contribuiu e participou numa *workshop* ao nível europeu em Aalborg, Dinamarca, e outra em Varsóvia, Polónia.

Para além do referido anteriormente, o DSI desenvolveu ações e diversas contribuições para a documentação e análise produzida pelo projeto ceFIMS em prol da Internet do Futuro.

### **Iniciativa Europeia Grid (EGI – *European Grid Initiative*) e Iniciativa Ibérica de Computação Grid (IBERGRID)**

Os recursos computacionais da infraestrutura *grid* nacional encontram-se integrados na *grid* Ibérica (IBERGRID) que, por sua vez, têm interoperação com as congéneres Europeias coordenadas no âmbito do projeto EGI. O projeto IBERGRID, durante 2012, continuou a permitir a partilha de recursos e serviços à escala Ibérica, otimizando o esforço na operação e apoio desta infraestrutura digital, e ainda uma participação Ibérica no EGI.

Em 2012, a utilização global do EGI permitiu que fossem consumidas mais de 100 milhões de horas de processamento (c. de 11.808 anos) por organizações virtuais (VOs) de domínios que não a física de altas energias. O domínio científico que mais tempo consumiu foi a astrofísica seguida das ciências da vida. No seu total, foram executados mais de 37 milhões de trabalhos sendo que quase metade dos trabalhos executados foi submetida por investigadores da área das ciências da vida. A infraestrutura Ibérica executou cerca de 11% do total de trabalhos submetidos por VOs não ligadas ao *Large Hadron Collider* (LHC) do CERN, e disponibilizou cerca de 8% do total de CPU consumido por estes domínios científicos.

Portugal contribuiu com 0.61% do tempo de processamento. A contribuição Portuguesa inclui todos os centros de recursos da *grid* nacional. A representação portuguesa no Conselho do EGI é assegurada pelo LIP (Laboratório de Instrumentação e Física experimental de Partículas) em colaboração com o DSI.

### **ENISA – *European Network and Information Security Agency***

A FCT esteve envolvida nas negociações do novo Regulamento relativo à ENISA a nível do Conselho da União Europeia.

### **CIIP - *Critical Information Infrastructure Protection* e EFMS - *European Forum for Member States***

O EFMS (que visa a partilha de informação e boas práticas na área das TIC, entre os EMs e fornecer contributos à Comissão para a apresentação de propostas nesta área) reuniu-se três vezes, onde debateu essencialmente as propostas de uma Estratégia para a Segurança da Internet e de um Regulamento para a Segurança das Redes e da Informação (NIS). Um dos resultados mais positivos obtidos neste grupo foi a capacidade que os EMs tiveram de influenciar a proposta inicial da Comissão quanto ao documento



legislativo a apresentar ao Conselho sobre a NIS. De uma proposta de Regulamento, a Comissão decidiu apresentar uma proposta de Diretiva, com claras implicações quanto aos deveres dos EMs nesta matéria, depois da proposta ser aprovada.

No âmbito da **Parceria Público-Privada Europeia sobre Resiliência (*European Public Private Partnership on Resilience - EP3R*)**, foi ainda discutido um *non-paper* da Comissão preparado no âmbito desta parceria, sobre a identificação de infraestruturas críticas em TIC, para contribuir para as propostas de alteração de Diretivas Europeias, nomeadamente a Diretiva 2008/114/EC. O processo de revisão desta última Diretiva foi suspenso pela Comissão no final de 2012.

### **Comités de gestão do Programa de Apoio às Políticas de TIC (*ICT Policy Support Program (PSP)*) do Programa-Quadro para a Competitividade e Inovação (*CIP – Competitiveness and Innovation Framework Programme*) (2007-2013)**

No seguimento da abertura do 6.º Concurso do CIP ICT PSP, o DSI desenvolveu iniciativas de divulgação e apoio com o objetivo de sensibilizar os *stakeholders* nacionais sobre as potencialidades de financiamento deste programa, reforçando a interação direta com estas entidades nas várias fases de preparação de candidaturas. O concurso de 2012, que decorreu entre 3 de fevereiro e 15 de maio, foi dividido em cinco temas:

- (1) TIC para Cidades Inteligentes;
- (2) Conteúdos Digitais, Acesso Aberto e Criatividade;
- (3) TIC para Saúde, Envelhecimento Ativo e Inclusão;
- (4) TIC para Serviços Públicos e Governos Inovadores;
- (5) Serviços eletrónicos de confiança e outras ações.

Portugal obteve cerca de 2,5 % do financiamento global (mais de 3 milhões de euros) dos projetos do concurso de 2012, participando em cerca de 27% dos projetos aprovados, registando participação em todos os objetivos a concurso com um sucesso especialmente notável no tema 2, dedicado a Conteúdos Digitais, Acesso Aberto e Criatividade.

### **Programa comum *Ambient Assisted Living -AAL* (Assistência à Autonomia no Domicílio)**

O programa *Ambient Assisted Living* é coordenado em Portugal pela FCT, tendo decorrido entre 29 de fevereiro e 31 de maio o 5.º Concurso para financiar “Soluções baseadas em TIC para a gestão quotidiana das atividades dos seniores em casa”, tendo-se verificado que esta foi a edição com o maior número de candidaturas submetidas por equipas de investigação nacionais. O compromisso financeiro nacional duplicou, o que permitiu assegurar o financiamento de três projetos de investigação na área das TIC para o Envelhecimento Ativo. A Comissão comparticipa com quase 50% do total do financiamento do projeto.

O Conselho Diretivo faz-se representar na Assembleia Geral com o apoio do DSI que assegura a gestão operacional no Comité de Gestão AAL e no *Content Working Group*, que define a estratégia e prospetiva o conteúdo dos concursos a serem lançados.

### **Comité de Gestão do Programa Internet Mais Segura (*Safer Internet Plus*)**

O Programa Internet Mais Segura é acompanhado a nível nacional pelo DSI, reunindo uma vez por ano para a discussão do programa de trabalhos e elaboração do concurso europeu. No âmbito do programa de trabalhos aprovado em 2012, Portugal conseguiu assegurar a continuação do financiamento do projeto do Centro Internet Segura, coordenado pelo DSI em parceria com outras entidades nacionais.

No âmbito do acompanhamento ao Comité de Gestão do Programa Internet Mais Segura, o DSI influenciou a definição da Estratégia Europeia para uma Melhor Internet para as Crianças, publicada em Maio de 2012.

### **Grupo conjunto de peritos Europeus e Africanos (JEG) sobre a “8ª Parceria UE-Africa: Ciência, Sociedade da Informação e Espaço”**

Portugal assegurou a Presidência Europeia da 8ª Parceria UE-África “Ciência, Sociedade de Informação e Espaço” durante algum tempo, já numa segunda fase da Parceria. A FCT desempenhou esta missão até setembro de 2012, a qual transitou para o IICT (Instituto de Investigação Científica Tropical) a partir dessa data.

A FCT assegurou a copresidência da reunião do JEG de Dar Es Salaam, em maio de 2012 que pretendeu definir os objetivos e prioridades da cooperação UE/África nas 3 componentes da 8ª Parceria.

### **Grupo de peritos Europeus (EEG) sobre a “8ª Parceria UE-Africa: Ciência, Sociedade da Informação e Espaço”**

O DSI é responsável pela dinamização da componente Sociedade da Informação da 8ª Parceria. Assim sendo, participou ativamente nas reuniões do EEG. Apoiou ainda a Presidência Portuguesa na condução das atividades da 8ª Parceria.

### **Projeto EuroAfrica P8 – financiado pelo 7º PQ**

No âmbito do projeto EuroAfrica P8 - *Supporting dialogues and cooperation with Africa to enhance cooperative research links between European and African in the framework of the Africa-EU Strategic Partnership 8*, financiado pelo 7º PQ, o DSI integrou o consórcio do mesmo e desenvolveu várias atividades para fomentar a cooperação entre países europeus e africanos na área das TIC. O DSI é líder do *Work Package 5* daquele consórcio, que tem como objetivo a criação de sinergias com instituições, programas e iniciativas europeias e africanas no âmbito da cooperação em TIC. No *Work Package 4*, o DSI assegurou o papel de *task leader* para a organização do Fórum Anual de Cooperação Euro-África em Investigação em TIC, em 2012. Participa ainda no *Work Package 3*, com o objetivo de analisar e identificar prioridades conjuntas de investigação em TIC entre a UE e os países africanos.

O Fórum Anual de Cooperação Euro-África em Investigação em TIC decorreu em Lisboa, em 28 e 29 de novembro, tendo abordado áreas de cooperação em TIC tais como *eLearning, eSkills, eInfraestruturas, eGovernment, eHealth, mobile applications, eEnvironment, eAgriculture, cybersecurity* e *ICT for development*. Para além do Fórum anual, aquela semana concentrou em Lisboa várias reuniões de teor

estratégico para o futuro da cooperação UE/África, tais como a reunião do Grupo de Implementação entre as duas Comissões (Comissão Europeia e a Comissão da União Africana) na área da Sociedade da Informação e a 1ª reunião entre o EEG e as *Regional Economic Communities* do continente africano.

As principais atividades desenvolvidas pelo DSI para a realização desta semana UE/África em Lisboa passaram pela 1) Coordenação de todos os procedimentos de aquisição de bens e serviços; 2) Organização e coordenação logística (espaço, meios audiovisuais, sinalética, hospedeiras, fotógrafos, presentes institucionais, pastas de conferência e catering); 3) Articulação com patrocínios; 4) Elaboração de bases de contactos para distribuição de convites e cartas para obtenção de vistos; 5) Desenvolvimento do Programa a nível internacional do Fórum, bem como das restantes reuniões; 6) Articulação das questões protocolares com o MNE e com o MEC; 7) Elaboração do relatório final.

### ***eSkills Steering Committee***

O Comité de Gestão das competências digitais organizado pela DG ENTR da Comissão é acompanhado pelo DSI, desde a sua fundação, assumindo como missão a coordenação das políticas nacionais neste domínio, reunindo os *stakeholders* relevantes em torno do aumento e massificação das competências digitais. Este Comité surge no seguimento da implementação da Comunicação da Comissão "e-Skills for the 21st Century". Na sua reunião anual os EMs propõem políticas públicas neste domínio e trocam experiências que possam ser replicadas no contexto europeu. Em março 2012, Portugal foi convidado através do DSI a apresentar o caso português na Conferência Anual de *eSkills*.

Este Comité influenciou em 2012 com referência explícita à Estratégia *eSkills* da UE, o Pacote Emprego, a revisão da Agenda Digital para a Europa e outras iniciativas.

### **Rede Telecentre-europe**

Apesar da FCT não ser membro formal das redes Telecentre.europe (europeia) e Telecentre.org (mundial), dedicadas à inclusão e literacias digitais, o DSI acompanha a sua atividade de *advocacy* desta área e da sua relevância para o aumento das competências digitais. O acompanhamento, ainda que remoto desta rede, teve como principal resultado em 2012, o envolvimento do DSI no consórcio europeu "Transefacilitator", que visa definir um *curriculum* europeu para os agentes de inclusão digital e conteúdos de formação a nível transeuropeu.

### **3.5.5.2. ONU – Organização das Nações Unidas**

**Reuniões no âmbito do processo da Cimeira Mundial sobre a Sociedade da Informação – CMSI (*WSIS – World Summit on Information Society*)**

**Comissão de Ciência para a Tecnologia e Desenvolvimento (*CSTD – Commission on Science and Technology for Development*)**

No âmbito Cimeira Mundial sobre a Sociedade de Informação (CMSI) que se realizou em 2003 e 2005, a Agenda de Tunes aí adotada em 2005, tornou-se no plano de ação a implementar pelos diversos

*stakeholders* associados à governação da Internet (governos, setor privado, comunidades técnica e académica, sociedade civil e organizações intergovernamentais). Neste contexto, o CSTD tornou-se no órgão da ONU que discute este assunto. Em 2012 continuou a discutir os resultados do *Working Group on improvements to the Internet Governance Forum* (IGF) do qual Portugal fez parte, enquanto as discussões sobre a “*enhanced cooperation*” prevista na Agenda de Tunes e que tem significados diferentes para os PED e para os países desenvolvidos foram intensificadas. O Conselho Diretivo da FCT assume a delegação nacional ao CSTD, que é igualmente acompanhado pelo DSI.

### **Forum de Governação da Internet (IGF – Internet Governance Forum)**

O IGF foi criado pela Agenda de Tunes face ao impasse entre os governos dos PED e dos países desenvolvidos sobre a governação da Internet em 2005, estando basicamente em discussão o comando do *Domain Name System* (DNS) da Internet, coordenado pela ICANN (*Internet Corporation for Assigned Names and Numbers*). O IGF tem tido reuniões anuais preparadas com alguma intensidade ao longo do ano pelos vários *stakeholders* envolvidos, nomeadamente através do MAG (*Multistakeholder Advisory Group*) do qual Portugal faz parte através do DSI. A edição do IGF 2012 teve lugar em Baku, no Azerbaijão. Discutiu sob a forma de *workshops* e sessões plenárias as várias temáticas chave da Política da Internet atual.

### **EuroDig – European Dialogue on Internet Governance (Iniciativa Europeia do IGF Europeu)**

No âmbito do IGF, e sem estar previsto, foram nascendo de forma espontânea várias iniciativas regionais e nacionais do IGF. O EuroDIG é a iniciativa europeia (e compreende os países do Conselho da Europa) e o DSI participa ativamente no mesmo, em colaboração com outras entidades europeias, tais como o Conselho da Europa, a Comissão e a *Internet Society*. Em 2012 ocorreu a 5ª edição do EuroDIG que foi antecedida por uma mesa redonda sobre as iniciativas nacionais do IGF. Deste profundo envolvimento do DSI, resultou o convite feito à FCT para organizar a 6ª edição 2013, em Lisboa.

### **Grupo de Trabalho do Conselho da UIT sobre questões internacionais relacionadas com a Internet (ITU Dedicated Group on International Internet-related Issues)**

### **Grupo de Trabalho do Conselho da UIT sobre a Cimeira Mundial sobre a Sociedade da Informação (WSIS - World Summit on Information Society: Implementation outcomes)**

O DSI foi proposto pela ANACOM (tendo em conta que a UIT é uma Agência especializada da ONU acompanhada a nível nacional pela ANACOM) como delegado nacional a estes Grupos de Trabalho no âmbito do seguimento a dar à CMSI. Estando em causa a governação da Internet, o seu modelo *multistakeholder* de governação e discussão do papel dos governos no mesmo, as discussões intensificaram-se, tendo em conta que se aproxima 2015, data que a Agenda de Tunes (plano de ação adotado na CMSI) prevê uma nova dinâmica a incutir neste processo.

### **Grupo de Trabalho do Conselho da UIT - União Internacional de Telecomunicações (ITU – International Telecommunication Union) sobre a proteção das crianças online**

O DSI acompanhou o Grupo de Trabalho do Conselho da UIT (COP) que tem como objetivo servir de plataforma para a troca de boas práticas e sensibilização sobre assuntos de segurança da Internet para as

crianças. A UIT apoia políticas públicas nos países em desenvolvimento (PED) nesta área, bem como a implementação de roteiros nacionais nesses mesmos países para esta temática.

#### **Grupo de Trabalho do Conselho da UIT sobre IPv6**

O DSI promoveu a participação nacional neste grupo, através da FCCN, dado o carácter técnico do mesmo.

#### **3.5.5.3. ICANN – INTERNET CORPORATION FOR ASSIGNED NAMES AND NUMBERS**

##### **GAC**

Em 2012, realizaram-se as 40.<sup>a</sup>, 41.<sup>a</sup> e 42.<sup>a</sup> reuniões da ICANN, durante as quais o GAC (*Governmental Advisory Committee*) se reuniu. A FCT, através do DSI, representa Portugal no GAC, enquanto o Conselho Diretivo assegura as suas reuniões de Alto Nível. A grande discussão em 2012 foi o lançamento do concurso para os novos *generic Top Level Domains*, que trouxe inúmeros problemas às políticas públicas da Internet e à regulação de determinados setores como o financeiro e da banca, sendo em teoria agora ser possível um privado ficar “dono” dos domínios na Internet como “.Alentejo”, “.carro”, “.vin”, “.child”, “.health”, “.bank” entre milhares de tantos outros. Esta situação agudizou as relações entre o GAC e a ICANN e entre os vários governos dentro do próprio GAC, atendendo aos vários interesses em causa, como foi o caso da proposta para “.amazon” ao qual a empresa Amazon se candidatou e contra o qual o Brasil e mais 7 países da América Latina se opuseram. O DSI participou ativamente em todas estas discussões.

#### **3.5.5.4. OCDE – Organização para a Cooperação Económica e Desenvolvimento**

##### **Comité para Políticas de Informação, Computadores e Comunicação**

##### ***(ICCP – Committee for Information, Computer and Communications Policy)***

O DSI assegurou a representação de Portugal no ICCP que funciona no âmbito da Direção para Ciência, Tecnologia e Indústria. Os principais assuntos discutidos em 2012 abrangeram a responsabilidade dos Intermediários da Internet, o desenvolvimento de novas métricas e indicadores da OCDE para medir a banda larga e a Economia da Internet, a economia das aplicações e conteúdos digitais, as TIC para o envelhecimento ativo e saúde, bem como a revisão da Declaração de Seul de 2008 sobre o Futuro da Economia da Internet.

Note-se a publicação, em outubro de 2012, do relatório “*OECD Internet Economy Outlook 2012*” para o qual o DSI contribuiu, em coordenação com outras entidades nacionais, no que respeita às políticas públicas nacionais na área da Sociedade da Informação.

##### **Grupo de Trabalho sobre Indicadores para a Sociedade da Informação**

##### ***(WPIIS – Working Party on Indicators for the Information Society)***

O DSI assegurou a Presidência do WPIIS (cujo mandato iniciou a 1 de Janeiro de 2011), o seu *Advisory Group*, bem como a delegação nacional. Os trabalhos do WPIIS incidiram principalmente sobre a medição da Economia da Internet que incluiu a preparação da 2ª *workshop* técnica da OCDE para a identificação de métricas e indicadores apropriados para medir banda larga e a economia da Internet, que se realizou em Londres, entre 14-15 de junho de 2012. O WPIIS discutiu ainda o trabalho corrente e futuro relativo ao *benchmarking* das TIC na Saúde e a medição do valor económico dos *Big Data*.

### **Grupo de Trabalho sobre a Economia da Informação**

#### **(WPIE – Working Party on the Information Economy)**

O DSI assegurou a Vice-Presidência do WPIE (cujo mandato iniciou em 2011). No decorrer de 2012, foram discutidos assuntos ligados à economia dos dados pessoais, o ecossistema e desenvolvimento das aplicações e o seu potencial económico, os desafios que enfrentam os sistemas de saúde, a economia em envelhecimento (*silver economy*) e o impacto social e económico das TIC na saúde, bem-estar e envelhecimento.

### **3.5.6 Cooperação Bilateral**

#### **Coreia do Sul**

A 19 de outubro de 2012, o Conselho Diretivo recebeu, em particular com o apoio do DSI, uma delegação Coreana composta por 25 representantes do Governo e Ministérios incluindo a Agência Nacional para a Sociedade da Informação Coreana. A reunião foi caracterizada por uma intensa interação sobre experiências e prioridades em ambos os países na área da Sociedade da Informação e C&T.

#### **Brasil**

Em dezembro de 2012 ocorreu, a pedido da CPLP, uma visita técnica da Secretaria de Logística e Tecnologia de Informação do Governo brasileiro, no âmbito do *software* público e da coordenação das políticas de Sociedade da Informação em ambos os países.

Em setembro de 2012, iniciaram-se os contactos com a UAITEC de Minas Gerais para a elaboração de um Protocolo de cooperação na área da Sociedade da Informação, nomeadamente para o desenvolvimento de conteúdos digitais que venham a servir toda a CPLP no futuro.

#### **Moçambique**

O DSI participa, em colaboração com o DRI, na Comissão de Acompanhamento do Acordo C&T entre a República Portuguesa e Moçambique. A 13 dezembro de 2012 ocorreu a Reunião Técnica do Setor de Ciência e Tecnologia da CPLP com o Ministério da Educação e Ciência para a elaboração de um plano de ação para a Implementação do Acordo C&T Portugal- Moçambique, cuja redação contou com o contributo do DSI no âmbito das TIC.

### 3.5.7 Fórum para a Sociedade da Informação

O Fórum para a Sociedade da Informação é um órgão de consulta e concertação para o desenvolvimento das políticas públicas para a Sociedade da Informação, reunindo os principais atores sociais, públicos e privados, aberto, de forma interativa, à sociedade em geral. Parte-se do pressuposto que o desenvolvimento do País, neste como noutros domínios, requer plataformas alargadas de participação que promovam o trabalho em rede e a construção partilhada de objetivos comuns. Anualmente, o Fórum retrata um tema crítico para o desenvolvimento da Sociedade do Conhecimento. No ano 2012, o DSI organizou, conjuntamente com o Chapter ISOC Portugal, o Fórum para a Sociedade da Informação, assumindo o tema da Governação da Internet (Iniciativa Nacional do IGF), no dia 10 de Julho 2012. Aqui foram debatidos os aspetos principais da Governação da Internet, em especial a liberdade de expressão, privacidade e segurança, neutralidade da Internet, normas abertas e inovação, desafios decorrentes das novas formas de criação e disponibilização de conteúdos digitais, as redes sociais, bem como a governação *multistakeholder* da Internet.

### 3.5.8 Conferências/Encontros e outras Iniciativas Internacionais Organizadas ou Co-organizadas pelo DSI

#### International Conference on Research Infrastructures - ICRI2012

O DSI participou na *International Conference on Research Infrastructures - ICRI2012*, no âmbito das suas atividades de acompanhamento e participação em grupos de trabalho e discussão sobre *eInfrastructures*.

Esta conferência centrou-se na importância que as infraestruturas digitais representam para qualquer área científica disciplina havendo uma premente necessidade de mais e melhor colaboração entre todos os atores envolvidos nestas infraestruturas, com vista a reforçar e aumentar a capacidade de investigação.

#### Digital Agenda Assembly 2012

Decorrente das suas atividades no âmbito da Agenda Digital para a Europa e na área da segurança de infraestruturas críticas, da informação e das redes, o DSI participou na *Digital Agenda Assembly 2012*, organizado pela Comissão, em especial nos *workshops* e sessões relacionadas com os aspetos ligados à segurança da informação com vista a recolher informações, contactos e contributos para os trabalhos que desenvolve noutros *fora* (*vide* secções relacionadas com EFMS, EP3R e Agenda Digital para a Europa).

### 3.5.9 Revisão da Agenda Nacional Digital 2015

O DSI colaborou intensivamente na revisão da Agenda Nacional 2015 através da preparação de contributos para a elaboração de medidas para promover e reforçar a Sociedade do Conhecimento em Portugal. Deste processo de revisão resultou a Agenda Portugal Digital, aprovada em 20 de dezembro de 2012 através da

Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2012, publicada em Diário da República 1.ª série — N.º 252 — 31 de dezembro de 2012. A FCT assume responsabilidade na execução das áreas da sua competência.

O DSI continuará a explorar e a aprofundar em 2013 todas as iniciativas consideradas neste Relatório de Atividades relativo a 2012, contando ser possível apresentar resultados ainda mais significativos e com impacto no crescimento social e económico do país, através da utilização das TIC e do desenvolvimento de Políticas Públicas adequadas para a Sociedade de Informação que potenciem não só as TIC, mas a sua utilização para a criação de riqueza e desenvolvimento. Deverá ainda desenvolver um Plano de Ação para a inclusão e literacia digitais. Todo este trabalho será sempre feito tendo em conta a realidade internacional, dado que o DSI propõe políticas com base nas realidades nacional e internacional mas também influencia as políticas europeias e internacionais através do seu envolvimento com os países europeus, países terceiros e organizações internacionais (intergovernamentais e outras).



## **PARTE IV - ATIVIDADES TRANSVERSAIS**

### **4.1 Aconselhamento Científico (Conselhos Científicos)**

Compete aos Conselhos Científicos da FCT aconselhar o Conselho Diretivo da FCT em vários aspectos relacionados com a respetiva área científica de atuação, nomeadamente:

- Na identificação de programas e projetos, apreciação das correspondentes necessidades de financiamento, e o acompanhamento das respectivas execuções;
- No apoio aos processos de avaliação das candidaturas a financiamento e o acompanhamento das respetivas execuções no âmbito de: programas e projetos de investigação científica e desenvolvimento tecnológico, contratos -programa e outros tipos de contratos a celebrar com instituições, bolsas de investigação;
- No que diz respeito às modalidades de financiamento plurianual das instituições;
- No levantamento de necessidades das infra-estruturas de apoio às atividades de investigação científica e de desenvolvimento tecnológico;
- Na identificação das oportunidades de celebração de contratos-programa, protocolos e outro tipo de acordos com instituições nacionais, estrangeiras ou internacionais;
- Em emitir parecer, quando solicitado pelo conselho diretivo, sobre a criação de novas instituições científicas ou a reorganização das existentes.

É ainda função dos Conselhos Diretivos propor a criação ou a revisão de instrumentos relevantes de política científica e colaborar com o conselho diretivo na definição das linhas prioritárias de atuação da FCT. Os Conselhos Diretivos atuam também no âmbito de propostas de concessão de subsídios e outros apoios financeiros a eventos de interesse científico e tecnológico e a publicações científicas, e no âmbito de mecanismos adequados a incrementar o interesse da população pelas atividades científicas e tecnológicas.

No quadro da FCT, funcionam quatro conselhos científicos, com uma atuação diferenciada em função das respetivas áreas científicas e de desenvolvimento tecnológico:

- Conselho Científico das Ciências da Vida e da Saúde
- Conselho Científico das Ciências Exatas e da Engenharia
- Conselho Científico das Ciências Naturais e do Ambiente
- Conselho Científico das Ciências Sociais e Humanidades

Durante o ano de 2012 os quatro Conselhos Científicos mantiveram uma atividade regular, que incluiu a elaboração de pareceres sobre os novos concursos para Projetos de Investigação (com novas tipologias), Programas Doutorais, Investigador FCT, e Avaliação de Unidades de Investigação; a apresentação de recomendações para a reestruturação dos painéis do concurso anual de projetos de investigação científica

e desenvolvimento tecnológico em todos os domínios científicos e do concurso anual de bolsas de doutoramento e pós-doutoramento individuais, e constituição do painel de avaliação da 1ª fase do concurso Investigador FCT 2012.

No Conselho Científico das Ciências da Vida e da Saúde deu-se a substituição do Presidente para além de outros membros do Conselho. Este Conselho elaborou pareceres sobre a representação nacional no Comité "Ciência para a Paz e a Segurança" de apoio à NATO, documentos da OECD, identificação de temas e participação em redes internacionais do tipo ERA-Nets, e nomeações para prémios internacionais (ex: prémio Medicina Louis-Jeantet 2013). Colaborou com o Ministério da Saúde na discussão e elaboração de propostas conjuntas em temas relevantes nas áreas de investigação científica deste Conselho: doutoramentos no período do internato médico (programa conjunto Internos-Doutorandos), redes nacionais de biobancos, concursos temáticos para projetos de investigação com componente clínica de âmbito nacional e internacional, participação em redes internacionais de programação conjunta. O Conselho preparou uma proposta de avaliação do impacto dos projetos em Investigação Clínica, financiados no âmbito do Concurso 2007; e dos projetos de doutoramentos do programa FCT-MS Internos-Doutorados, acompanhou as atividades da Comissão Nacional de Ética para as Ciências da Vida (CNECV) e participou também em diversas atividades no país e em reuniões internacionais, como representante da FCT/Portugal.

## 4.2 Estudos e Estratégias de I&D&I (Gabinete de Estudos)

O Gabinete de Estudos e Estratégia da FCT é uma das unidades mais recentes da FCT. Foi institucionalizado no final de 2012, através do Despacho Nr. 34/2012/CD, de 9 de Novembro de 2012, e enquadra-se na missão da FCT, nomeadamente no que se refere às suas atribuições na coordenação e articulação das políticas públicas em C&T;

A FCT, enquanto organismo executor das políticas de ciência e tecnologia e principal agência de financiamento do sistema nacional, foi, assim, dotada de um gabinete de estudo e análise de impactos, com a missão principal de apoiar o Conselho Diretivo na preparação de linhas de orientação programáticas e realização de estudos em temáticas relevantes, bem como proceder à avaliação *ex-ante* e *ex-post* dos programas de C&T e análise dos seus impactos.

Assim, o Gabinete de Estudos e Estratégia é a Unidade da FCT dedicada à reflexão e estudo das políticas de I&D e de Inovação, que visa:

1. Contribuir para a formulação das políticas e dos programas;
2. Contribuir para a elaboração de estratégia nacional no médio prazo;
3. Analisar os impactos dos programas de financiamento (*ex-ante* e *ex-post*);
4. Promover fóruns de discussão sobre ciência, tecnologia e sociedade e de políticas, funcionando como arena de diálogo com outros departamentos ministeriais e organizações nacionais, europeias e internacionais;
5. Realizar estudos, envolvendo recursos próprios, ou mobilizando grupos inter-departamentais da FCT;
6. Elaboração de caderno de encargos para a contratação de estudos;
7. Ser *Focal-point* para a área de Ciência e Tecnologia da OCDE;
8. Promover o estudo e o acompanhamento dos sistemas nacionais e das políticas europeias para comparação.

2- São objetivos estratégicos do GE&E para o período 2012-2014:

1. Elaborar uma estratégia de ação para a investigação e inovação de base científica e tecnológica, como input para a estratégia nacional;
2. Avaliar, antes e depois, o impacto dos programas de financiamento em execução na FCT, sendo que o primeiro seja o dos Recursos Humanos, seguido dos Projetos de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico em todos os domínios Científicos;
3. Acompanhar e coordenar as atividades da OCDE, de modo a assegurar que a representação de Portugal em C&T seja eficaz e os conhecimentos e aprendizagem endogeneizados na organização;

4. Acompanhar a eventual criação de grupos de peritos de Alto Nível, quando tal seja importante para a prossecução da missão da FCT;
5. Elaborar e contribuir para *position papers* de Portugal sobre temas e instrumentos de política europeia;
6. Elaborar estudos temáticos a pedido do Conselho Diretivo;
7. Proceder à elaboração de uma Publicação bienal sobre “Ciência e Tecnologia em Portugal”, eventualmente em cooperação com outros organismos nacionais;
8. Proceder à criação de uma *Working Paper Series* na FCT, em estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade e de Políticas, com website na página web da FCT;
9. Realizar anualmente uma Grande Conferência Temática, com tema a selecionar de acordo com a preocupação dominante na FCT para o ano, convidando especialistas do sector;
10. Proceder à criação de um Prémio Anual ao melhor artigo científico publicado sobre Portugal na temática escolhida, prémio de carreira e prémio jovem investigador, a serem entregues na Conferência Anual.

A preparação do plano do gabinete para que se encontra consubstanciado no Despacho Nr. 34/2012/CD, fundador do Gabinete e que estabelece o programa de atividades para o período 2012-2014 e que se encontra descrito no ponto 1, foi realizado de Maio a Junho 2012. O gabinete, durante o ano de 2012, esteve em fase de instalação.

#### **4.2.1. Trabalhos Preparatórios para a Estratégia Nacional de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (ENEI)**

Com a preparação do próximo período de programação ao nível nacional e europeu para o período de 2012-2014, foi decidido pelo Presidente da FCT a criação de um Task-force ‘Smart-force’, com o envolvimento de técnicos e responsáveis de vários departamentos da FCT e de elementos da Secretaria de Estado da Ciência (Junho de 2012).

O Gabinete propôs e foi adoptado o ‘roadmap’ das fases que devem ser seguidas na elaboração de uma Estratégia de Investigação e Inovação (I&I) para uma Especialização Inteligente, inspirada no Guide for RIS3 da Comissão Europeia.

A primeira fase desse ‘roadmap’ envolvia a elaboração de uma análise SWOT ao sistema de investigação e inovação. A coordenação desta tarefa foi atribuída ao Gabinete de Estudos e Estratégia, para a realização do diagnóstico do Sistema Nacional de Investigação e Inovação, com base numa análise SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*).

#### **4.2.1.1. Diagnóstico do Sistema de I&I – Análise SWOT**

A análise SWOT é a base para corresponder à condicionalidade *ex-ante* para o Acordo de Parceria entre Portugal e a União Europeia, para o período de 2014-2020, relativamente aos fundos estruturais para o Crescimento Inteligente (Europa 2020). Esta condicionalidade consiste na formulação de uma Estratégia Nacional de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente.

Para este efeito foi constituída uma equipa inter-departamental, coordenada pela Doutora Luísa Henriques, constituída por elementos do próprio Gabinete (Maria do Rosário Costa, Isabel Reis e Maria João Corte-Real), do Departamento de Relações Internacionais (José Bonfim, Madalena Antunes Pereira, e Maria João Sequeira), do Departamento da Sociedade de Informação (Daniel Ferreira), do Gabinete de Promoção do Programa-Quadro (Ricardo Migueis) e do EurOcean (Telmo Carvalho).

Durante o ano de 2012 foi definida a metodologia e estrutura do relatório e iniciou-se a redação dos sete capítulos do relatório.

#### **4.2.1.2. Workshop ‘O Sistema Nacional de Investigação e Inovação: Desafios, forças e fraquezas rumo a 2020’**

O Gabinete de Estudos organizou o workshop ‘*O Sistema Nacional de Investigação e Inovação: Desafios, forças e fraquezas rumo a 2020*’ nos dias 11 e 12 de Dezembro de 2012 no Teatro Thália, em Lisboa, com o objectivo de estabelecer um diálogo entre os investigadores que têm contribuído para a análise das políticas e do sistema de investigação e inovação em Portugal, com os representantes das regiões do país e ainda com os responsáveis pela preparação das políticas públicas em I&D e Inovação. Foram discutidas as características dos sistemas nacional e regional, incluindo os recursos humanos, infraestruturais e financeiros, bem como a produção científica e tecnológica, a circulação do conhecimento produzido e a sua exploração pelo sistema produtivo.

#### **4.2.1.3. Apresentação da ENEI**

Apresentação dos objectivos e processos ligados a uma Especialização Inteligente na Comissão Interministerial para os Assuntos Europeus (Luísa Henriques) – Setembro de 2012.

#### **Participação em Reuniões promovidas pela *Smart Specialisation Platform***

Participação de Luísa Henriques no Workshop ‘Main challenges for regional research and innovation and the next operational Programmes’ S3 PLATFORM SEMINAR, Peer discussion as a step towards Research and Innovation Strategies for Smart Specialisation (RIS3) Workshop, Pisa, Italia, 27-28 de Setembro de 2012

Apresentação de Luísa Henriques ‘R & I strategy Smart Specialisation: The case of a small non-regionalised country – Portugal, no Workshop Smart Specialisation in the Atlantic Arc Regions, 20- 21 Novembro 2012, Bordeaux (Aquitaine-France)

## **Divulgação da ENEI**

Participação ativa nas iniciativas de divulgação (Pagina FCT) das atividades da ENEI

### **4.2.2. Acompanhamento do Protocolo INE/FCT/DGEEC**

Acompanhamento dos pedidos submetidos ao abrigo do protocolo para acreditação científica e acesso a dados estatísticos para fins de investigação.

### **4.2.3. Protocolo FCT/DGEEC 'Observatório da Ciência e das Qualificações**

Participação no Observatório da Ciência, das Tecnologias e das Qualificações, no âmbito do Protocolo entre a Fundação para a Ciência e a Tecnologia e o ex-GPEARL, actual DGEEC com vista ao estudo dos recursos humanos, nomeadamente em termos de qualificações e inserção institucional em articulação com equipas de investigação académicas.

### **4.2.4. Estudos sobre a Produção Científica em Portugal**

Levantamento da Produção Científica das unidades e laboratórios com financiamento FCT e acompanhamento do contrato com o CWTS da University of Leiden, iniciado antes do Gabinete de Estudos e Estratégia e coordenado por Rosário Costa.

### **4.2.5. Estudos sobre o Sistema Nacional e Europeu de Inovação e Espaço Europeu de Investigação**

Em colaboração com o JRC- IPTS foram apresentados dois trabalhos na EUSPRI 2012 Conference, 'Towards transformative governance? Responses to mission-oriented innovation policy paradigms', 12-13 Junho, 2012 Karlsruhe, Alemanha, incluído na comemoração do 40 aniversário do ISI-Fraunhofer, por Luisa Henriques, em co-autoria.

- 1) Dimitrios Pontikakis, Luisa Henriques, Laura de Dominicis - Conceptualising and Measuring the European Research and Innovation System (ERIS);
- 2) Remi Barré, Luisa Henriques, Dimitrios Pontikakis, Matthias Weber - 'Integration and coordination dynamics of the European Research Area. A measurement framework and its application'

Publicações

Barré, R.; Henriques, L.; Pontikakis; Weber M., Measuring the integration and coordination dynamics of the European Research Area, Science and Public Policy, (40) 2013, 187-205

Henriques, L.; Laredo, P. , 'Policy-making in science policy: the 'OECD model' unveiled', Research Policy (40) 2013, 801-816.

#### **4.2.6. Avaliação Ex-post**

Participação de Luísa Henriques no ERC Workshop 'The ex-post evaluation of the impacts of research projects and funding programmes', 29-30 Novembro 2012.

#### **4.2.7. Ponto Focal para a OCDE**

Reorganização da participação portuguesa na área de C&T na OCDE com a promoção de reuniões regulares com os delegados e reforço da participação nacional em estudos promovidos pelo Comité de Política de Ciência e Tecnologia da OCDE e pelos seus Grupos de Trabalho.

Participação na 102ª Sessão do Comité de Política de Ciência e Tecnologia

Participação no estudo do Grupo de Trabalho Recursos Humanos e Instituições sobre 'Promoting Research Excellence: New Approaches to Funding' . Participação na primeira fase com lançamento de Inquéritos às instituições portuguesas, feito por Luisa Henriques, Isabel Vitorino e Isabel Reis. Participação na segunda fase para a elaboração de Estudos de Caso, feita por Isabel Reis, Maria João Corte-Real e Maria do Rosário Costa.

#### **4.2.8. Espaço Europeu de Investigação**

Revisão dos Relatórios sobre Portugal elaborados pela Comissão Europeia e pareceres diversos (Luísa Henriques).

## **4.3 Comunicação (Gabinete de Comunicação)**

Criado em 2011, o Gabinete de Comunicação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) tem como objetivos estratégicos dar a conhecer a FCT como principal agência pública financiadora de Ciência, Tecnologia e Inovação, reforçar a visibilidade da ciência enquanto motor de desenvolvimento económico, social e cultural e promover a cultura institucional.

O Gabinete de Comunicação pretende contribuir para uma aproximação entre a FCT e os seus vários públicos alvo, e também para sensibilização dos cidadãos para a importância da investigação científica e tecnológica no desenvolvimento económico, social e cultural do país, em particular do trabalho desenvolvido por investigadores a trabalhar em Portugal.

Em 2012, o Gabinete de Comunicação foi reestruturado, com nova coordenação (a partir de setembro de 2012) e a admissão de dois novos membros, com competências em design e ciências da comunicação. No final de 2012, o Gabinete de Comunicação era constituído por quatro elementos, incluindo a Coordenadora.

### **4.3.1. A FCT Newsletter**

Pela natureza e dimensão da sua missão, a FCT é sede de uma vasta coleção de informação sobre a atividade científica desenvolvida em Portugal, de carácter dinâmico, sectorial e especializado. A *FCT Newsletter* foi criada em 2011 para permitir a regular publicação de notícias e artigos sobre a atividade científica nacional a que a FCT está de alguma forma associada, e ainda às atividades e iniciativas da própria FCT.

Em 2012 foram compilados, editados e publicados dois números da *FCT Newsletter*: em maio (nº.1) e em dezembro (nº.2). Ao longo do ano foi estabelecida uma periodicidade bimestral, reforçada a sua linha editorial e concretizada a inclusão de uma secção regular dedicada ao Arquivo Histórico de Ciência e Tecnologia.

A *FCT Newsletter* é disponibilizada online, no site da FCT, e permite subscrição. Os subscritores recebem um alerta de e-mail sempre que uma nova edição está disponível. O número de subscritores da *FCT Newsletter* aumentou de 1346, em janeiro 2012, para 1890, em dezembro (correspondendo a um aumento de cerca de 30%).

### **4.3.2. Assessoria de Imprensa**

Pelas suas atribuições como principal agência pública de financiamento da investigação em ciência e tecnologia nacional, a FCT é frequentemente contactada por órgãos de comunicação social, generalistas e de áreas especializadas, no sentido de obter informação, esclarecimentos e reações a questões de natureza científica e do âmbito das políticas públicas de ciência e tecnologia.



É função do Gabinete de Comunicação aconselhar, gerir e mediar o relacionamento entre a FCT e a comunicação social especializada e generalista, em todos os contextos que se afigurem pertinentes e necessários. Entre setembro e dezembro de 2012 foram recebidos e dado seguimento a 26 pedidos externos de órgãos de comunicação social (Tabela I), em estreita colaboração com os restantes departamentos e Conselho Diretivo da FCT.

Os pedidos abarcam maioritariamente esclarecimentos sobre as áreas de atuação da FCT (por exemplo, financiamentos, regulamentos) mas também pedidos de informação e contactos sobre áreas científicas e o Programa Quadro FP7.

**Tabela XXII – Tipologia dos órgãos de comunicação social que colocaram pedidos de informação à FCT em 2012 (setembro a dezembro).**

<b>Tipo de Órgão de comunicação social</b>	<b>Nº</b>
Televisão	5
Rádio	0
Imprensa	13
Online	5
Agência noticiosa	2
Outra (Nature)	1
<b>Regional</b>	<b>3</b>
<b>Nacional</b>	<b>21</b>
<b>Internacional</b>	<b>1</b>

#### **4.3.3. Divulgação de iniciativas da FCT através de Comunicados de Imprensa**

Em 2012 foram redigidos e emitidos 9 Notas/Comunicados de Imprensa, disponíveis no site da FCT. Os comunicados divulgam conferências e outros eventos com envolvimento da FCT, atribuição de prémios, assinatura e renovação de protocolos e resultados de concursos FCT. Várias Notas/Comunicados resultaram do trabalho de aconselhamento e/ou acompanhamento de pedidos de diferentes departamentos internos em questões de comunicação.

No sentido de maximizar a divulgação das Notas/Comunicados de Imprensa, o Gabinete de Comunicação estabeleceu uma base de dados de contactos de mais de 80 jornalistas e editores dos principais órgãos de comunicação social nacional. Foram também recolhidos contactos de alguns jornalistas de órgãos de comunicação social internacionais, nomeadamente revistas científicas e de divulgação científica.

#### **4.3.4. Assessoria de Comunicação ao Conselho Diretivo**

O Gabinete de Comunicação apoia o Conselho Diretivo na comunicação da estratégia, programas e funcionamento da FCT. Em 2012, este apoio traduziu-se na preparação de material informativo e apresentações utilizadas na comunicação com a comunidade científica nacional (por exemplo, nos *Roadshows* realizados pelo Presidente da FCT) e internacional (nomeadamente em reuniões de redes Europeias de investigação e de organizações internacionais), com organizações de Investigação e Ensino Superior (como o CRUP - Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas) e com comissões parlamentares (nomeadamente a Comissão de Educação, Ciência e Cultura).

#### **4.3.5. Desenvolvimento do *website* FCT**

O *website* da FCT é uma das ferramentas de comunicação mais utilizadas e com maior impacto na comunicação com os diversos públicos alvo da FCT. Em 2012 deu-se início ao processo de revisão dos conteúdos e organização (navegabilidade), com o objetivo de melhor responder às necessidades de comunicação crescentes da instituição.

O público-alvo do *website* da FCT foi considerado como sendo constituído por: comunidade científica nacional e internacional; organizações ligadas à Ciência e Tecnologia (outras agências financiadoras, redes científicas); decisores políticos; público em geral; comunicação social.

As principais alterações implementadas foram:

- Publicação regular de notícias – entre setembro e dezembro de 2012 foram publicadas 16 notícias;
- Publicação regular de *banners* com chamadas para notícias, anúncios de abertura de concursos e outras;
- Atualização do calendário, com colocação regular e atempada de entradas para concursos, conferências e outros acontecimentos relevantes para os públicos alvo da FCT;
- Início da reformulação de diversas áreas do site, no que diz respeito à linguagem, conteúdos e organização, das seguintes secções:
  - Homepage
  - Sociedade da Informação
  - Programas de Doutoramento FCT

#### **4.3.6. Divulgação de concursos FCT**

O Gabinete de Comunicação esteve envolvido em várias etapas dos concursos lançados pela FCT em 2012, nomeadamente: na publicação de anúncios e editais na imprensa; na preparação de briefings para criação

de identidades gráficas para os concursos Investigador FCT e Programas de Doutoramento FCT; na tradução de documentos para inglês e na formatação e disponibilização online dos mesmos no site da FCT; na criação de textos introdutórios sobre os diversos concursos para publicação online, e na divulgação no site dos resultados dos concursos, após cada fase (i.e. avaliação, Audiência Previa, decisão final).

Através da lista de contactos com gabinetes de comunicação de centros de investigação, universidades, organizações científicas e empresariais (cerca de 60 no total), o Gabinete de Comunicação foi responsável pela divulgação por e-mail da abertura dos períodos de candidaturas dos concursos lançados pela FCT em 2012.

#### **4.3.7. Organização e Participação em Eventos**

O apoio e/ou organização de eventos de ciência e tecnologia é uma das atribuições do Gabinete de Comunicação. Em 2012, o Gabinete coordenou a participação da FCT no encontro Presente no Futuro (Centro Cultural de Belém, 14-15 setembro 2012). Esta coordenação envolveu a criação de conteúdos para espaço FCT, e colaboração com a equipa de designers para a concepção e construção do espaço.

Outros eventos decorridos em 2012 para os quais o gabinete de Comunicação prestou apoio foram: *Destination Europe*, organizado pela Comissão Europeia, e o workshop “O Sistema Nacional de Investigação e Inovação: Desafios, forças e fraquezas rumo a 2020”, organizado pela FCT. O apoio consistiu na formatação de documentos, concepção e impressão de sinalética assim como na concepção e produção de material de comunicação institucional FCT.

#### **4.3.8. Identidade Institucional**

Em 2012 deu-se início à criação de um portfólio de material institucional com a criação de uma apresentação bilingue (PT/EN) com informações base sobre a FCT para utilização pelos diversos departamentos.

No âmbito do apoio dado a iniciativas específicas nas quais outros departamentos da FCT participaram, foram desenvolvidos materiais de promoção da marca FCT tais como: o cartão genérico “skyline” FCT para o evento *Destination Europe* e o anúncio do prémio Fernando Gil para o *British Journal for the Philosophy of Science*.

No sentido da melhoria da imagem interna e externa dos espaços físicos da FCT, foi feita uma intervenção no hall de entrada do edifício através da introdução de um painel informativo, do revestimento do balcão da recepção e da substituição do mobiliário na zona de espera dos visitantes.

#### **4.3.9. Comunicação Interna**

Com o objetivo de fomentar uma cultura institucional, o Gabinete de Comunicação atua também a nível da comunicação interna da FCT. Neste âmbito, o espaço da intranet foi dinamizado em 2012, com boletins noticiosos regulares contendo informação sobre iniciativas da FCT enquanto instituição, dos seus departamentos, assim como iniciativas de natureza científico-tecnológica externas à FCT, consideradas de relevância para os colaboradores.

#### **4.3.10. Grau de realização dos objetivos incluídos no Plano de Atividades para 2012**

No Plano de Atividades de 2012 o Gabinete de Comunicação incluiu os seguintes objetivos operacionais:

1. Produzir e publicar a FCT *Newsletter*;
2. Desenvolver portal FCT como plataforma de divulgação de conteúdos escritos;
3. Estabelecer rede de contactos com jornalistas para emissão de Notas de Imprensa;
4. Criação de um arquivo fotográfico;
5. Identificar parceiros na comunicação social para divulgação de conteúdos;
6. Transformar a intranet num espaço dinâmico de partilha através da colocação de anúncios, notícias relevantes, atividades;
7. Criar identidade institucional: assinaturas, cartões, logótipo com manual de normas.

Com exceção da criação de um arquivo fotográfico e da criação o portfólio de material de identidade institucional, todos os objetivos foram atingidos.

## 4.4 Avaliação (Gabinete de Avaliação e Planeamento)

O Gabinete de Avaliação e Programação (GAv) foi criado em Setembro de 2012 para prestar assessoria especializada ao conselho diretivo nas áreas de conceção de programas de financiamento e de avaliação, focado na promoção e organização das ações tendentes à avaliação das atividades de I&D apoiadas pelos pilares de atuação da FCT (“Pessoas”, “Ideias” e “Instituições”).

O trabalho desenvolvido pelo GAv tem por objetivo promover e agilizar as ações necessárias à avaliação das candidaturas aos vários instrumentos de financiamento de I&D promovidos pela FCT: i) projetos de investigação, ii) bolsas individuais de doutoramento e de pós-doutoramento, iii) contratos de desenvolvimento de carreira, iv) programas de doutoramento, v) infra-estruturas, vi) apoio institucional e vii) programas de cooperação transnacional. Como tal o GAv trabalha em sinergia com os Departamentos da FCT responsáveis pela gestão destes instrumentos.

De modo a alcançar estes objetivos, são delineados e implementados métodos e ferramentas de apoio ao exercício de avaliação, o qual é levado a cabo por especialistas independentes.

A comunidade científica nacional é também uma destinatária das ações do GAv, uma vez que é através dos processos de avaliação que chegam aos candidatos os pareceres dos pares sobre as candidaturas apresentadas em concursos.

O GAv propõe-se conferir a todos os processos de avaliação da FCT os princípios de qualidade, profissionalismo e transparência inerentes a uma avaliação que se pretende ser conduzida com rigor, seletividade, integridade, confidencialidade e ética.

Este gabinete visa também contribuir para o planeamento de novos programas que integrem de forma equilibrada orientações políticas, opções estratégicas e a maturidade de cada área científica alvo.

### 4.4.1. Atividades desenvolvidas em 2012, com indicação dos resultados obtidos.

Nos últimos 4 meses de 2012 foram promovidas e organizadas ações tendentes à avaliação do Concurso de Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico (ICDT) – 2012 e do Concurso Investigador FCT. Neste sentido, foi assegurado apoio especializado à elaboração dos documentos necessários à avaliação, nomeadamente guião e formulários de avaliação. A constituição dos painéis internacionais de avaliação e a organização das reuniões presenciais de avaliação foram também asseguradas pelo GAv.

No entanto, o que mais se destaca foi a criação de uma base de dados de avaliadores, com aproximadamente 23.000 nomes de especialistas internacionais. Nesta base de dados consta, para cada avaliador, a referência à nacionalidade, coordenadas institucionais, área científica e palavras-chave que caracterizam a sua área da especialidade.

Os procedimentos de avaliação adotados pela FCT para o concurso de 2012 para Projetos ICDT implicaram a avaliação individual de cada proposta por, pelo menos, dois avaliadores externos, escolhidos de acordo

com o seu domínio científico específico, e por um membro do painel com amplas competências científicas, bem como a avaliação em reunião presencial pelo painel. Neste concurso a FCT teve a colaboração de 264 membros de painel (distribuídos por 25 painéis de avaliação) e 5.905 avaliadores externos (de um total de 898 e 22.942 investigadores convidados, respetivamente).

O concurso de 2012 para Investigadores FCT decorreu em duas fases de avaliação distintas, sendo a primeira assegurada pelos 4 Conselhos Científicos da FCT e a segunda por um painel internacional constituído por 11 avaliadores. Na 2ª fase cada proposta foi avaliada individualmente por, pelo menos, dois avaliadores externos e por um membro do painel. Esta 2ª fase de avaliação foi conduzida pelo GAv, que contou com a colaboração de 564 avaliadores externos (de um total de 1.877 investigadores convidados).

## 4.5 Gestão de Sistemas de Informação (Equipa de Informática)

A Equipa de Coordenação da Área Informática (ECAI) tem como principal missão garantir o desenvolvimento, manutenção e disponibilidade das aplicações e serviços TIC inerentes às iniciativas da Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P.

A persecução dos objectivos estratégicos e operacionais é, normalmente, realizada em colaboração com os diversos departamentos, unidades orgânicas, grupos de trabalho e conselho diretivo.

Assim, cabe à ECAI um conjunto alargado de atividades que se pode enquadrar numa tipologia com as seguintes categorias:

1. Gestão da Função Informática;
2. Desenvolvimento aplicacional;
3. Suporte e manutenção;
4. Acompanhamento e gestão de projetos em regime de *outsourcing*.

### 4.5.1. Atividades desenvolvidas

A ECAI desenvolveu, no período em causa, uma série de atividades que se enquadram, por um lado, no âmbito das suas responsabilidades e funções operacionais contínuas e, por outro lado, em iniciativas e projetos discriminados em sede do plano de atividades e outros que surgiram no decorrer de solicitações pontuais, incidentes, oportunidades e/ou necessidades não planeadas.

Entre as atividades que decorreram no período em causa salientam-se as seguintes:

- Adaptação e atualização das aplicações web utilizadas na submissão, gestão e avaliação de candidaturas nos concursos de bolsas de formação avançada, entre os quais se destacam as bolsas de doutoramento do Programa CMU-Portugal (edição 2012), estágios no CERN, ESA e ESO e bolsas individuais de doutoramento e pós-doutoramento;
- Adaptação do modelo de dados e formulários para a submissão e avaliação dos concursos de projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico, concursos de projetos no âmbito do protocolo ANR e Harvard Medical School;
- Desenvolvimento de uma aplicação de *front office* para a realização de inquéritos relacionados com projetos de financiamento plurianual nacionais e/ou internacionais com empresas/indústrias e financiamentos internacionais competitivos;
- Concepção e implementação de uma aplicação web para o programa “Investigador FCT” permitindo a submissão de candidaturas bilaterais (indivíduos e instituições) e respectiva divulgação de resultados;

- A ECAI colaborou ativamente através do desenvolvimento de uma aplicação, disponibilizada no Portal de Ciência e Tecnologia, para submissão de candidaturas ao programa “Doutoramento FCT” dirigido a coordenadores de unidades de I&D enquanto proponentes de um plano de programa doutoral (objectivos, vagas, instituição que confere grau, instituições participantes, etc.) que fosse de inegável valor competitivo de modo a obter patrocínio da FCT;
- No âmbito das suas funções e de acordo com os objectivos operacionais traçados para 2012, a ECAI assegurou a gestão das bases de dados Oracle e servidores do DGA, GIAF e MyGIAF e um tempo de resposta a incidentes que permitiu manter o tempo de indisponibilidade dos respectivos serviços em períodos inferiores a 24 horas;
- Destaca-se, igualmente, na atividade de gestão de bases de dados e sistemas Microsoft e Linux, a criação de um ambiente de testes (qualidade) para o Portal de Ciência e Tecnologia (*front office* e *back office*). A criação deste ambiente possibilitou uma melhoria significativa na detecção e correcção de erros;
- No âmbito do suporte tecnológico aos utilizadores da FCT, além da gestão anual de licenciamento (ferramentas de produtividade, servidores e sistemas operativos) e aquisição de material informático, procedeu-se à expansão da rede em fibra óptica, mudança do DSI (ex-UMIC) do parque tecnológico Taguspark em Oeiras para as instalações da Av. D. Carlos I. Esta mudança implicou a realocação de servidores e migração de utilizadores (e serviços associados) para a infraestrutura da Fundação;
- A migração de sistema de bolsas (DFRH) e dos programas de emprego científico (Ciência 2007, Ciência 2008 e Welcome) para MS SQL Server foi parcialmente concluída estando uma parte, que diz respeito aos programas de emprego científico, em produção e a outra a aguardar validação por parte do departamento;
- A ECAI desenvolveu também uma aplicação, com a denominação interna “Excelentia”, para o registo de pedidos externos, por multicanal, feitos ao DFRH. Na sua primeira versão o “Excelentia” não dispõe de funcionalidades avançadas de criação de relatórios, disponibilizando alguns indicadores básicos (canal, canal-cliente, assunto, canal-assunto-cliente) através da geração de gráficos;
- Foi, de acordo com os objectivos operacionais, assegurado o tratamento permanente de dados permitindo a atualização e disponibilização de indicadores de atividade relevantes do último ano completo (2011) no âmbito de bolsas, projetos de I&D e instituições de I&D (unidades e laboratórios associados), assim como, a resposta a diversas solicitações internas — concedendo natural prioridade aos pedidos provenientes do conselho diretivo — e externas.

É importante referir que durante 2012 a ECAI respondeu a 4010 pedidos de suporte internos com um tempo médio de resposta de 2.39 dias. Estes pedidos não englobam solicitações de desenvolvimento aplicacional.



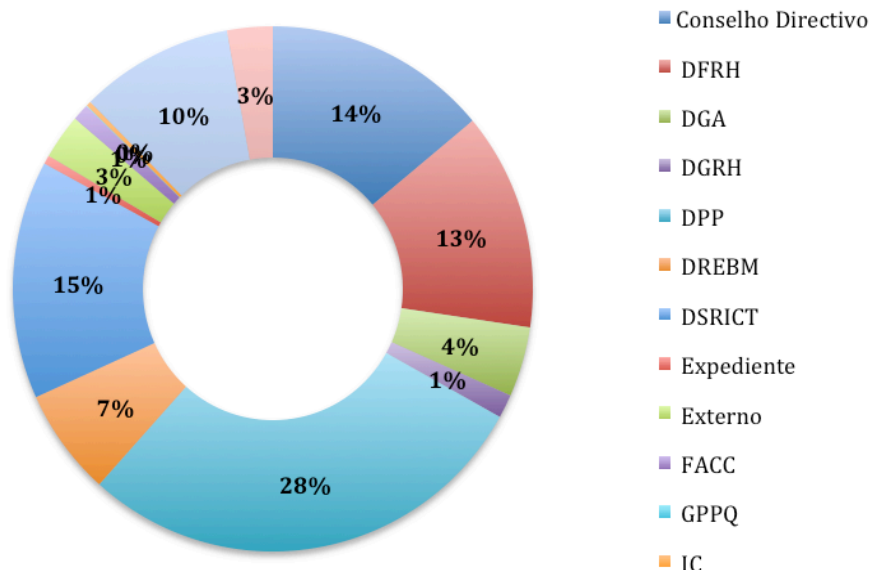


FIG. 27 · DISTRIBUIÇÃO DE PEDIDOS POR DEPARTAMENTO OU UNIDADE ORGÂNICA (EM %)

#### 4.5.2. Concretização dos objetivos planeados

Objetivos Operacionais	Indicadores	Metas	Cumprimento
Adaptação das aplicações on-line para submissão, avaliação e gestão das candidaturas/Bolsas/Projetos no âmbito dos concursos da FCT aos novos requisitos dos programas.	Prazo de execução	30 dias após especificação final	A totalidade dos objectivos realizou-se em conformidade com o prazo estipulado
Adaptação da aplicação online para submissão do relatório científico e atualização de equipas no âmbito das Unidades de I&D e Laboratórios Associados aos novos requisitos do programa e implementação de inquérito online.	Prazo de execução	30 dias após especificação final	Ambos os objectivos foram levados a cabo dentro do prazo de execução estipulado
Desenvolvimento de aplicações para submissão, avaliação e gestão on-line de candidaturas a os programas Investigador FCT e Doutoramento FCT.	Prazo de execução	30 dias após especificação final	O desenvolvimento ocorreu dentro do prazo de execução estipulado

Objetivos Operacionais	Indicadores	Metas	Cumprimento
Gestão das Bases de Dados ORACLE e respetivos Servidores do DGA, GIAF e MyGIAF, assegurando a sua monitorização garantia da disponibilidade do servidor.	Tempo de indisponibilidade	Inferior a 1 dia	O tempo de indisponibilidade cumpriu a meta delineada, exceptuando uma atualização planeada realizada pela Indra (empresa que desenvolveu as aplicações GIAF) que abrangeu os dias 19 e 20 de Julho
Gestão das Bases de Dados (BD) e servidores MICROSOFT e LINUX, assegurando a sua monitorização e disponibilidade.	Tempo de indisponibilidade	inferior a 1 dia	Durante 2012 todos os incidentes foram resolvidos num período inferior a 24 horas
Conclusão do desenvolvimento do interface de dados para transmissão ao Programa Operacional COMPETE (despesa detalhada, dados de pagamentos e encerramento de projetos).	Prazo de execução	31 de dezembro	O trabalho cumpriu os prazos de execução, exceptuando a funcionalidade de encerramento de projetos por falta de especificações provenientes do COMPETE
Migração (para MSSQL SERVER) do Sistema de Bolsas (DFRH) e dos Programas de Emprego Científico (Ciência 2007, Ciência 2008 e <i>Welcome</i> ).	Prazo de execução	31 de dezembro	Foi levada a cabo a migração para MS SQL Server do Sistema de Bolsas e dos Programas de Emprego Científico, no entanto, apenas o último foi validado e entrou em produção
Garantir o suporte tecnológico aos utilizadores da infraestrutura da FCT.	Tempo de indisponibilidade	Inferior a 1 dia	O tempo de resposta, em todos os serviços, foi inferior a 24 horas

<b>Objetivos Operacionais</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Metas</b>	<b>Cumprimento</b>
Desenvolvimento de aplicação para registo e elaboração de relatórios de solicitações externos para o DFRH.	Prazo de execução	30 dias após especificação final	A execução decorreu dentro do prazo de referência estipulado
Assegurar sistema de alimentação, manuseamento e atualização e tratamento permanente de dados, das bases de dados da FCT (em SQL Server e Filemaker) com vista construção de indicadores de atividade da FCT, para disponibilização em <a href="http://alfa.fct.mctes.pt/estatisticas">http://alfa.fct.mctes.pt/estatisticas</a> e resposta a pedidos externos e internos.	Tempo de execução e de disponibilização da informação necessária	Disponibilizar os dos dados estatísticos mais relevantes de 2011 até 31 de Dezembro 2012 e tempo de resposta aos pedidos em 10 dias úteis em média	A disponibilização dos dados estatísticos mais relevantes e tempo médio de resposta a pedidos internos e externos ocorreu em conformidade com os prazos definidos

## **4.6 Gestão Documental, Arquivo Histórico e Apoio Técnico**

A gestão da informação e documentação da FCT nos seus diversos ciclos de vida (corrente, intermédio e histórico) e suportes (papel e electrónico) é da responsabilidade do Grupo de Gestão Documental, criado em 2008 em assessoria direta ao Conselho Diretivo, tendo sido integrado na Divisão de Apoio Técnico e Gestão Documental em Junho de 2012, na dependência do Conselho Diretivo.

A equipa de trabalho do Grupo de Gestão Documental é composta por 2 técnicas superiores e 5 bolseiros no âmbito do protocolo estabelecido com o Instituto de História Contemporânea da FCSH-UNL.

Quanto ao Serviço de Expediente, a equipa é composta por 3 assistentes técnicos e 2 assistentes operacionais.

### **4.6.1 Serviço de Expediente**

Com a implementação do Sistema Electrónico de Gestão de Arquivo (SEGA), em Abril de 2011, o trabalho do Serviço de Expediente sofreu uma alteração significativa, com a introdução de novas tarefas, nomeadamente a digitalização documental, o preenchimento de meta-informação e a centralização do encaminhamento das entradas e saídas neste Serviço.

Tomada a consciência de que o expediente representa o início do circuito documental de toda a instituição, a direção entregou ao Grupo de Gestão Documental (GGD), desde meados do ano de 2012, a responsabilidade sobre o serviço de expediente, ficando ao seu encargo o controle e acompanhamento da gestão diária do serviço.

Desta forma, a metodologia de trabalho no expediente foi revista, sendo criada uma maior interação entre o GGD e o Serviço de Expediente, nomeadamente na decisão de um acompanhamento diário para verificação e encaminhamento do correio registado (situação que apresentava muitas reclamações). Também se optou por organizar as tarefas tendo em conta as unidades orgânicas, ou seja, cada técnico ficou com determinado departamento, para tratamento quer de entradas ou saídas, conforme representado na tabela a seguir:

Os outros dois técnicos do Serviço de Expediente são responsáveis pela abertura das entradas, pela preparação da documentação para digitalização (remoção de clips, agrafos, etc.), pela entrega nos departamentos e pela envelopagem e entrega nos correios das saídas.

O correio do DSRICT é tratado por técnicos do próprio departamento.

Também se procedeu, durante o ano de 2012, à mudança do expediente para um local mais aconselhado para este serviço, por isso, com carácter mais definitivo. Foram feitas algumas obras necessárias ao funcionamento do serviço, sendo a localização uma sala ampla, no piso 0.

Sempre que necessário, o serviço foi reforçado em termos de recursos humanos com elementos do GGD, de forma a garantir o expediente diário e a celeridade necessária para os serviços, quer seja pelo aumento de volume documental, quer por ausência de algum dos colaboradores do Expediente.

De destacar o cumprimento do objectivo de melhoria na eficácia e desempenho deste serviço, definido quando o Serviço passou para a responsabilidade do GGD, em meados do ano de 2012.

## **4.6.2 Gestão dos Arquivos Corrente e Intermédio**

### **4.6.2.1 Sistema Eletrónico de Gestão de Arquivo – SEGA**

O SEGA é o sistema instituído na Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) com o objetivo de armazenar, preservar e recuperar os documentos de arquivo produzidos e recebidos na Fundação. Apresenta, também, algumas funcionalidades específicas de produção e de circulação documental.

Com vista ao desenvolvimento e aperfeiçoamento do SEGA, no ano de 2012, o GGD criou uma equipa de projecto para levantamento e discussão de necessidades dos departamentos. Esta equipa foi constituída por representantes das unidades orgânicas da FCT e por elementos da Informática da FCT, o que possibilitou a discussão de propostas de solução com este grupo.

Feito um cronograma de actividades para esta equipa, procedeu-se à sua aplicação que resultou essencialmente na realização de 3 reuniões de trabalho e na produção de um documento agregador da informação recolhida denominado *Estudo retrospectivo e prospectivo de funcionamento do SEGA – Relatório final*, apresentado, em Novembro de 2012, ao Conselho Directivo com conhecimento de todos os dirigentes intermédios.

Para além deste estudo foi dada continuidade ao apoio de utilização do SEGA, nomeadamente através de sessões de apresentação a novos funcionários ou a funcionários que passaram, a dada altura, a ter um papel mais activo e constante na utilização do sistema. Também foi dado apoio à recuperação de informação, nomeadamente na pesquisa de documentos electrónicos, a pedido dos utilizadores.

### **4.6.2.2 Revisão do Plano de Classificação e do Regulamento de Gestão de Documentos da FCT**

Durante o ano de 2012 iniciou-se a revisão ao Plano de Classificação da FCT, de forma a ir ao encontro do projeto de estabelecimento de uma Macroestrutura Funcional (coordenado e organizado pela Direção-Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas - DGLAB) a aplicar a todos os organismos da Administração Central do Estado, a um 1º e 2º nível. A versão final de aplicação não foi disponibilizada, por isso não foi possível concluir esta atualização.

Por outro lado, também se iniciou a atualização das funções, resultante da integração da UMIC – Agência para a Sociedade do Conhecimento, instituição extinta por fusão na FCT.

A 17 de maio de 2011 foi publicado em Diário da República o Regulamento de Gestão de Documentos da FCT (Portaria n.º 194/2011), aplicável à documentação produzida e recebida no âmbito das atribuições e competências da instituição. Este regulamento estabelece regras de organização dos documentos de

arquivo designadamente em termos de classificação e de fixação de prazos de conservação administrativa e destino final (eliminação ou conservação). A par da atualização do Plano de Classificação procedeu-se à preparação da atualização deste Regulamento, nomeadamente à tabela de seleção, com revisão dos prazos de conservação e de destino final, tendo em conta o aprofundamento de conhecimentos com base na documentação e legislação.

#### 4.6.2.3 Gestão de pedidos internos

O acesso e a consulta de documentos do arquivo por parte dos serviços da FCT é uma constante, procurando-se dar resposta com a celeridade necessária ao decurso dos processos de negócios da instituição.

**Tabela XXIII – Pedidos de consulta de documentos do arquivo corrente da FCT.**

Proveniência do pedido	Nº de pedidos
Conselho Directivo	1
DFRH	25
DGA	14
DGRHO	12
DPP	3
DRI	1
FACC	1
Infraestruturas	3
<b>Total</b>	<b>60</b>

Para dar resposta a alguns destes pedidos foram necessárias deslocações ao depósito do Pendão, em Queluz.

#### 4.6.2.4 Gestão de depósitos e transferências documentais

##### 1) Integração de novos acervos

Durante o ano de 2012 contámos também com a integração de novos acervos no AHCT: o da UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento, IP (2005-2012), que teve como antecessora a Unidade de Missão Inovação e Conhecimento (2002-2005). Esta integração deveu-se à extinção da entidade por fusão na FCT.

A UMIC foi a entidade pública responsável pela coordenação das políticas para a sociedade da informação. O fundo da UMIC foi integrado no Arquivo de Ciência e Tecnologia da FCT, na sequência da extinção da UMIC e transferência de uma parte das suas atribuições para a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, em 2012. Este acervo é constituído por cerca de 1.500 pastas.

Recebemos, também, por doação, o Espólio Mário Ruivo, composto por documentação produzida pelo Professor Mário João de Oliveira Ruivo, no âmbito da sua atividade na Comissão Permanente de Estudos do Espaço Exterior e na Comissão Permanente de Oceanologia. O acervo é constituído por cerca de 70 unidades de instalação.

## 2) Remessas de documentação dos serviços

Foram efetuadas transferências de documentação para arquivo dando resposta às necessidades dos serviços, e tendo em conta o espaço disponível em depósito. Estas transferências implicam uma preparação prévia da documentação a transferir, nomeadamente a etiquetagem sequencial das pastas a transportar, garantindo a ordem original das mesmas, um acompanhamento dos processos de transferência e a elaboração de guias de remessa.

**Tabela XXIV - Transferências de documentação dos serviços**

Transferências de documentação dos serviços		
Proveniência da remessa	Datas	Nº pastas
DGA	Fevereiro de 2012	161
DGRHO	Maio de 2012	20
DPP	Maio e Dezembro de 2012	2.998
DRI	Julho de 2012	117
DFRH	Novembro 2012	26
DSRICT	Dezembro de 2012	441
<b>Total de pastas</b>		<b>3.763</b>

## 3) Transferência de arquivo entre depósitos

Também foram efectuadas transferências de documentação para o depósito do Pendão – Queluz, de forma a libertar espaço no depósito de arquivo da sede. A documentação transferida é documentação que ainda cumpre prazos de conservação administrativa mas que tem já médias de consulta muito reduzidas por

parte dos serviços. Do Pendão para o depósito de arquivo da sede na Av. D. Carlos I foi transferida documentação de conservação permanente, de forma a ser dado o respectivo tratamento arquivístico.

#### 4) Estantes amovíveis no depósito

Ainda em 2012, avançou-se para a aquisição e instalação de um módulo de estantes amovíveis no depósito de arquivo, o que possibilitou a duplicação de uma pequena área. Assim, onde estavam 7 estantes fixas, passaram a estar 14 estantes amovíveis, com 6 módulos de 6 prateleiras cada, capacidade para 910 metros lineares de documentação, com a seguinte dimensão: comprimento 5,68m, altura 2,43m e largura 0,60m.

Esta mudança implicou um processo de transferência temporária de cerca de 5 mil pastas, de forma a ser feita a desmontagem e montagem de estantes.

Esta aquisição veio possibilitar um aumento de espaço para depósito, mostrando-se no entanto insuficiente para acondicionamento de todo o arquivo tendo em conta a produção documental da FCT.

#### 4.6.2.5 Preservação e conservação digital

De uma maneira geral, a informação em formato eletrónico é produzida para utilização imediata, sem serem consideradas as necessidades de conservação e preservação de médio e longo prazo. Associando esta situação à rápida obsolescência tecnológica, surgem óbvios problemas de preservação de informação eletrónica. O resultado desta atitude resulta muitas vezes na perda irreversível de informação.

A entidade responsável pela definição de políticas de gestão arquivística em Portugal, a DGLAB, recomenda a elaboração de um Plano de Preservação Digital, definindo estratégias de salvaguarda desta informação. Assim, deu-se continuidade à elaboração deste documento, nomeadamente no levantamento de informação relativa aos sistemas de informação da instituição, reunindo um conjunto de procedimentos que garantam a sua preservação digital.

Este projeto está a ser desenvolvido em conjunto com o Grupo de Informática, que nomeou um representante para acompanhar o processo.

Foram também efectuadas reuniões de apoio técnico com a DGLAB, entidade que orienta e aprova a produção e o conteúdo deste documento.

#### 4.6.3. Gestão do Arquivo Histórico de Ciência e Tecnologia - AHCT

Em dezembro de 2011 foi inaugurado o Arquivo Histórico de Ciência e Tecnologia da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Desde essa data que o arquivo está aberto ao público, permitindo o acesso à informação por parte da comunidade científica e do público em geral. Espera-se que este arquivo possa tornar-se num arquivo nacional de ciência e tecnologia, capaz de incorporar espólios de relevante interesse para a história da ciência e da tecnologia, quer seja de política, de gestão, de investigação científica ou de desenvolvimento tecnológico.



O inventário continua a ser diariamente alimentado, atualizado e disponibilizado no site da FCT em <http://arquivo.fct.pt/>.

### **Atendimento ao público**

Assegurar a gestão da estrutura de atendimento ao público, nomeadamente dar resposta aos pedidos externos de consulta, quer seja presencial ou, em algumas situações, de digitalização e disponibilização em formato electrónico.

### **Integração de acervos**

Como já foi referido, em 2012, foram integrados dois novos acervos, o da UMIC e o espólio Mário Ruivo. Esta documentação foi devidamente acondicionada em estantes no depósito e feito um pré-inventário do Espólio Mário Ruivo.

### **Avaliação documental**

Tendo como base o trabalho prévio de avaliação e de reavaliação, onde foram definidos prazos de conservação administrativa e destino final para a documentação em depósito, deu-se continuidade à sua aplicação, nomeadamente na separação da documentação para eliminação e de conservação permanente. Em Maio de 2012 foi desencadeado um processo de eliminação documental, seguindo os procedimentos legais que uma intervenção destas exige, nomeadamente a elaboração de autos de eliminação, de listagens de controlo e posterior notificação à DGLAB. Esta ação permitiu libertar cerca de 160 metros lineares de documentação, procedendo-se à reorganização das estantes e prateleiras, de maneira a rentabilizar o espaço.

Ao mesmo tempo, deu-se continuidade ao trabalho de identificação de séries documentais, permitindo um maior conhecimento e aferição da densidade informacional em arquivo histórico, abrindo caminho para a definição de estratégias em termos de espaço de arquivo.

Outro dos fundos tratados foi o do Gabinete de Gestão do PRAXIS XXI (1994-1999), pela forte relação à função de financiamento de projetos. Foi feita a reconstituição de séries, a seleção documental tendo em conta o destino final, e o reacondicionamento documental.

### **Descrição e inventário**

Os fundos mais representativos pela dimensão e importância são os da JNICT e FCT, aos quais continua a ser dada prioridade na descrição e inventariação. Contabilizámos até final de 2012 cerca de 10 mil registos, número agregador de todos os fundos em tratamento.

Foi também dada primazia ao tratamento do Espólio Mariano Gago, pela importância que aquele conjunto documental possa representar para trabalhos de investigação em curso e a promover, tendo sido terminado e disponibilizado o inventário de cerca de 70 pastas.

Relativamente à descrição na aplicação *Digitarq*, foram feitas melhorias em campos de descrição obrigatórios, resultantes de um melhor conhecimento da documentação em estudo e de um objetivo de *work in progress*. Também se procedeu à elaboração de um documento relativo à normalização de atribuição de títulos nos diversos níveis de descrição.

### Arquivo da Junta de Energia Nuclear

Em 2012 foi dada continuidade ao trabalho de tratamento e organização do arquivo da Junta de Energia Nuclear, permitindo a elaboração do inventário deste importante fundo e a sua disponibilização eletrónica a partir do módulo Web do sistema de descrição *Digitarq* em utilização pelo AHCT. Registou até final de 2012 cerca de 3200 registos.

Também se deu por concluído o processo de realocização física da documentação para um espaço com melhores condições, apetrechado com estantes amovíveis e consequente reacondicionamento de documentação sempre que necessário.

### Elaboração de um Tesouro

Com o objetivo de otimizar a descrição e a representação da informação presente nos documentos de arquivo, deu-se início à construção de um Vocabulário Controlado para os arquivos à guarda da FCT, tendo-se chegado a uma primeira versão *draft*. Esta ferramenta facilitará a pesquisa e a recuperação de informação, quer pelo utilizador interno, quer pelo utilizador externo.

#### 4.6.4 Divulgação e dinamização do arquivo

Como já foi referido, o Arquivo de Ciência e Tecnologia pretende ser um arquivo nacional de ciência e tecnologia, de história e memória da ciência e da tecnologia, mas também um ponto de encontro e reflexão para a comunidade científica. Durante o ano de 2012 procurou-se sensibilizar a comunidade científica para a promoção de trabalhos e projetos na área da história da ciência, tecnologia e inovação, recorrendo ao Arquivo de Ciência como fonte indispensável à investigação de apoio. Assim, no âmbito das atividades de divulgação e dinamização do Arquivo destacamos:

- i) Participação no Congresso Internacional *Espaços e Atores da Ciência em Portugal (séc. XVIII-XX)* (Fevereiro de 2012) com a comunicação intitulada “Arquivos de Ciência: O Arquivo Histórico de Ciência e Tecnologia da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, IP.”, por Madalena Ribeiro e Paula Meireles.
- ii) Participação no Ciclo de seminários *em História & Ciência - HetSci | Grupo de Estudos em História e Ciência* (Abril de 2012), com a comunicação intitulada “O Arquivo de Ciência e Tecnologia. Da JNICT à FCT”, por Maria Fernanda Rollo, Paula Meireles, Madalena Ribeiro e Catarina Cândido.

- iii) Participação no 1º *Encontro de arquivos contemporâneos* (Outubro de 2012), com duas comunicações: “Um contributo para a avaliação documental em Ciência e Tecnologia”, por Madalena Ribeiro e Paula Meireles; e “A importância do estudo e descrição das entidades produtoras de arquivos, através da elaboração de Registos de Autoridade Arquivística (RAA)”, por Cátia Matias Trindade.
- iv) Publicação do artigo “História e Memória da Ciência e da Tecnologia em Portugal. O Arquivo de Ciência e Tecnologia da Fundação para a Ciência e Tecnologia”, por Maria Fernanda Rollo, Paula Meireles, Madalena Ribeiro e Tiago Brandão, *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, XXV [2012], pp. 233-261.
- v) Comunicação “O Arquivo de Ciência e Tecnologia da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, IP, no Seminário de *Metodologia em História* do Ciclo de estudos de doutoramento em História da FCSH/UNL, Lisboa, 29 de Novembro, 18h-21h, por Paula Meireles.
- vi) Apresentação pública do Arquivo da Junta de Energia Nuclear e assinatura de protocolo entre a FCT e o IST, em Julho 2012, ficando determinada a integração deste arquivo no Arquivo de Ciência e Tecnologia da FCT, enquadramento institucional e administrativo do arquivo numa infraestrutura já existente, assim como, garantia de gestão arquivística por profissionais da área. A entidade proprietária permanece o IST.
- vii) Produção de artigos de divulgação do arquivo, para a *FCT Newsletter – divulgação de Ciência e Tecnologia*.

Para além destas atividades deu-se início à divulgação da constituição de uma Rede de Ciência e Tecnologia, de âmbito internacional, em consórcio com o Instituto de História Contemporânea da FCSH-UNL. Pretende-se que esta rede integre arquivos produzidos por entidades que tenham por missão (referida em diploma legal) atividades de investigação científica e desenvolvimento tecnológico ou outras atividades diretamente relacionadas – coordenação, financiamento, administração e cooperação internacional da C&T.

Pretende-se a criação de uma infra-estrutura de informação que permita a inventariação, a localização, a partilha e o acesso a recursos arquivísticos de Ciência e Tecnologia, que atualmente se encontram dispersos por vários produtores – laboratórios, universidades, unidades de investigação, empresas, institutos públicos.

Assim, durante o ano de 2012 foram identificados e contactadas algumas entidades que correspondessem aos critérios definidos para integração nesta rede, tendo sido definido um primeiro grupo de associados “fundadores” da rede.

#### **4.6.5 Gestão do Stock de edições científicas das antigas INIC e JNICT**

A FCT é detentora de uma grande quantidade de edições do ex-INIC, ex-JNICT e FCT, as quais são comercializadas pela Imprensa Nacional Casa da Moeda. Em depósito existem cerca de 500 títulos e mais

de 40 mil exemplares. Desta forma, uma tarefa contínua é a gestão destas edições, que resultam habitualmente em vendas e ofertas.

#### **4.6.6 Participação nos projetos coordenados pela DGLAB**

A atividade do Grupo de Gestão Documental passou também pela participação nos projetos coordenados e desenvolvidos pela DGARQ, entidade responsável pela definição das políticas de arquivo e de gestão documental. Desta forma, o AHCT participou em projetos comuns de base para o tratamento documental na instituição, no interesse pelo acompanhamento da evolução da política arquivística em Portugal e também na possibilidade de divulgação do trabalho efetuado / a efetuar pela FCT, servindo muitas vezes como exemplo de um caso de sucesso no tratamento do seu património documental.

Ainda de referir o acompanhamento em curso ao projeto de elaboração de levantamento de processos da Administração Central do Estado e da criação de uma Macroestrutura Funcional no âmbito Projeto “Administração eletrónica e interoperabilidade semântica”, renomeação atribuída em 2012 ao projeto “Governo Electrónico e Interoperabilidade”, criado em 2008. Este projeto implica a coordenação e implementação de políticas a nível intra-ministerial.

## PARTE V - RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS

### 5.1 Execução financeira

O orçamento global da FCT integra o orçamento de Funcionamento (OF) e o orçamento de Investimento.

O orçamento global inicial de 2012 ascendia a 450.982.143 €, com a seguinte afetação:

- Funcionamento 7.739.401 €
- Investimento 443.242.742 €

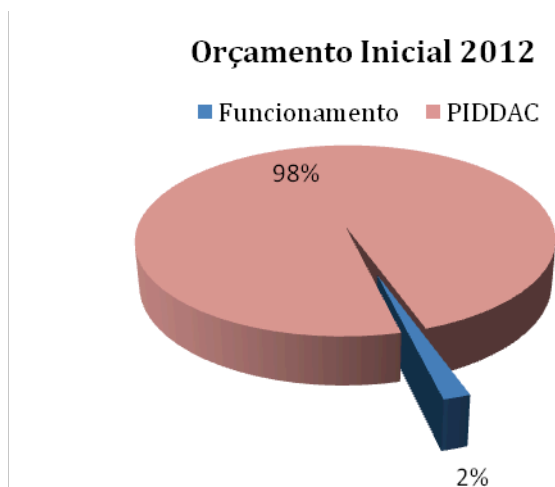


FIG. 28 – AFETAÇÃO DO ORÇAMENTO GLOBAL DE 2012: COMPONENTES FUNCIONAMENTO E PIDDAC

Tabela XXV - Execução do orçamento global, por fonte de financiamento

Fontes de Financiamento	Orçamento		Receita Cobrada	Despesa Paga	Grau de Execução (%)
	Inicial	Utilizável			
	1	2			
	3	4	5=4/3		
Transferências OE	288.572.221 €	290.870.126 €	289.847.331 €	289.559.678 €	99,9%
Transferências FEDER	63.000.000 €	63.004.367 €	59.137.885 €	55.448.737 €	93,8%
Transferências FSE	92.002.742 €	92.002.742 €	70.375.459 €	70.374.198 €	100,0%
Transferências 7º PQ/U.E. (Redes Era-Net; Welcome; SI)	707.180 €	2.365.133 €	1.951.301 €	906.168 €	46,4%
Receitas Próprias	6.700.000 €	11.988.268 €	7.085.743 €	6.982.926 €	98,5%
<b>Total</b>	<b>450.982.143 €</b>	<b>460.230.636 €</b>	<b>428.397.718 €</b>	<b>423.268.836 €</b>	<b>98,8%</b>

O grau de execução dos pagamentos foi de 98,8% relativamente à receita cobrada.

### 5.1.1 Orçamento de Funcionamento

Em consequência da extinção da UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento, I. P, as suas atribuições e orçamento (1.183.833 €) foram integrados na FCT. Foi ainda integrado o valor 538.803 €, correspondente a verbas do 7º PQ da U.E. consignadas a atividades das Redes ERA NET, transitadas em saldo de 2011 para 2012.

Em consequência dos reforços já referidos e da aplicação das cativações estabelecidas na Lei, o orçamento utilizável elevou-se para 9.126.291 €.

A cobrança efetiva de receitas situou-se em 87,5% (7.983.801 €) do valor do orçamento utilizável, com a seguinte repartição por fonte de financiamento: OE – 87,1%, receitas próprias nacionais - 0,3% e receitas do 7º PQ da U.E. para as Redes ERA-NET - 12,5%.

A despesa total ascendeu a 7.429.936 €, funcionamento da FCT (93,2%) e pelas despesas das Redes ERA-NET (6,8%), sendo estas últimas suportadas a 100% por verbas da U.E. No que respeita ao funcionamento da FCT, os encargos com o pessoal representaram 75% e as outras despesas (aquisições de bens e serviços e despesas de capital) 25%.

### 5.1.2 Orçamento de Investimento

O orçamento de investimento aprovado – 443.242.742 €, apresentava a seguinte repartição por fontes de financiamento:

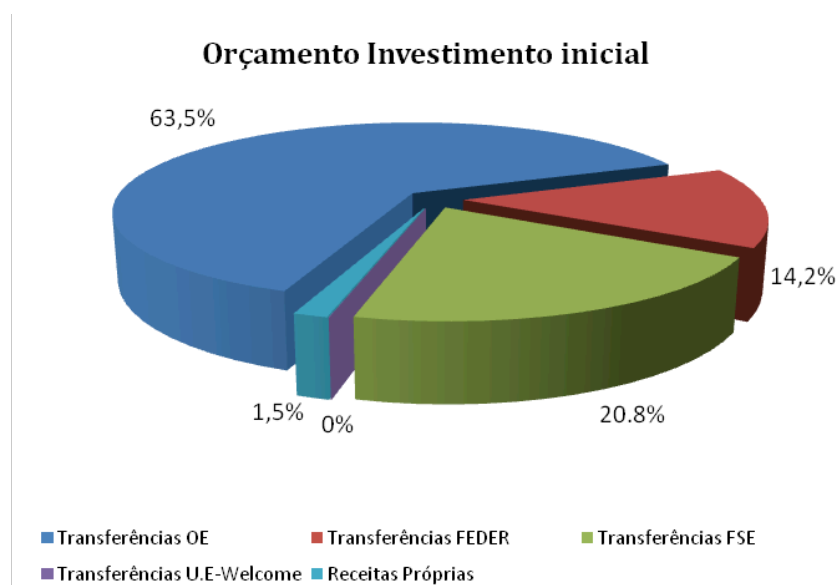


FIG. 29 – REPARTIÇÃO POR FONTES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO APROVADO PARA 2012.

Este orçamento beneficiou de reforços no valor de 7.861.603 €, de que se destacam as contribuições de outras instituições para suportar parte dos encargos referentes aos contratos celebrados com as editoras fornecedoras dos conteúdos científicos acessíveis na Biblioteca Científica Online (b-on), conforme disposto na Resolução do Conselho de Ministros nº 32/2012, de 15 de março.

Salienta-se ainda a descativação de 35.307.838 € das verbas do OE, autorizada por despacho de 13 de setembro do Senhor Secretário de Estado do Orçamento.

**Tabela XXVI – Síntese da Execução do investimento por fontes de financiamento**

Fontes de Financiamento	Orçamento		Receita Cobrada (Valor)	Despesa Paga (Valor)	Grau de Execução (%)
	Inicial (Valor)	Utilizável (valor)			
	1	1			
Transferências do OE	281.470.000 €	282.937.817 €	282.892.331 €	282.648.652 €	99,9%
Transferências do FEDER	63.000.000 €	63.004.367 €	59.137.885 €	55.445.867 €	93,8%
Transferências do FSE	92.002.742 €	92.002.742 €	70.375.459 €	70.374.198 €	100,0%
Transferências U.E. <sup>(a)</sup>	100.00€	1.200.419 €	949.915 €	399.390 €	42,0%
Receitas Próprias	6.670.000 €	11.959.000 €	7.058.328 €	6.970.794 €	98,8%
<b>Total</b>	<b>443.242.742 €</b>	<b>451.104.345 €</b>	<b>420.413.917 €</b>	<b>415.838.901 €</b>	<b>98,9%</b>

(a) Inclui verbas do programa Welcome II e de projetos na área da Sociedade de Informação

#### 5.1.2.1 Receitas do orçamento de investimento

O OE constituiu 67,3% das receitas totais cobradas, e as restantes provieram de fundos comunitários (31%) e de outras fontes nacionais (1,7%).

As receitas correntes destinaram-se à execução dos pagamentos mensais de bolsas e ao pagamento anual das propinas dos bolseiros em doutoramento, no âmbito do programa de Formação Avançada de Recursos Humanos em C&T (projetos nºs 3598 e 5812 do orçamento da FCT).

As receitas de capital destinaram-se ao pagamento dos compromissos assumidos nos seguintes âmbitos: apoios à contratação de investigadores pelas instituições de I&D (projetos nºs 3598 e 5812), financiamento dos projetos estratégicos dos Laboratórios Associados e das Unidades de I&D (projetos nºs 6817 e 6820) e de projetos I&DT em todas as áreas científicas (projetos nºs 3599 e 5876), programa de Parcerias Internacionais de C&T (projeto n.º 5665) e das contribuições para Organismos Internacionais de C&T de que Portugal é membro (programa de Cooperação Internacional em C&T - projeto nº 6818), entre outros.

### 5.1.2.2 Despesas do orçamento de investimento

A despesa totalizou 415,84M €, tendo atingido 99,3% da receita efetivamente cobrada.

A repartição da despesa por fonte financiadora foi a seguinte: OE - 282,65 M€, FSE (POPH) - 70,37 M€, FEDER (COMPETE) - 55,45 M€, outras fontes nacionais – 6,97 M€ e U.E (7ºPQ) – 0,4 M€.

Tabela XXVII - Execução do orçamento de investimento

Unidade: €

Áreas de intervenção da FCT	Orçamento inicial	Receita cobrada	Despesa Paga
<b>Formação Avançada de recursos humanos e apoio ao Emprego Científico</b>	<b>232.547.742</b>	<b>215.855.599</b>	<b>215.204.791</b>
Formação avançada	158.947.742	169.099.592	169.073.631
Emprego Científico	73.600.000	46.756.007	46.131.160
<b>Projectos de I&amp;D</b>	<b>84.710.000</b>	<b>99.439.984</b>	<b>98.238.467</b>
<b>Instituições I&amp;D e Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas</b>	<b>83.470.400</b>	<b>68.761.377</b>	<b>66.644.142</b>
Projetos estratégicos de instituições de I&D	74.510.400	54.186.629	52.081.274
B-on		10.955.676	10.955.619
Instituto Ibérico Internacional de Nanotecnologia	5.000.000	2.500.000	2.500.000
Instalações e equipamentos científicos	1.370.000	1.119.073	1.107.248
<b>Cooperação Internacional em C&amp;T</b>	<b>29.450.000</b>	<b>33.630.770</b>	<b>33.628.047</b>
Parcerias Internacionais (MIT, CMU, UTAustin, Havard Medical School, Sloan School, Instituto Fraunhofer)	13.400.000	11.892.825	11.891.117
Cooperação Internacional em C&T (inclui contribuições de Portugal para Organizações Internacionais de C&T)	16.050.000	21.737.945	21.736.930
<b>Outras</b>	<b>15.654.600</b>	<b>2.726.186</b>	<b>2.123.454</b>
Fundo de Apoio à Comunidade Científica (FACC)	2.590.000	984.817	983.966
Cultura Científica e Tecnológica	12.000.000	581.197	581.197
Sociedade da Informação ( <i>por integração da ex-UMIC</i> )		140.209	123.062
Assistência Técnica do QREN (COMPETE)	1.064.600	1.019.963	435.229
<b>TOTAL</b>	<b>443.242.742</b>	<b>420.413.917</b>	<b>415.838.901</b>



As áreas “Formação avançada de recursos humanos em C&T e apoio ao emprego científico” (*bolsas e contratos de investigadores em instituições de I&D*) e “Projetos de I&D em todos os domínios científicos” absorveram 75% do orçamento executado.

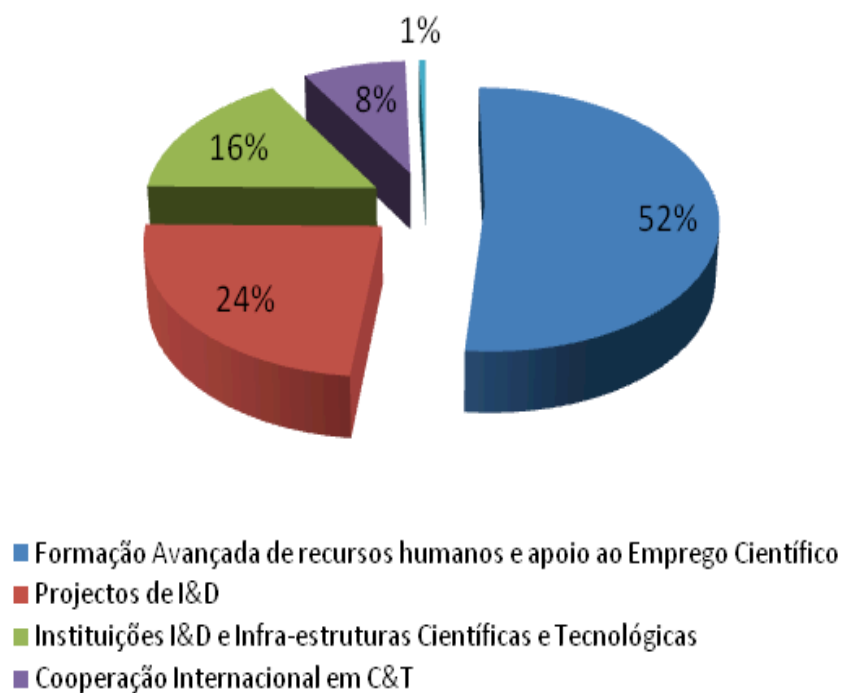


FIG. 30 - REPARTIÇÃO DA DESPESA POR ÁREAS DE INTERVENÇÃO.

### 5.1.3 Comparação com a execução de 2011

Comparando as execuções dos anos 2012 e 2011 verifica-se um aumento de 6% nas receitas e despesas de 2012, devido ao acréscimo de 19% em fundos comunitários.

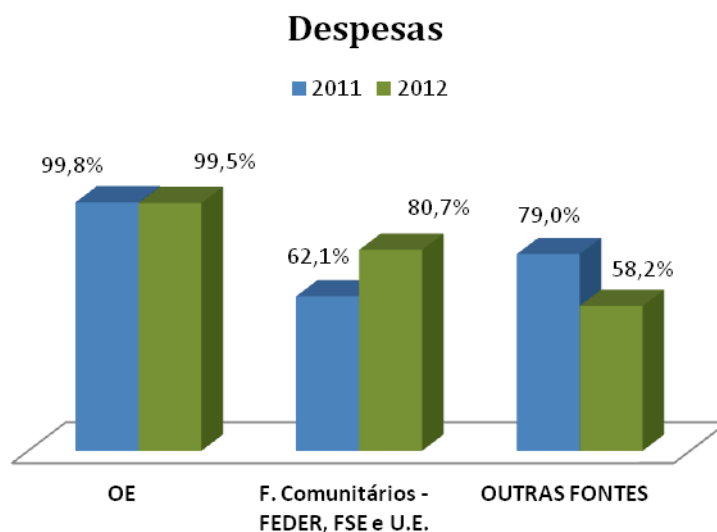
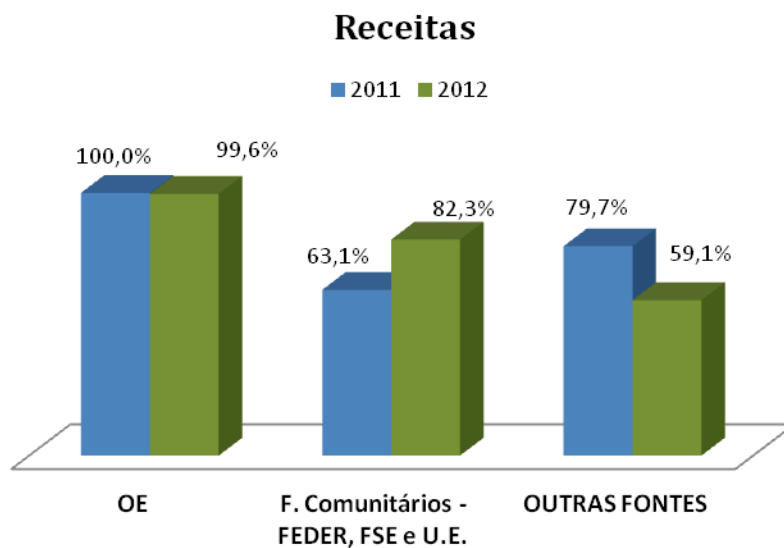


FIG. 31 - GRÁFICOS COMPARATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS 2012 E 2011.

## 5.2 Recursos Humanos

A Fundação para a Ciência e Tecnologia, I. P. no decorrer de 2012 foi objeto de um processo de reestruturação no âmbito do PREMAC, tendo integrado a missão e parte das atribuições da ex-UMIC (Agência para a Sociedade do Conhecimento, I.P.) e consequentemente os trabalhadores afetos a essas áreas de intervenção (18 trabalhadores).

Em 2012 verificou-se um acréscimo de trabalhadores 17 trabalhadores face a 2011, correspondente a 9%, perfazendo um total de 206 efetivos,

### 5.2.1 CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

#### 5.2.1.1. Trabalhadores segundo a modalidade de vínculo

Em 31 de dezembro de 2012, o mapa de pessoal da FCT, I.P. contava com 206 postos de trabalho preenchidos, aqui se incluindo 10 trabalhadores em comissão de serviço e 196 contratados por tempo indeterminado.

**Tabela XXVIII** – Distribuição dos efetivos por grupo profissional segundo a relação jurídica de emprego

Relação Jurídica	Dirigentes	Técnicos Superiores	Assistentes Técnicos	Assistentes Operacionais	Informática	Pessoal Investigação Científica	Docente Ensino Universitário	Total
Comissão de Serviço	10	0	0	0	0	0	0	10
Contrato de Trabalho Tempo Indeterminado	0	134	41	7	11	2	1	196
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>134</b>	<b>41</b>	<b>7</b>	<b>11</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>206</b>

Nos últimos três anos, conforme podemos observar na Figura 1, verificou-se um decréscimo de efetivos, apenas alterado em 2012 por via da reestruturação orgânica com a integração dos trabalhadores da ex-UMIC.

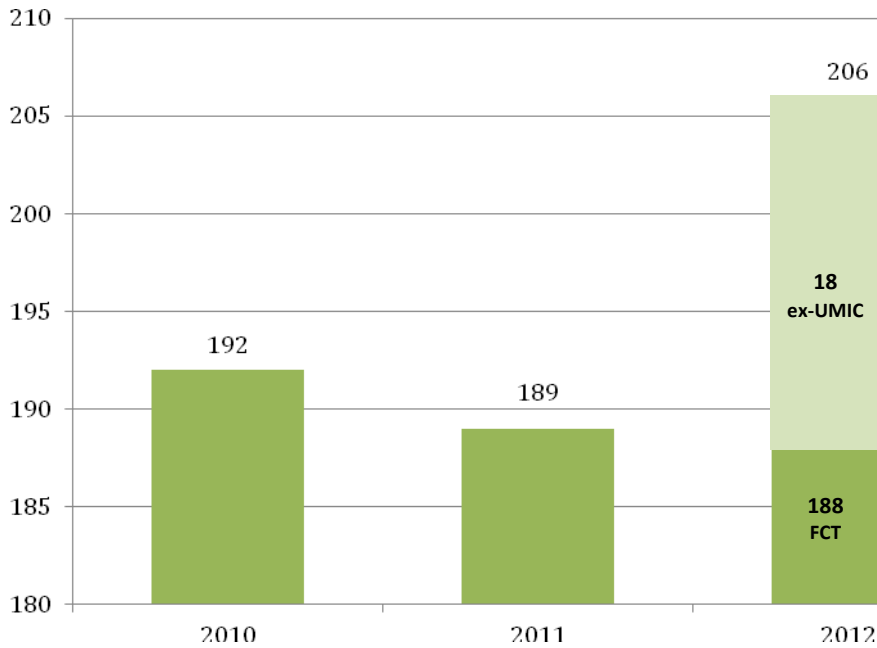


FIG. 32 - TOTAL DOS EFETIVOS ENTRE 2010 E 2012

### 5.2.2.2. Trabalhadores por Grupo profissional

O grupo profissional que conta com maior número de efetivos é o dos Técnicos Superiores representando cerca de 65,05% do total dos trabalhadores da FCT, I.P., seguido pelo grupo dos Assistente Técnicos (19,90%), dos Informáticos (5,34%), dos dirigentes (4,85%), dos Assistentes Operacionais (3,40%), Pessoal de Investigação Científica (0,97%) e Docente Ensino Universitário (0,49%).

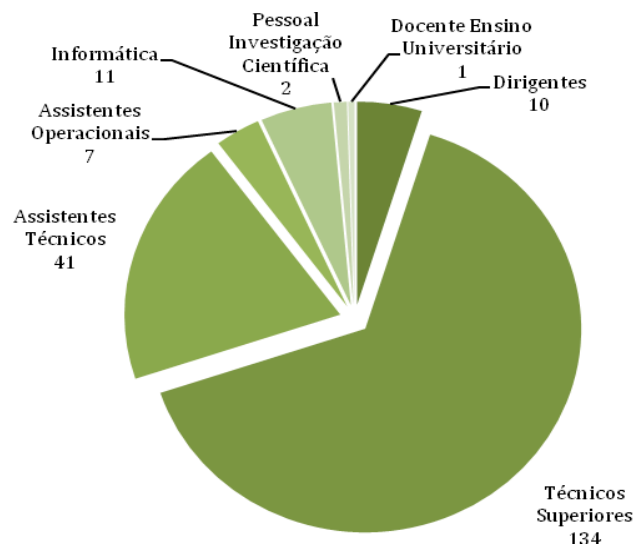


FIG. 33 – DISTRIBUIÇÃO DOS EFETIVOS POR GRUPO PROFISSIONAL

O índice de tecnicidade, que traduz percentualmente o número de efetivos cujas funções são eminentemente técnicas, comparando-o com o número total de efetivos, é de 65,05% no sentido restrito (técnicos superiores), e de 76,70% no sentido lato (incluindo também os grupos profissionais de Informática, Dirigentes, Pessoal Investigação Científica e Docente de Ensino Universitário) o que se explica face à especificidade da missão e atribuições do organismo.

Por outro lado o índice de enquadramento em 2012, que determina o número de dirigentes por trabalhador é de 4,85%, num rácio de 1 dirigente por 20 trabalhadores.

### 5.2.2.3 Trabalhadores por Género e Grupo profissional

Do total dos trabalhadores da FCT, 73% são do género feminino e 27% são do género masculino (Figura 3), não existindo paridade de género.

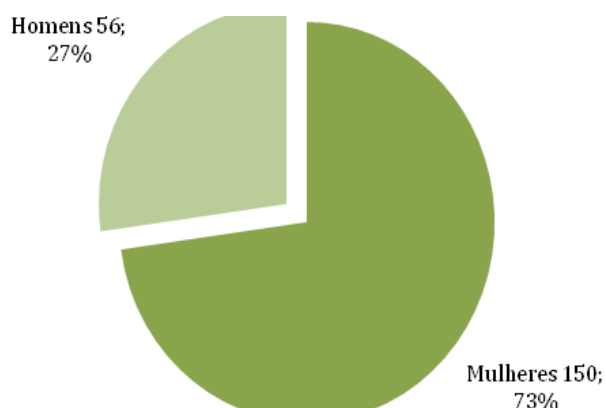


FIG. 34 – DISTRIBUIÇÃO DOS EFETIVOS POR GÉNERO

Ao observarmos a distribuição de género por grupo profissional apresentada na Tabela 3, podemos mencionar que o género masculino predomina apenas no grupo profissional de Assistentes Operacionais, existindo predominância do género feminino ou paridade nos outros grupos profissionais.

O grupo profissional que apresenta uma maior taxa de feminização é o dos Assistentes Técnicos (78%), logo seguido pelo dos Técnicos Superiores (75%).

## Anexos

### Anexo I – Financiamento Incentivo 2013: Lista dos montantes a aprovar por Unidade de I&D/Laboratório Associado

#### Financiamento Incentivo - 2013

#### Lista dos montantes a aprovar por Unidade de I&D/Laboratório Associado

Tipo	Nº de unidade	Unidade /Laboratório Associado	Total do Incentivo
LA	50004	Instituto de Tecnologia Química e Biológica - ITQB	318.975,00 €
LA	50010	Instituto de Plasmas e Fusão Nuclear	161.036,00 €
LA	50008	Instituto de Telecomunicações - IT	143.877,00 €
LA	50022	Laboratório Associado de Energia, Transportes e Aeronáutica	119.868,00 €
UI	147	INSTITUTO DE SISTEMAS E ROBÓTICA - ISR - PORTO	113.383,00 €
LA	50014	INESC Porto - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores do Porto	113.194,00 €
LA	50005	Instituto de Medicina Molecular - IMM	103.406,00 €
LA	50009	Instituto de Sistemas e Robótica - ISR - Lisboa	92.047,00 €
LA	50021	INESC ID - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores: I&D em Lisboa	91.317,00 €
LA	50025	Instituto de Nanoestruturas, Nanomodelação e Nanofabricação	88.869,00 €
LA	66	Centro de Tecnologias e Sistemas (CTS)	65.743,00 €
UI	50015	CIMAR - Centro de Investigação Marinha e Ambiental	64.607,00 €
LA	50026	ICVS/3B's - Laboratório Associado	62.398,00 €
LA	239	Centro de Estudos Florestais	59.306,00 €
UI	712	Unidade de I&D em Análise de Ciclo de Vida de Produtos e Componentes Industriais Soldados	57.545,00 €
UI	50027	Rede de Investigação em Biodiversidade e Biologia Evolutiva	53.237,00 €
LA	50012	Centro de Estudos Sociais - CES	53.125,00 €
LA	50002	IBMC.INEB	48.628,00 €
LA	511	Laboratório de Engenharia de Processos, Ambiente E Energia - LEPAE	46.895,00 €
UI	50023	Instituto de Biotecnologia e Bioengenharia	44.037,00 €
LA	326	CENTRO DE INFORMÁTICA E SISTEMAS	42.908,00 €
UI	50011	Centro de Investigação em Materiais Cerâmicos e Compósitos - CICECO	38.620,00 €
LA	50017	Centro de Estudos do Ambiente e do Mar - CESAM	33.810,00 €
LA	408	LABORATÓRIO DE SISTEMAS INFORMÁTICOS DE GRANDE-ESCALA	31.709,00 €
UI	127	INSTITUTO DE ENGENHARIA ELECTRÓNICA E TELEMÁTICA DE AVEIRO - IEETA	29.742,00 €
UI	50020	Laboratório de Processos de Separação e Reacção - LSRE	29.679,00 €
LA	240	Centro de Botânica Aplicada à Agricultura	27.724,00 €

UI	516	Centro de Ambiente e Tecnologia Marítimos - MARETEC	25.033,00 €
UI	48	INSTITUTO DE SISTEMAS E ROBÓTICA - ISR - COIMBRA	24.575,00 €
UI	50007	Laboratório de Instrumentação e Física Experimental de Partículas - LIP	22.706,00 €
LA	319	CENTRO ALGORITMI	21.496,00 €
UI	214	Centro de Linguística da Universidade de Lisboa	21.353,00 €
UI	3282	Instituto Biomédico de Investigação de Luz e Imagem - IBILI	20.651,00 €
UI	264	Centro de Ciência e Tecnologia Têxtil	20.608,00 €
UI	50019	Instituto Dom Luís	19.700,00 €
LA	284	IMAR - Centro de Mar e Ambiente	19.570,00 €
UI	51	Unidade de Investigação e Desenvolvimento Cardiovascular	19.536,00 €
UI	4085	CENSE - Center for ENvironmental and Sustainability rEsearch	19.347,00 €
UI	102	Centro de Investigação em Engenharia dos Processos Químicos e dos Produtos da Floresta	18.812,00 €
UI	295	Centro de Estudos Geográficos - Lisboa	18.792,00 €
UI	50003	Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto (IPATIMUP)	18.681,00 €
LA	285	Centro de Engenharia Mecânica	18.326,00 €
UI	4077	Centre for Mechanics and Materials Technologies	17.519,00 €
UI	115	Instituto de Ciências Agrárias e Ambientais Mediterrânicas – ICAAM	17.505,00 €
UI	4029	ISISE – Institute for sustainability and innovation in structural engineering	17.418,00 €
UI	3126	Centro de Investigação e Estudos de Sociologia	17.049,00 €
UI	76	Instituto de Engenharia de Estruturas, Território e Construção - ICIST	16.843,00 €
UI	84	Instituto de Ciência e Engenharia de Materiais e Superfícies (Lisboa) - ICEMS	16.830,00 €
UI	4044	Centro para o Desenvolvimento Rápido e Sustentado de Produto	16.473,00 €
UI	50006	REQUIMTE	16.451,00 €
LA	4006	Laboratório de Sistemas, Instrumentação e Modelação em Ciências e Tecnologias do Ambiente e do Espaço - SIM	16.466,00 €
UI	3	Centro de Astrofísica da Universidade do Porto	16.310,00 €
UI	350	Centro de Investigação Marinha e Ambiental (CIMA)	15.814,00 €
UI	50001	Centro de Neurociências e Biologia Celular - CNBC	14.500,00 €
LA	3125	Centro de Investigação e de Intervenção Social	14.498,00 €
UI	276	Centro de Investigação Interdisciplinar em Sanidade Animal	14.512,00 €
UI	50016	Centro de Biotecnologia e Química Fina	14.036,00 €
LA	667	Unidade de Investigação e Desenvolvimento em Engenharia Mecânica e Industrial - UNIDEMI	13.113,00 €
UI	733	Centro de Estudos da Construção	12.596,00 €
UI	275	Centro de Física Nuclear	12.710,00 €
UI	4033	Centro de Investigação e de Tecnologias Agro-Ambientais e Biológicas	12.019,00 €
UI	92	Centro de Estudos de Hidrosistemas - CEHIDRO	12.024,00 €
UI	4050	Centro de Biologia Molecular e Ambiental (CBMA)	11.873,00 €
UI	99	Centro Multidisciplinar de Astrofísica - CENTRA	11.282,00 €
UI	405	Centro de Física Computacional	11.258,00 €

UI	134	Centro de Engenharia e Tecnologia Naval	11.049,00 €
UI	495	Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto	10.774,00 €
UI	4107	Unidade de Investigação e Desenvolvimento em Educação e Formação	10.367,00 €
UI	50024	Instituto de Nanotecnologias	10.388,00 €
LA	528	Química Ambiental	10.243,00 €
UI	607	Centro de Física da Universidade do Minho	10.056,00 €
UI	50013	Instituto de Ciências Sociais - ICS	9.778,00 €
LA	4046	Center for Biodiversity Functional and Integrative Genomics	9.150,00 €
UI	261	Centro de Física da Matéria Condensada	9.070,00 €
UI	616	Centro de Química - Vila Real	8.581,00 €
UI	245	CEER - Centro de Engenharia de Biosistemas	8.290,00 €
UI	199	Centro de Oceanografia	8.145,00 €
UI	681	Centro de Estudos de Recursos Naturais, Ambiente e Sociedade - CERNAS	8.056,00 €
UI	27	LABORATÓRIO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E CIÊNCIA DE COMPUTADORES	8.068,00 €
UI	760	GECAD - Grupo de Investigação em Engenharia do Conhecimento e Apoio à Decisão	7.423,00 €
UI	315	Unidade de Investigação em Desenvolvimento Empresarial - UNIDE	7.265,00 €
UI	481	Centro de Tecnologia Mecânica e Automação	7.173,00 €
UI	4004	Centro de Ecologia Funcional/Centre for Functional Ecology	6.973,00 €
UI	329	Centro de Biologia Ambiental	6.658,00 €
UI	731	Centro de Estudos de Gestão e Economia	6.540,00 €
UI	50018	Centro de Malária e Outras Doenças Tropicais	6.285,00 €
UI	4060	Center for Sustainable Energy Systems - University of Lisbon (SESUL)	6.218,00 €
UI	124	INOVA - Economia	6.007,00 €
UI	776	Centro de Investigação do Instituto Português de Oncologia do Porto (CI-IPOP)	6.004,00 €
UI	194	Centro de Investigação - Didáctica e Tecnologia na Formação de Formadores	5.864,00 €
UI	93	Centro de Sistemas Urbanos e Regionais - CESUR	5.860,00 €
UI	57	Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora	5.745,00 €
<b>TOTAL</b>			<b>3.000.000,00 €</b>



## Anexo II – Infraestruturas de C&T: Síntese da despesa analisada e validada em 2012

### Infraestruturas de C&T

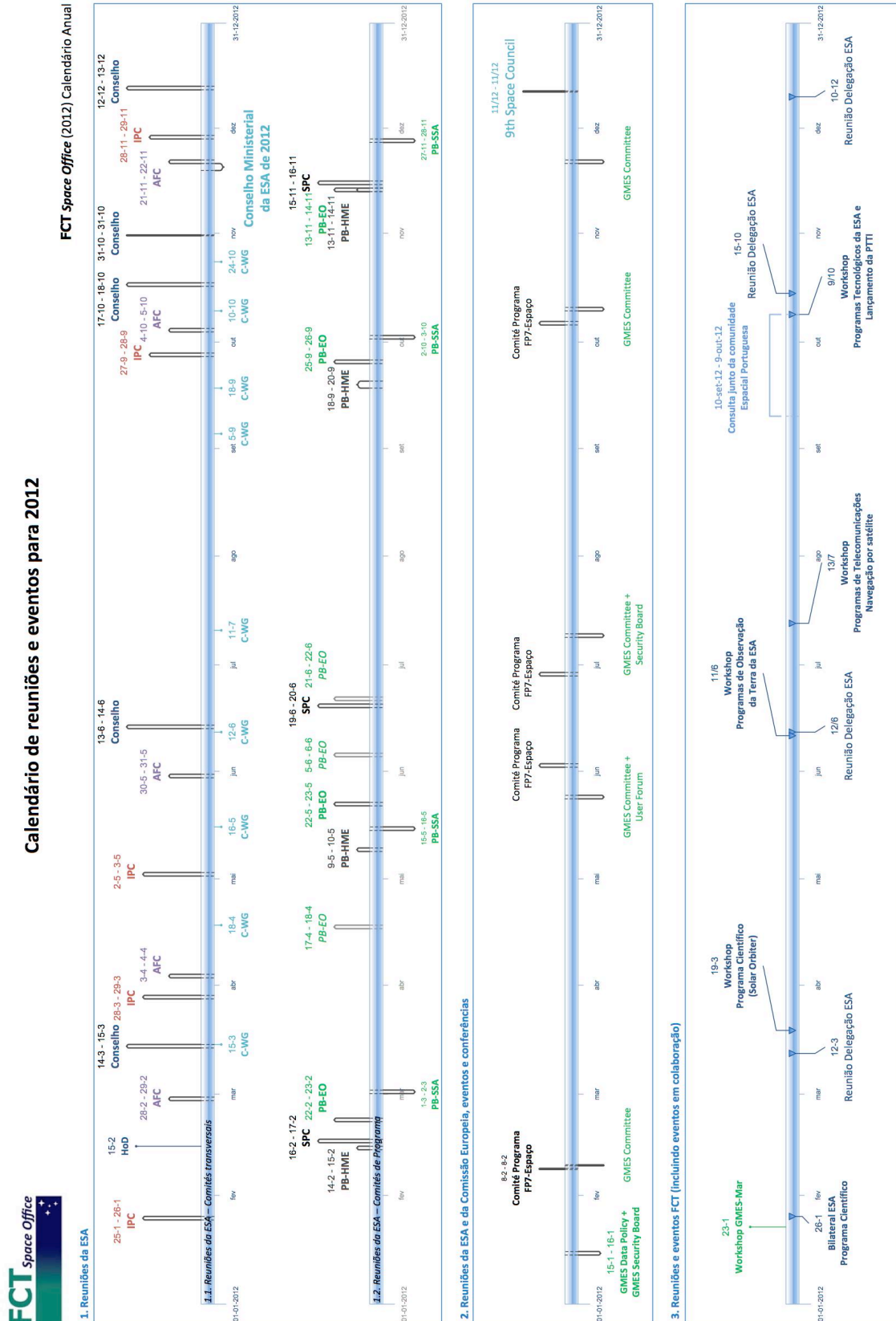
#### Síntese, por Ação, da Despesa analisada e validada em 2012

#### I - Contratos-Programa de Financiamento Plurianual das Redes Nacionais de Equipamentos Científicos

Designação da Rede	Nós / Pólos / Unidades	Identificação do Coordenador-Geral da Rede, em exercício no ano de 2012	Descrição dos Relatórios Analisados	Total da Despesa Validada durante o ano de 2012	N.º de Relatórios Validados
1	2	3	4	5	6
Rede Nacional de Espectrometria de Massa - RNEM	<b>9 Nós Fundadores:</b> FC/UL; FF/UL; IST; IST/ITN; ITQB/UNL; UC/FF; CNC; UAVEIRO, e UMADEIRA.	Professora Maria Helena Florêncio	Relatórios semestrais relativos ao período de jul.º a dez.º de 2011 e jan.º a jun.º de 2012 (Finais).	235.517,61	15
Rede Nacional de Microscopia Eletrónica - RNME	<b>4 Pólos Fundadores:</b> UAVEIRO; UCOIMBRA; UPORTO e UMINHO. <b>2 Pólos Aderentes:</b> FCG/IGC e UTAD	Professora Ana Maria Pinto	Relatórios semestrais relativos ao período de jul.º a dez.º de 2011.	146.534,24	6
Rede Nacional de Ressonância Magnética Nuclear - RNRMN	<b>9 Unidades Fundadoras:</b> ITQB/UNL; FCT/UNL-REQUIMTE; FCT/UNL-CENIMAT; IST; UC/FCT; CNC; UPORTO; UMINHO e UMADEIRA. <b>1 Unidade Aderente:</b> UAVEIRO.	Professor Eurico Cabrita	Relatórios anuais relativos ao ano 2 (2011).	438.191,80	10

Rede Nacional de Imagiologia Funcional Cerebral - RNIFC	<b>4 Nós Fundadores:</b> UCOIMBRA; UAVEIRO; UPORTO e UMINHO	Professor Miguel Castelo-Branco	Relatório anual (final) relativo ao Ano 3 (jun.º/2011 a maio/2012)	612.063,13	1
<b>Sub-total Redes Nacionais</b>				<b>1.432.306,78</b>	<b>32</b>
<b>II - Outras Acções financiadas em curso de execução</b>					
<b>Designação da Acção</b>	<b>Instituição Executora</b>	<b>Investigador Responsável</b>	<b>Descrição dos Relatórios Analisados</b>	<b>Total da Despesa Validada durante o ano de 2012</b>	<b>N.º de Relatórios Validados</b>
<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>6</b>
Equipamentode I&D no âmbito do Curso de Medicina	Universidade do Algarve (UALG)	Professor José Belo	Relatórios n.º 7 e 8 relativos à despesa realizada no período de 22/06/2011 a 16/04/2012.	326.553,96	2
<b>Sub-total Outras Acções</b>				<b>326.553,96</b>	<b>2</b>
<b>Total da Despesa Analisada e Validada em 2012</b>				<b>1.758.860,74</b>	<b>34</b>

## Anexo III – Calendário de reuniões e eventos para 2012 do Gabinete do Espaço





**FCT** Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.  
Av. D. Carlos I, 126  
1249-074 Lisboa, Portugal

Tel. 213 924 300  
Fax 213 907 481

[www.fct.pt](http://www.fct.pt)